

# REVISTA **LIMIARES**

**MIGRAÇÃO VISTA PELO SUL**





REVISTA  
**LIMIARES**

MIGRAÇÃO VISTA PELO SUL

EDIÇÃO ESPECIAL SEMINÁRIO

## **EDITORES**

Fabian Scholze Domingues (UFRGS)

Veronica Korber Gonçalves (UFRGS)

## **EDITORES ASSISTENTES**

Gabriel Gomes Constantino (UFRGS)

Gerson Carlos Soares da Silva Filho (UFRGS)

Mariane Di Domenico (UFRGS)

Nicole Magalhães De Oliveira (UFRGS)

Tayssa do Rosário Zucchetto (UFRGS)

## **EDITORACÃO**

Mariane Di Domenico (UFRGS)

## **CAPA E LAYOUT**

Isabella Martins Carpentieri (UFRGS)

Thales Jéferson Rodrigues Schmitt (UFRGS)

Os materiais publicados na Revista Limiares: Migração vista pelo Sul refletem o ponto de vista de seus autores e não necessariamente a opinião dos editores desta revista. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

## **REVISTA LIMIARES: MIGRAÇÃO VISTA PELO SUL**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migração (NEPEMIGRA)

Grupo de Pesquisa sobre Refugiados, Imigrantes e Geopolítica (GRIGs)

Av. João Pessoa, 52 – Centro Histórico, Porto Alegre – RS, 90040-060

E-mail: [revistalimiores@gmail.com](mailto:revistalimiores@gmail.com)



**NEPEMIGRA**



**GRIGs**

## **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Revista Limiares: Migração vista pelo Sul. / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migração. – Vol. 3, n. esp., dez. (2020). – Porto Alegre: UFRGS/FCE/NEPEMIGRA, 2020 -

Anual.

ISSN 2596-240X.

1. Geopolítica. 2. Migração. 3. Refúgio. 4. Relações internacionais.

CDU 314.7

## Sumário

|                                                                                                                                  |               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>Editorial</b>                                                                                                                 | <b>9</b>      |
| <br><i>Gênero</i>                                                                                                                |               |
| <b>Aves de Passagem também São Mulheres: Relatos de Migração Feminina Venezuelana no Distrito Federal</b>                        | <b>11</b>     |
| <i>Maria Luand Bezerra Campelo</i>                                                                                               |               |
| <i>Thayná Marques de Lima</i>                                                                                                    |               |
| <br><b>Feminização do Fluxo Migratório na Fronteira Franco-brasileira: Afetos, Dinheiro e Redes Migratórias</b>                  | <br><b>16</b> |
| <i>Ruane Cláudia Queiroz Silva</i>                                                                                               |               |
| <br><b>Gênero, Migrações e Cárcere: a Situação das Mulheres Estrangeiras e Imigrantes Encarceradas no Rio Grande do Sul (RS)</b> | <br><b>20</b> |
| <i>Tayssa do Rosário Zucchetto</i>                                                                                               |               |
| <br><b>Muçulmanas e Árabes em Processos Migratórios: Reconstruções de Identidades</b>                                            | <br><b>25</b> |
| <i>Ana Julia Guilherme</i>                                                                                                       |               |
| <i>Talita Rugeri</i>                                                                                                             |               |
| <br><b>Mulheres Migrantes: Reconhecimento, Lutas e Resistências no Brasil</b>                                                    | <br><b>29</b> |
| <i>Paula Dias Dornelas</i>                                                                                                       |               |
| <br><b>Mulheres que Vão e que Ficam: Questões de Gênero na Migração Transnacional Senegalesa</b>                                 | <br><b>34</b> |
| <i>Débora Coward Fogliatto</i>                                                                                                   |               |
| <br><b>Mulheres Refugiadas – São Paulo: Políticas, Ações e Estratégias no Processo de Transição Cultural</b>                     | <br><b>39</b> |
| <i>Rafaella Fiel Nascimento Santos</i>                                                                                           |               |

## ***Políticas Públicas***

- Imigração Internacional no Rio Grande do Sul: Análise da Dinâmica Laboral e o Perfil dos Trabalhadores em Quatro Regiões Seleccionadas** 45

*Rosmari Terezinha Cazarotto*

*Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar*

*Rogério Leandro Lima da Silveira*

- O Uso de Recursos Étnicos por Imigrantes: O Caso da Alimentação** 50

*Fernanda Trentini Ambiedo*

- Migração, Desenvolvimento e Saúde: o Acesso de Imigrantes e Refugiados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em Porto Alegre** 56

*Isabella Martins Carpentieri*

- Paradiplomacia e migração: uma análise comparada entre as ações paradiplomáticas voltadas para a migração e refúgio em Porto Alegre, Curitiba, Canoas e São José dos Pinhais** 61

*Gabriel Gomes Constantino*

- O Estado do Rio Grande do Sul como Destino das Migrações Sul-sul: A Governança Migratória em Contexto Pandêmico** 67

*Joseane Mariéle Schuck Pinto*

*Laura Ferrari Flores Ruschel*

## ***Educação***

- A contribuição da revalidação de diplomas estrangeiros para a integração local socioeconômica dos refugiados no Estado de São Paulo** 73

*Gabriela Fernandes Gallieta*

- A Dificuldade de Conviver com o Outro: Jovens Refugiados nas Escolas** 78

*Adriana Mallmann Vilalva*

- A Educação Intercultural como Prática Educacional para o Acolhimento de Refugiados** 84

*Nicole Magalhães de Oliveira*

|                                                                                                                                                                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Análise de possíveis impactos do ensino de PLAc para imigrantes e refugiados em escola da rede pública na periferia de Brasília, Distrito Federal</b>          | <b>89</b>  |
| <i>Maria Aparecida Neves da Silva</i>                                                                                                                             |            |
| <b>Aproximando na Distância: uma Reinvenção do Ensino de Língua-cultura para Migrantes em Contexto de Pandemia</b>                                                | <b>94</b>  |
| <i>Suelene Vaz da Silva</i>                                                                                                                                       |            |
| <i>Mirelle Amaral de São Bernardo</i>                                                                                                                             |            |
| <i>Cleide Araújo Machado</i>                                                                                                                                      |            |
| <b>Migrações Internacionais e a Participação da Extensão Universitária para o Desenvolvimento</b>                                                                 | <b>99</b>  |
| <i>Gabriella Azeredo Azevedo</i>                                                                                                                                  |            |
| <i>Grazielle Betina Brandt</i>                                                                                                                                    |            |
| <b>Migrantes e refugiados Surdos em Roraima: experiências do Programa de Extensão “MiSordo”</b>                                                                   | <b>104</b> |
| <i>Thaisy Bentes</i>                                                                                                                                              |            |
| <i>Paulo Jeferson Pilar Araújo</i>                                                                                                                                |            |
| <b>Política de Ingresso para Imigrantes e Refugiados na UFSM: Realidades e Desafios do Direito à Educação</b>                                                     | <b>109</b> |
| <i>Giuliana Redin</i>                                                                                                                                             |            |
| <i>Jaqueline Bertoldo</i>                                                                                                                                         |            |
| <b>Saúde Mental e Trajetórias Decoloniais de Estudantes PEC-G</b>                                                                                                 | <b>113</b> |
| <i>Fernando Lajus</i>                                                                                                                                             |            |
| <i>Gabriela Carvalho Teixeira</i>                                                                                                                                 |            |
| <i>Victória de Biassio Klepa</i>                                                                                                                                  |            |
| <b>Superando estigmas, construindo resistências: Inserção e permanência de estudantes haitianos/as nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Porto Alegre/RS</b> | <b>118</b> |
| <i>Rebecca Bernard</i>                                                                                                                                            |            |

|                                                                                                                                         |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Telenovela: um Recurso Comunicativo para Pautar a Temática de Migração e Refúgio</b>                                                 | <b>131</b> |
| <i>Maritcheli Vieira</i>                                                                                                                |            |
| <i>Liliane Dutra Brignol</i>                                                                                                            |            |
| <br><b><i>Diretos Humanos</i></b>                                                                                                       |            |
| <b>As Grades de Violação contra Migrantes: uma Análise dos Governos Trump e Bolsonaro</b>                                               | <b>137</b> |
| <i>Mateus Tomazi</i>                                                                                                                    |            |
| <i>Michelli Linhares de Bastos</i>                                                                                                      |            |
| <br><b>Desenvolvimento Humano, Migrações e Segurança Alimentar e Nutricional: Indicadores na América Latina e Caribe</b>                | <b>142</b> |
| <i>Mariane Di Domenico</i>                                                                                                              |            |
| <br><b>O Acordo União-europeia Turquia Frente à Crise de Refugiados Sírios: Respeitam-se os Regimes Internacionais para Refugiados?</b> | <b>148</b> |
| <i>Victor Albuquerque Felix da Silva</i>                                                                                                |            |
| <br><b>O Pacto Global de Migrações: a (des)Razão da Posição Brasileira</b>                                                              | <b>151</b> |
| <i>Thiago Augusto Lima Alves</i>                                                                                                        |            |
| <i>Rafael Euclides Seidel Batista</i>                                                                                                   |            |
| <br><b>O Restabelecimento de Laços Familiares dos Migrantes Venezuelanos: A Atuação do CICV no Brasil durante a Pandemia</b>            | <b>156</b> |
| <i>Nicole Marie Trevisan</i>                                                                                                            |            |
| <i>Matheus Atalanio Alves de Sousa</i>                                                                                                  |            |
| <br><b>Oficinas de Acolhimento de Migrantes e Refugiados Venezuelanos: Um Relato de Experiência</b>                                     | <b>161</b> |
| <i>Jaqueline Michaelsen Macedo</i>                                                                                                      |            |
| <i>Andressa Wendling</i>                                                                                                                |            |
| <i>Joana E. Senger</i>                                                                                                                  |            |
| <br><b>Relações entre Nacionalismos e o Direito Humano ao Refúgio</b>                                                                   | <b>165</b> |
| <i>Renata Moreira Bruno dos Santos</i>                                                                                                  |            |

|                                                                                            |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>A Migração Ambiental como uma Questão de Segurança Humana<br/>na África Subsaariana</b> | <b>170</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Luis Haroldo Pereira dos Santos Junior*

|                                                                                                                        |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Por que o Fenômeno Migratório Contemporâneo Deve Ser Teoricamente<br/>Analisado enquanto “Processo Migratório”?</b> | <b>175</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Diego Guilherme Rotta*

## Editorial

É com imensa alegria que apresentamos este número especial da Revista *Limiares: Migração vista pelo Sul*, o segundo volume de 2020. A edição reúne todos os trabalhos apresentados no III Seminário Estadual Sobre Migração e Refúgio: Novos olhares em Pesquisa, realizado pelo NEPEMIGRA nos dias 06 e 07 de outubro de 2020, nas plataformas online do Núcleo. O Seminário contou com a presença de 108 acadêmicos de todo o Brasil, reunindo 29 universidades, que debateram suas pesquisas em oito grupos de trabalho, representando a multidisciplinaridade do estudo das migrações contemporâneas.

Foi num contexto singular que o Seminário do NEPEMIGRA de 2020 se realizou. Em meio a pandemia global da COVID-19, as impossibilidades de circulação impostas pelos protocolos nacionais de distanciamento social, além do retorno de uma posição de centralidade das fronteiras, trouxeram uma mudança de padrões nos fenômenos migratórios. As orientações sanitárias para a atenuação dos casos de COVID foram de quarentena e de confinamento. Mas, como aplicar essas orientações para quem está, por definição, em movimento, isto é, para os migrantes? A advertência do “fique em casa” durante a pandemia é crucial para as populações nacionais, enquanto para a população migrante se mostra como um imperativo proibitivo, que pode provocar outras situações de vulnerabilidade além daquelas acarretadas pela pandemia.

Com efeito, esta e outras questões são abordadas neste volume composto por 32 artigos, que refletem sobre a temática migratória em temas como educação, meio ambiente, gênero, trabalho, saúde, políticas públicas, direitos humanos e, por fim, reflexões teóricas acerca dos processos migratórios.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura,

Matheus F. Fröhlich - Comissão Organizadora do III Seminário  
e a editoria.



**GÊNERO**



## Aves de Passagem também São Mulheres: Relatos de Migração Feminina Venezuelana no Distrito Federal<sup>1</sup>

Maria Luand Bezerra Campelo<sup>2</sup>

Thayná Marques de Lima<sup>3</sup>

### 1 Considerações iniciais

As migrações internacionais na contemporaneidade podem ser compreendidas pela forma como influenciam e determinam as relações interpessoais em sociedade. Desta maneira, podemos perceber que o trânsito de pessoas, de culturas, de ideias e de vivências em nossa sociedade atual se mostra mais evidente, sendo causa e efeito da globalização. Assim, essa é uma consequência das ações humanas e a migração em massa não é “de forma alguma um fenômeno recente, mas sim o destino irremediável do mundo” (BAUMAN, 1999, p. 07).

É importante compreender que os estudos sobre migração só começaram a ter mais relevância a partir dos anos 90. Segundo Assis *et al.* (2000), a obra de Thomas & Znaniecki (1918), “*The Polish Peasant in Europe and America*”, influenciou fortemente os estudos posteriores de migração como um problema “principal”. Como exemplo, segundo análise de Richmond (1988, *apud* ASSIS; SASAKI, 2000), autores como Max Weber e Émile Durkheim, observavam as consequências que a migração exercia na industrialização e crescimento do capitalismo, sendo que para estes intelectuais, a migração não era uma preocupação, mas sim uma continuidade das trocas sociais.

Hodiernamente, é possível perceber uma crescente presença feminina nos fluxos migratórios, uma vez que cada vez mais mulheres saem de seus países de origem em busca de melhores condições de vida longe de casa. Os motivos que levam este grupo em questão a se deslocarem no mundo são diversos e complexos, seja procurando uma qualificação profissional, seja por motivações acadêmicas ou fugindo de situações de opressão e vulnerabilidade nos lugares em que se encontram (LOBO, 2010).

Destarte, esta pesquisa busca apresentar as vivências e percepções de um grupo de cinco mulheres venezuelanas que escolheram Brasília – Distrito Federal como cidade destino em suas migrações.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Licenciada em Letras Inglês e Literatura Inglesa pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB), E-mail: luandbezerra@hotmail.com

<sup>3</sup> Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade de Informação pela Universidade de Brasília (UnB) e mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB), E-mail: thaymarcs@gmail.com

## 2 Metodologia

Esta pesquisa se identifica como qualitativo-interpretativista, tendo como foco as experiências de um grupo de cinco mulheres venezuelanas que residem em Brasília-DF. A partir de um questionário via *Google Forms* e entrevistas desenvolvidas pelo aplicativo *Whatsapp*, fizemos uma análise interpretativista das narrativas das participantes a partir de suas falas e experiências, buscando entender os fenômenos sociais que as cercam (neste caso a migração internacional feminina) a partir do entendimento advindo das ações humanas (SCHWANDT, 2000) e tendo como base o texto *Birds of Passage are also Women*, de Mirjana Morokvasic para fazer o comparativo bibliográfico sobre o tema.

Adotamos uma perspectiva interpretativista para este estudo porque focamos na produção de sentidos que as participantes nos fornecem a partir de suas falas, nossas análises sobre a migração feminina são formadas conforme o desenvolvimento das participantes (REY, 2005) respeitando suas histórias pessoais e contextos sociais. Destacamos que para a análise de dados utilizamos pseudônimos escolhidos pelas próprias participantes aos responderem o questionário do *Google Forms*, resguardando, assim, suas identidades.

## 3 Aporte teórico

Os fenômenos migratórios contam a história das movimentações humanas, seus desencadeamentos e consequências no desenvolvimento das relações sociais, entretanto, foi sempre dada atenção ao papel do homem nesse processo. No decorrer dos séculos, para a mulher foi resignado um papel “secundário e passivo” (MORALES, 2007, p. 24), como se o gênero feminino não contribuísse efetivamente para as migrações internacionais.

Desta forma, é essencial mudarmos essa concepção e nos engajarmos em ter acesso e buscar entender a “experiência migratória das mulheres em vários aspectos que afetam suas vidas pessoais, familiares, econômicas, sociais, culturais em seus locais de origem e destino, uma vez que cada ação tem um significado para quem a realiza”<sup>4</sup> (MORALES, 2007, p. 25), sendo que a subjetividade feminina não pode ser ignorada e esquecida. Assim, neste artigo, dedicamos nossa atenção à migração feminina venezuelana no Brasil.

Segundo os dados sobre migração feminina disponibilizados pela Organização das Nações Unidas para as Migrações (OIM, 2019), de 2010 para 2019 houve um aumento de 51 milhões de migrantes internacionais, contabilizando um total de 3,5% da população mundial, sendo que a mobilidade destas pessoas impacta diretamente nas redefinições dos papéis sociais de gênero.

No Brasil, entre os anos de 2013 e 2019 houve um aumento exponencial no fluxo de imigrantes venezuelanos (GLADSTONE, 2016), sendo que nesse fenômeno social vigente é possível

4 Citação original: “Interesa conocer la experiencia migratoria de las mujeres en diversos aspectos que afectan su vida personal y familiar, el económico, social, cultural en su lugar de origen y destino ya que cada acción tiene un significado para quien lo realiza, es la dimensión subjetiva”.

perceber uma quantidade de mulheres venezuelanas migrando praticamente igual a masculina. Segundo dados da ONU, em 2019, esse número gira em torno de 46%, uma vez que tanto homens quanto mulheres estão fugindo da crise econômica que se instaurou no país.

Apesar da migração masculina ser em maior número, a migração feminina está se sobrepondo e ganhando destaque nos últimos anos, pois os padrões e normas sociais sofreram alterações ao longo do tempo e atualmente o gênero feminino ocupa um espaço de liderança e sustento familiar (LOBO, 2006). Sendo assim, o ato de migrar para mulheres é uma condição e necessidade.

Sabemos que, ao chegarem no Brasil, essas migrantes passam por desafios e dificuldades; ao trespassarem a fronteira, muitas se encontram numa situação vulnerável e buscam rapidamente um emprego ou ocupação que, na maioria das vezes, se encaixa em atividades domésticas ou informais. Assis e Sasaki (2000, p. 5) declaram que “as mulheres e minorias étnicas podem sofrer uma dupla ou tripla exploração face a discriminação dentro do mercado secundário”. Consideramos que tal situação se dá pelas mulheres, ao longo da história, sofrerem uma segregação em relação aos homens, principalmente no que tange a oferta de emprego.

Em 1984, a pesquisadora Mirjana Morokvasic-Muller escreveu o artigo *Birds of Passage are also Women* em resposta ao livro *Birds of Passage*, do autor Michael Piore, que teve sua obra publicada pela Cambridge University Press em 1979. Morokvasic dedica um capítulo inteiro para falar sobre as movimentações femininas na sociedade da época (1984) e as principais características desses fluxos migratórios.

Destarte, é preciso estudar sobre a feminização dos fluxos migratórios, objetivando dar voz e valor para estas mulheres que também passam por jornadas migratórias e investem em deslocamentos geográficos assim como os homens, pois, desta forma, legitimaremos a importância do nosso objeto de pesquisa.

#### 4 Análise de dados

Para a coleta de dados desta pesquisa, utilizamos as respostas provenientes de entrevistas com um grupo de cinco mulheres venezuelanas que estão vivendo em Brasília-DF, objetivando, por meio dessa troca, perceber as narrativas e experiências dessas mulheres e entender como elas se compreendem como agentes de seus próprios fluxos migratórios.

Ao analisarmos o perfil das participantes, podemos identificar que a faixa etária delas se dá entre 24 e 50 anos, revelando uma flexibilidade na idade destas mulheres em seus processos de migração, ou seja, é um decurso que não se caracteriza por acontecer somente com um grupo de jovens, mas sim com pessoas que estão necessitando migrar, independente da fase da vida em que se encontram.

Ademais, das cinco mulheres, duas são casadas, duas são solteiras e uma é divorciada, mostrando também que não há uma constância no estado civil das mulheres que se deslocam de um

país a outro. Como afirma Morokvasic (1984), as mulheres sempre buscaram liberdade para se moverem ou se deslocarem.

A crise econômica na Venezuela foi um fator decisivo na mudança territorial destas mulheres, mas mais do que a crise, a vontade de conseguir uma qualidade de vida satisfatória e o sonho de continuar os estudos e conseguir uma boa profissão as impulsionaram a migrar. Para uma das participantes, mais do que a situação econômica, ela necessitava encontrar um país que oferecesse um sistema de saúde acessível para as necessidades de seu filho especial e no caso de outra participante, antes das mudanças sociais na Venezuela, partiu para o Brasil em busca de permanecer ao lado do marido.

## 5 Considerações finais

A partir das falas e experiências das cinco participantes que contribuíram com esta pesquisa e a análise que fizemos do texto *Birds of Passage are also Women*, da autora Mirjana Morokvasic, além das demais pesquisas que contribuem para esta área de estudo, percebemos a necessidade de dar espaço e importância para discutir e problematizar a feminização dos movimentos migratórios em nossa sociedade contemporânea.

Ao final de seu artigo, Morokvasic enfatiza o fato de que, em 1984, ainda existiam poucas pesquisas que dedicavam um olhar para a mulher que migra, para a mulher que trabalha e que também contribui com o desenvolvimento econômico e social da humanidade. Para a autora, é preciso destacar essas personagens, que trazem consigo subjetividades e percepções do mundo a partir de seus próprios pontos de vista, para que possamos legitimar a importância feminina no social.

O que destacamos das narrativas de nossas participantes é a consciência que elas demonstram ter sobre seus papéis na sociedade e a procura por migrar para conseguirem melhores condições de vida e também desenvolvimento profissional. Percebemos que nossas participantes não se sentem oprimidas, e que apesar dos desafios encontrados no percurso, elas continuam em busca de seus objetivos, não necessariamente se apoiando numa figura masculina para fazerem isso. Nossas participantes são pássaros de passagem que também migram. Nossas participantes são pássaros de passagem que migram porque precisam, que migram porque querem e que se sentem livres para ir e vir.

## Referências bibliográficas

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Teorias das Migrações Internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000. p. 1-19. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/969/934>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

GLADSTONE, Rick. Como a Venezuela entrou na crise, e o que poderá acontecer agora?. **UOL Notícias**, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2016/06/01/como-a-venezuela-entrou-crise-e-o-que-podera-acontecer-agora.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

LOBO, Andréa de Sousa. Famílias Espalhadas: circulação e movimento na configuração de maternidade e paternidade em Cabo Verde. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS. DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS, 2010, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278255437\\_ARQUIVO\\_TextocompletoLoboST23FazendoGenero.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278255437_ARQUIVO_TextocompletoLoboST23FazendoGenero.pdf). Acesso em: 06 dez. 2020.

MOROKVASIC, Mirjana. Birds of Passage are also Women... **The International Migration Review**, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2546066>. Acesso em: 02 mar. 2020.

MORALES, Ofelia Woo. La migración de las mujeres: un proyecto individual o familiar?. **REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 15, n. 29, p. 23-45, 2007. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/56>. Acesso em: 04 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Estudo da ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais. **OIM Brasil**, 18 set. 2019. Disponível em: <https://brazil.iom.int/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-popula%C3%A7%C3%A3o-de-migrantes-internacionais>. Acesso em: 13 jul. 2020.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson. 2005.

SCHWANDT, T. A. Three epistemological stances for qualitative inquiry. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **The Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2000. p. 189-213.

# Feminização do Fluxo Migratório na Fronteira Franco-brasileira: Afetos, Dinheiro e Redes Migratórias<sup>1</sup>

Ruane Cláudia Queiroz Silva<sup>2</sup>

## 1 Introdução

A migração pode oferecer novas oportunidades para as mulheres, sozinhas ou em conjunto com seus cônjuges, buscando melhorar suas vidas, escapar de relações sociais opressivas e apoiar crianças e outros membros da família que são deixados para trás. Também pode expor as mulheres a novas vulnerabilidades resultantes de seu status legal precário, condições de trabalho abusivas e riscos à saúde. As mulheres migrantes são triplamente desfavorecidas por raça/etnia, seu status de não nacionais e desigualdades de gênero.

Vários fatores podem influenciar as mulheres a empreender no projeto migratório. Isso inclui interações complexas entre fatores econômicos, sociais, familiares e políticos, bem como a negação do acesso à educação, emprego, saúde e a falta de respeito pelos direitos humanos básicos. Como em muitas sociedades, as mulheres são marginalizadas por esses direitos, a migração para sociedades mais abertas economicamente e educacionalmente pode ajudar a melhorar suas situações pessoais e oportunidades de emprego.

A análise do fenômeno do fluxo migratório feminino na fronteira franco-brasileira enfatiza a relevância do estudo de questões socioculturais e migratórias no contexto internacional das regiões fronteiriças entre Brasil e Guiana Francesa. O trabalho também observa a dimensão comum, em distintos ambientes, apresentando e privilegiando as perspectivas dos sujeitos diretamente envolvidos no fenômeno em estudo, que por sua vez impactam sobre as dinâmicas fronteiriças.

## 2 Problema de pesquisa

De que forma as dinâmicas dos afetos, dinheiro (moedas euro e real) e redes migratórias se articulam no fluxo migratório de brasileiras para a Guiana Francesa?

## 3 Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a feminização do fluxo migratório na fronteira franco-brasileira a partir das dinâmicas das relações afetivas, do trabalho e das redes migratórias tecidas pelas mulheres brasileiras durante o processo migratório. Especificamente, busca-se estudar o processo de feminização das migrações na fronteira franco-brasileira; analisar

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Formada em Letras (IESAP) e Relações Internacionais (UNIFAP). Membro do Programa de Apoio a Migrantes e Refugiados (PAMER). Email: ruane.claudia@hotmail.com

a dinâmica das relações afetivas no processo migratório, envolvendo casamento, filhos, família e amizades; investigar a circulação de moedas e do dinheiro no contexto migratório das mulheres em estudo, desde a obtenção de trabalho, remessas financeiras e recebimento de benefícios sociais; e mapear e delinear as articulações das redes migratórias traçadas pelas mulheres desde o Brasil até a Guiana Francesa.

#### 4 Metodologia

O *locus* da pesquisa encontra-se na região fronteira localizada entre o Brasil e a Guiana Francesa. Mais especificamente, a pesquisa será desenvolvida primeiramente no Oiapoque, município localizado no extremo norte do estado do Amapá que faz fronteira com a cidade de Saint-Georges (Guiana Francesa), sendo o principal lugar de passagem do Brasil para a Guiana Francesa; e nas cidades de Caiena e Kourou, na Guiana Francesa. Ambas as cidades francesas são lugares privilegiados para investigar o objeto de pesquisa, por serem altamente habitados por mulheres brasileiras que vivem de forma documentada e indocumentada nesta região. O interesse da pesquisa não está no local de origem dessas mulheres, mas sim no local de chegada, buscando-se saber também se trata-se de migrantes em seu local de destino ou de passagem, bem como todos os aspectos do processo de chegada das mesmas.

Para compreensão do fenômeno do fluxo migratório feminino nas fronteiras entre Brasil e a Guiana Francesa através das dimensões em estudo, pretende-se realizar entrevistas aprofundadas e semiestruturadas, baseando-se nas trajetórias de vida dessas mulheres migrantes, em combinação com o trabalho de campo. Essas técnicas fornecerão a este trabalho uma rica quantidade de detalhes que esclarecem as escolhas que essas migrantes fazem, caso a caso.

O estudo de trajetórias de vida como uma ferramenta eficaz no âmbito de uma abordagem sociológica torna possível pensar sobre a origem de fenômenos sociais, através da reconstrução precisa das disposições de um indivíduo e, assim, compreender o social em sua forma individual, ou seja, compreender a realidade social de maneira individual (PARK, 1928; MCKENZIE, 1923). Bourdieu aborda o conceito de ‘história de vida’ em sua obra *L’illusion biographique* (1986). Fundado na narrativa linear de uma vida constituída de forma mais ou menos consciente como um “desenvolvimento necessário” (BOURDIEU, 1996, p. 69), esse conceito estaria buscando seu intento de revelar uma coerência, uma unidade e, finalmente, um senso do que se tornaria a biografia de um indivíduo.

A pesquisa se desenvolverá, ainda, através de revisão bibliográfica que embasará a fundamentação teórica referente ao tema, através de livros, artigos científicos, dissertações, e teses, para aprofundar os conceitos importantes à análise, como “Feminização do Fluxo Migratório”, “Fronteiras” e “Redes Migratórias”.

## 5 Aporte teórico

As fronteiras territoriais deixaram de ser entendidas como meras linhas geográficas fixas e começaram a ser dimensionadas como resultado de um processo dinâmico, como uma realidade construída politicamente e socialmente e em constante mudança em termos de gestão da mobilidade humana. A fronteira é mais que um limite, não pode ser reduzida à delimitação jurídico-política do espaço do Estado: implica também as relações sociais, econômicas e culturais associadas à mudança de soberania territorial, juntamente com os imaginários, práticas e costumes vinculados à construção de coletividades diferenciadas e que, coincidindo com o Estado, se podem entender como nacionais. Neste sentido, Foucher (2005) contesta o tradicional conceito de fronteira como tão somente uma delimitação geográfica, espacial, que funciona de forma estática e ignora uma pluralidade de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos e culturais.

As áreas fronteiriças apresentam diversas particularidades intrínsecas a região em que se situam, que se relacionam com os mais diversos aspectos da vida dos sujeitos que vivem nelas ou passam por elas. As mulheres brasileiras que transitam em direção à Guiana Francesa possuem realidades socioculturais que necessitam de estudos capazes de explicar a realidade do fenômeno migratório feminino na região.

A feminização, quando usada no contexto da migração, foi definida de várias maneiras. Alguns estudiosos usam o termo para se referir ao número crescente de mulheres migrantes entre determinados períodos de tempo, para descrever mudanças recentes nos papéis ou crescimento das mulheres nas populações migrantes. Segundo Marinucci (2007), a feminização pode ser interpretada como o aumento numérico das mulheres migrantes, como mudança dos critérios analíticos do fenômeno migratório mediante a inclusão do enfoque de gênero e/ou como transformação do perfil da mulher migrante.

## 6 Resultados parciais

Os resultados obtidos até o presente momento apontam que o modelo do homem como o primeiro migrante que é subsequentemente seguido por sua esposa e filhos ainda está em vigor e também bastante difundido, mas não é capaz de explicar todas as formas de mobilidade. A existência de redes migratórias femininas não é incomum, são baseadas em laços de solidariedade entre mulheres nas quais os homens têm papéis marginais e são mais frequentemente reunidos com esposas, revertendo o paradigma anterior. Isso pode redefinir as relações de gênero em um sentido mais igualitário. O custo desse tipo de migração ainda pode ser muito alto para as mulheres, especialmente nos casos de maternidade transnacional, ou seja, nos casos em que as mulheres deixam seus filhos nos países de origem, mas tentam permanecer presentes em suas vidas.

Os laços afetivos possuem papel importante no contexto da dinâmica migratória da mulher, eles podem ser observados na migração familiar, onde mulheres migram com o objetivo de reu-

nificação familiar; e também no casamento entre uma migrante brasileira e um estrangeiro que vive na Guiana Francesa. Os casamentos entre mulheres brasileiras e guianenses são frequentemente submetidos a intenso julgamento na esfera pública, as mulheres são frequentemente retratadas como explorando homens por dinheiro ou visto, ou vulneráveis e necessitando de proteção contra homens abusivos.

Reproduzindo padrões de desigualdade de gênero, na Guiana Francesa as migrantes brasileiras tendem a encontrar trabalho em ocupações tradicionalmente dominadas por mulheres. Trabalham principalmente como empregadas domésticas, vendedoras de lojas, garçonetes, cabeleireiras e manicures. Muitas dessas mulheres trabalham com o objetivo de enviar remessas financeiras para familiares que permaneceram no Brasil.

## 7 Considerações finais

A discriminação de gênero e a falta de status social, além das responsabilidades domésticas, reduzem o acesso de mulheres a recursos, educação e ao mercado de trabalho. Assim, a migração feminina é uma tendência crescente que tem caracterizado as últimas décadas, onde muitas são atraídas pela possibilidade de uma vida melhor e, em alguns casos, essas mulheres enfrentam maiores desvantagens ao migrar, como empregos informais, superexploração de sua mão de obra, discriminação de gênero.

## Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Coords.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183- 191.

FOUCHER, Michel. Tipología de las fronteras contemporáneas. *In*: BOVIN, Philippe (Ed.). **Las fronteras del istmo: Fronteras y sociedades entre el sur de México y América Central**. México: Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos (CEMCA), 2005. Disponível em: <https://books.openedition.org/cemca/655?lang=es#tocfrom1n1>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações?. **REMHU**, Brasília, v. 15, n. 29, 2007. Disponível em: [https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/feminizacao\\_das\\_migracoes\\_roberto\\_marinucci2007.pdf](https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf). Acesso em: 06. dez. 2020.

MCKENZIE, Roderick Duncan. **The neighbourhood**: A study of local life in the city of Columbus, Ohio. Chicago: University of Chicago Press, 1923.

PARK, Robert Ezra. Human Migration and the Marginal Man. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2765982?seq=1>. Acesso em: 06. dez. 2020.



## Gênero, Migrações e Cárcere: a Situação das Mulheres Estrangeiras e Imigrantes Encarceradas no Rio Grande do Sul (RS)<sup>1</sup>

Tayssa do Rosário Zucchetto<sup>2</sup>

### 1 Introdução

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) correspondente ao segundo semestre de 2019, a população prisional brasileira abrangia 748.009 encarcerados em unidades prisionais, sendo 36.929 mulheres (5%) e 711.080 homens (95%); enquanto que a gaúcha era de 41.198, sendo 2.079 mulheres (5%) e 39.110 homens (95%) (SISDEPEN, 2020).

Nesse cenário, 435 encarceramentos de imigrantes e estrangeiros foram efetuados, de 2017 a 2019, no Rio Grande do Sul, sendo que 59 foram de mulheres, em contraponto aos 376 de homens. Tendo isso em vista, em matéria percentual, conclui-se que 14% são mulheres e 86% são homens (SUSEPE, *s.d*). Apesar do fato de que o número de imigrantes e estrangeiros encarcerados seja quantitativamente menor, principalmente o de mulheres, é relevante abordar suas condições no sistema penitenciário gaúcho, de maneira a tornar-se possível o entendimento das particularidades que a privação de liberdade impõe a esse grupo.

### 2 Problema de pesquisa

Tendo em vista a conjuntura de invisibilização das condições femininas no sistema penitenciário, a referida pesquisa visa a compreender o seguinte questionamento: Quem são as mulheres estrangeiras e imigrantes encarceradas no RS?

### 3 Objetivos

Como objetivo geral, este trabalho propõe-se a conhecer o perfil de um segmento específico da população imigrante no RS e de estrangeiros em trânsito, composto por mulheres privadas de liberdade.

Levando em consideração os objetivos específicos abrangidos por este resumo, é possível elencar:

a) Verificar como o perfil de estrangeiras encarceradas se diferencia do perfil masculino que encontramos na pesquisa, sobretudo com relação a identidade racial, faixa etária, crimes de maior recorrência;

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bolsista de Iniciação Científica Voluntária do Grupo de Pesquisa sobre Refugiados, Imigrantes e Geopolítica (GRIGs). Email: tayssazuc.ri@gmail.com

b) Relacionar os dados quantitativos ao aporte teórico do feminismo interseccional, de maneira a orientar as discussões aqui apresentadas.

#### 4 Metodologia

Com o intuito de traçar o perfil das mulheres migrantes encarceradas, a metodologia utilizada nesta pesquisa consiste na análise quantitativa de informações do banco de dados fornecido pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) do período 2017-2019. Além disso, buscou-se instrumentalizar a análise a partir de elementos presentes na abordagem do feminismo interseccional.

O trabalho em questão está no escopo do projeto de pesquisa “Encarceramento de estrangeiros no sistema prisional gaúcho”. O acesso a tais dados deu-se a partir de solicitação formal ao comitê de ética da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) por parte do Grupo de Pesquisa sobre Encarceramento do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações (NEPEMIGRA). Vale ressaltar que a SUSEPE aguarda os resultados da pesquisa para futuros encaminhamentos. Além disso, o projeto foi encaminhado para análise da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e foi aprovado.

#### 5 Aporte teórico

Benería, Deere e Kabeer (2012) apontam uma tendência de feminização na maior parte dos fluxos migratórios, a qual está associada a condições adversas nos territórios de origem, como a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Assim, tendo em vista o aumento do fluxo feminino nesses processos, é possível interpretar as questões de gênero como relevantes no estudo das migrações internacionais.

Nesse sentido, Romano e Pizzinato (2019) apontam que as análises acerca das migrações contemporâneas devem ser sensíveis às diferenciações de gênero, pois não deve-se apenas quantificar as populações femininas migrantes, mas também buscar compreender as “relações de poder em que essas diferenciações se materializam, se praticam em mecanismos de diferenciação e categorização social” (ROMANO; PIZZINATO, 2019, p. 200).

Dessa forma, cabe apontar a contribuição de Kimberlé Crenshaw (1989 *apud* MARQUES, 2020) para a emergência do termo interseccionalidade, tendo em vista a percepção das assimetrias internas dos grupos subalternizados, de maneira que diferenças podem manifestar-se no escopo da busca por direitos — nesse caso, voltada à luta antirracista. Vale ressaltar, portanto, que a discriminação — pautada, por exemplo, na etnia, classe social, crença e origem nacional — pode afetar de maneiras diferentes à homens e mulheres. Além disso, Patrícia Hill Collins (2017 *apud* MARQUES, 2020) trouxe à tona a reivindicação de uma gênese social ao termo interseccional-

lidade, ao passo em que deve ser também instrumento para outros segmentos em situação de subalternidade para efetiva emancipação no plano real.

Por fim, a visibilização de situações discriminatórias veladas é capaz de possibilitar o evidenciamento de indivíduos ou grupos subalternizados, o que, por sua vez, poderia potencializar as chances de sucesso de políticas públicas (RIOS; SILVA, 2015). Levando isso em consideração, é necessário que a pesquisa acerca de segmentos subalternizados ou em situação de vulnerabilidade seja cuidadosa, ao passo em que não deve reforçar opressões e estigmas de gênero, classe ou raça; bem como não deve impor situações de disputa, pautadas na intensidade das opressões infligidas, entre os sujeitos (MARQUES, 2020).

## 6 Resultados parciais

Em primeiro lugar, a quantidade de encarceramentos por ano demonstra que 2019 foi o período com o maior número de aprisionamentos de mulheres (26 aprisionamentos), seguido por 2017 (24 aprisionamentos) e 2018 (9 aprisionamentos), respectivamente.

Já as nacionalidades predominantes em quantidade de prisões consistem nos países mais próximos do estado, sendo que 23 encarceramentos foram de uruguaias, 21 de paraguaias e 11 de argentinas. Nesse sentido, hipóteses possíveis vêm à tona, quais sejam: (a) o encarceramento afeta mais mulheres dos países fronteiriços com o estado, selecionadas pela polícia em seu deslocamento, do que as imigrantes; (b) é provável que parte dessas mulheres tenha passado por atendimento em sua língua de origem: o espanhol. Por fim, constata-se que não existem imigrantes haitianas ou senegalesas encarceradas, nacionalidades que representam o maior fluxo de imigrantes do RS.

Em matéria de visitas, de modo geral, a maioria massiva das mulheres não as recebe. Como exposto no livro *Prisioneiras*, de Drauzio Varella (2017), a solidão e o esquecimento são questões que afligem profundamente o grupo encarcerado feminino; em contrapartida à condição masculina, já que esses recebem maior quantidade de vistas em relação às mulheres. Tal perfil também se aplica às presas imigrantes e estrangeiras, já que dos 59 casos de encarceramento, 55 não obtiveram visitas e 5 as tiveram, em contraponto aos 341 casos masculinos de não recepção e 94 de recepção.

Em questão de faixa etária, nota-se que 44 casos de encarceramento abrangem mulheres em idade reprodutiva, ou seja, até 45 anos, o que, por sua vez incita questionamentos acerca do fato de o sistema prisional gaúcho estar ou não preparado para recebê-las. Para responder a tal questão serão necessários levantamentos mais aprofundados acerca da infraestrutura existente nas localidades em que as mulheres foram encarceradas.

Além disso, a vasta maioria dessas mulheres têm filhos, mais precisamente em 47 casos de aprisionamento. Isso impõe-nos um dilema de pesquisa, pois não foi possível obter informações acerca da situação atual dessas crianças ou se lhes são oferecidas oportunidades de entrar em contato com as mães, já que tais informações não se encontram sistematizadas.

Por fim, os enquadramentos penais principais referentes à prisão de mulheres são em: crimes contra a saúde pública, os quais estão relacionados ao tráfico ou a associação ao tráfico; e crimes contra o patrimônio, que são receptação, roubo e furto. Percebe-se, assim, a repetição do perfil masculino em relação ao encarceramento por crimes contra a saúde pública.

## 7 Considerações finais

“Na multidão, estão as grávidas, as doentes, as velhas ou as muito jovens, as estrangeiras, as loucas e as líderes” (DINIZ, 2015, p. 9): a referida citação compreende o cenário de mulheres encarceradas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, contudo, é possível transpor essas palavras para a realidade penitenciária gaúcha.

A análise dos dados permite elaborar o seguinte perfil acerca das mulheres estrangeiras e imigrantes encarceradas: (a) a vasta maioria do grupo examinado consiste em mulheres provenientes dos países vizinhos; (b) o padrão de ínfima recepção de visitas por parte das mulheres estrangeiras e imigrantes encarceradas corresponde ao já existente no Brasil; (c) a maior parte dessas mulheres encontra-se em idade reprodutiva e possui filhos; (d) os enquadramentos penais femininos de maior incidência também correspondem ao caso masculino.

Assim, possíveis encaminhamentos para a pesquisa consistem em: (a) aprofundar a relação analítica entre a interseccionalidade e os dados da SUSEPE, de maneira a refinar os elementos constitutivos da pesquisa; (b) buscar informações mais contundentes acerca das condições das unidades em que essas mulheres encontram-se, em matéria de acompanhamento gestacional e pós-parto, bem como da possibilidade de contato ou visita entre a mãe e seus filhos.

Assim, como visto acima, a situação das mulheres estrangeiras e imigrantes encarceradas no RS consiste em uma pauta de importante relevância para elaboração e melhora de políticas voltadas a este grupo, não apenas tendo em vista a situação de vulnerabilidade em que elas se encontram, mas também a garantia de condições dignas dentro das unidades penitenciárias e a devida assistência social, jurídica e de saúde. Nesse sentido, as contribuições da interseccionalidade constituem-se como instrumentos importantes para alcançar tal objetivo e para afastar estigmas acerca do grupo abrangido por este trabalho.

## Referências bibliográficas

BENERÍA, Lourdes; DEERE, Carmen Diana; KABEER, Naila. Gender and International Migration: Globalization, Development, and Governance. **Feminist Economics**, v. 18, n. 2, p. 1-33, abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13545701.2012.688998>. Acesso em: 27 nov. 2020.

DINIZ, Débora. **Cadeia**: Relato Sobre Mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MARQUES, Pâmela Marconatto. Interseccionalidade. *In*: MARQUES, Pâmela Marconatto. **Metodologia para a Pesquisa em Direito: Ensaio Tempestivos**. CirKula, 2020. p. 109-123. (no prelo).

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 16, p. 11-37, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151602>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ROMANO, Alice Queiroz Telmo; PIZZINATO, Adolfo. Migração de mulheres para o Brasil: interseções de gênero, raça/etnia e classe. **Revista Trabajo Social**, Bogotá, v. 21, n. 2, p. 197-213, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/ts.v21n2.75072>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Sistema Penitenciário Brasileiro. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: Período de Julho a Dezembro de 2019. 24 jun. 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/iew?r=eyJrIjoiaZWl2MmJmMzYtODA2M-C00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmlyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNDm-Ny05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 01 out. 2020.

SUSEPE. Superintendência dos Serviços Penitenciários. Planilha com a relação dos presos estrangeiros no estado do Rio Grande do Sul (RS) de 2017 a 2019. Acesso em: ago. 2020.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



# Muçulmanas e Árabes em Processos Migratórios: Reconstruções de Identidades<sup>1</sup>

Ana Julia Guilherme<sup>2</sup>

Talita Rugeri<sup>3</sup>

## 1 Problema de pesquisa

O presente trabalho representa uma pesquisa em Sociologia, que está em fase inicial ainda, em que se discute a temática de gênero e de identidade cultural de mulheres árabes e muçulmanas em processos migratórios. No processo de chegada ao Brasil, observamos a interculturalidade e destacamos as relações de gênero, além das diferenças de identidade religiosa e étnica das mulheres árabes e muçulmanas. Podemos nos questionar, por exemplo, como elas se sentem usando o véu no Brasil? O que significa para estas mulheres manter esse tipo de costume incomum na realidade brasileira? Qual a multiplicidade de formas de ser mulher, mãe, esposa, filha, avó, trabalhadora, cidadã que as mulheres migrantes árabes e muçulmanas apresentam?

No país de origem, essas mulheres têm uma série de restrições e regras comportamentais diferentes relacionadas com o contexto dos países ocidentais. Podemos observar que as relações de gênero são distintas, em que as hierarquias de gênero não são construídas da mesma forma, isto é, os papéis de gênero podem estar em uma posição de maior equilíbrio se compararmos com as situações do país de origem. Mas será que as identidades se transformam? O deslocamento seria um tipo de emancipação para elas? Como são as condições de chegada à sociedade de acolhida para esta construção de identidades?

## 2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como as identidades de mulheres árabes e muçulmanas são reconstruídas e reformuladas em processos migratórios para sociedades como o Brasil. A investigação busca descrever o processo de chegada destas mulheres migrantes, analisar as relações com a comunidade local e a de origem e, ainda, analisar o que representa o processo de deslocamento para estas mulheres e como elas se constituem como mulheres em processos migratórios.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: anajuliag.cs@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: talitarugeri@gmail.com

### 3 Metodologia

Para esta pesquisa, utilizaremos técnicas qualitativas de coleta e análise de dados, com entrevistas narrativas com mulheres migrantes árabes e muçulmanas no Sul do Brasil. Como iremos analisar a construção e representação de identidades de mulheres em processos migratórios, as entrevistas narrativas são fundamentais para que elas descrevam o passado e o presente. Para compreendermos todos os elementos que influenciam nas relações de gênero das nossas entrevistadas, optamos pelas narrativas nesta pesquisa, pois elas nos permitem fazer a reconstrução conforme as perspectivas dos interlocutores e os acontecimentos sociais envolvidos. Devido à origem árabe das pessoas a serem entrevistadas, devemos levar em conta as barreiras linguísticas que teremos na pesquisa empírica. Deste modo, serão selecionadas migrantes que estejam no país por um período suficiente para ter o domínio do idioma português, a fim de relatarem suas trajetórias da forma mais compreensível possível.

### 4 Aporte teórico

No aporte teórico desta pesquisa, utilizaremos algumas referências acerca das identidades de árabes e muçulmanos, e também especificamente do processo migratório das mulheres. Sobre a presença de muçulmanos em países ocidentais, a maioria dos teóricos associa ao “choque de civilizações” ou choque de culturas o que sucede com a população local e com a “desconhecida” no cotidiano.

Teremos como base as variáveis étnicas e religiosas de muçulmanos e suas identidades “recompostas” durante os processos migratórios (ROY, 2002). Dentro deste eixo, devemos pensar em como mulheres muçulmanas são integradas em sociedades não árabes e, assim, discutiremos os conceitos de assimilacionismo, isolacionismo e comunitarista (RAMADAN, 2002).

Além da questão do islamismo, devemos debater sobre como as identidades e os discursos de gênero acabam por se redefinir em processos como os migratórios, em que podemos destacar que novas literaturas estão introduzindo novos padrões, em que utilizam identidades múltiplas, identidades diaspóricas ou transnacionais, principalmente no que se refere às migrações de mulheres. Assim, estes estudos destacam que o processo migratório é um veículo de emancipação. No entanto, devemos nos atentar para estas categorias analisadas pela ótica do feminismo ocidental, que coloca mulheres migrantes árabes e negras apenas como objeto de estudo e sempre em categorias de submissão e sem agência, como apontam Velasco (2008), Bell Hooks (2003), Adlibi Sibai (2016), María Lugones (2014), Maria Gallego (2015).

E partindo dos pressupostos de Stuart Hall (1999; 2003), evidenciamos que nos tempos desta modernidade, as identidades são cada vez mais fragmentadas e fraturadas. Elas nunca são

singulares e sim construídas de múltiplas maneiras, através de discursos, práticas e posições diferentes, às vezes, antagônicas e cruzadas, especialmente em contexto de globalização.

## 5 Hipótese

A migração representa um momento de revisão das identidades. As mulheres árabes e muçulmanas não têm uma identidade fixa com relação à origem, isto é, elas não mantêm identidades somente vinculadas com as características do país de origem. Mas ao mesmo tempo, elas não têm uma adesão total à sociedade de acolhida. O que acontece é que as mulheres árabes e muçulmanas no processo migratório realizam o tempo inteiro uma revisão de suas identidades, partindo de uma “bagagem” inicial, sendo que esta bagagem elas trazem do local de nascimento. A partir disso, as mulheres árabes constroem uma identidade híbrida no Brasil.

## 6 Resultados parciais

O processo de chegada de mulheres árabes e muçulmanas no Brasil acarreta uma reformulação da identidade na maneira pela qual passam a lidar com a história, língua, cultura e religião trazidas. Essa reformulação varia de acordo com diferentes aspectos, tais como a situação no país de origem como referência, as desigualdades de gênero, os papéis tradicionais e as transformações ideológicas. Destacamos que os significados, representações, crenças e ideias resultam de embates e variáveis sociodemográficas, dos percursos migratórios e das dimensões sociais da vida na sociedade de destino e do conjunto de valores trazidos e vivenciados.

## Referências bibliográficas

ADLBI SIBAI, Sirín. **La cárcel del feminismo**. Hacia un pensamiento islámico decolonial, Akal, Madrid, 2016.

GALLEGO, Maria Neves Botella. **Mujeres marroquíes: alimentación, identidades y migración**. Orientadora: Prof. Dra. Mercedes Jabardo Velasco. 2015. 491 f. Tese (Doutorado) – Curso de Antropologia, Universidad Miguel Hernández, Espanha, 2015. Disponível em: <http://dspace.umh.es/bitstream/11000/2483/1/TD%20%20Botella%20Gallego%2c%20M%C2%AA%20Nieves.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. Introducción: ¿quién necesita identidad?. In: HALL; Stuart; DU GAY, Paul (comp.). **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. p. 13-39.

HOOKS, Bell. Feminist: A movement to end sexist oppression. In: MCCANN, Carole R.; SEUNG-KYUNG, Kim (eds.) **Feminist Theory Reader**. New York: Routledge, 2003. p. 50-56.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 02 dez. 2020.

RAMADAN, Tariq. **El Islam Minoritario**: cómo ser musulmán en la Europa laica. Barcelona: Bellaterra, 2002.

ROY, Olivier. Los musulmanes en Occidente. *In*: MARCÉN, José Miguel. **El Islam mundializado**: Los musulmanes en la era de la Globalización. Barcelona: Ed. Bellaterra, 2002.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Desde el feminismo negro, una mirada al género y la migración. *In*: SUÁREZ, Liliana; MARTIN, Emma; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Coords.). **Feminismos en la Antropología: nuevas propuestas críticas**. San Sebastián: Ankulegi, 2008. p. 39-54.

## Mulheres Migrantes: Reconhecimento, Lutas e Resistências no Brasil<sup>1</sup>

Paula Dias Dornelas<sup>2</sup>

As trajetórias de mulheres migrantes são permeadas por experiências diversas, que podem envolver relações de poder e quadros interseccionais de desrespeito, afetando a inserção na sociedade receptora e a construção de suas identidades. São presentes, em muitos casos, situações de xenofobia, racismo, violência de gênero e outras formas de discriminação, que influem negativamente nas vivências dessas mulheres, mas que, em contrapartida, podem motivar lutas sociais (HONNETH, 2003).

Historicamente, a discussão sobre o deslocamento populacional de mulheres surge nas pesquisas sobre migração aliada à variável sexo e não numa abordagem em que o gênero é centrado e vinculado à organização social, de relações de poder e possível geradora de desigualdades (GIL, 1998; COGO, 2017). Entretanto, é importante que as teorias e análises sobre as migrações e mobilidades — sobretudo aquelas voltadas para a compreensão da realidade de mulheres migrantes — adotem perspectivas que enxerguem o gênero em sua complexidade, como uma construção social que envolve dinâmicas, estruturas hierárquicas e relações diversas. Trata-se de uma necessidade, portanto, considerar que a dimensão de gênero, aliada e em interseção com outras esferas, como “classe”, “raça”, “sexualidade”, “etnia” e/ou “origem” podem configurar experiências migratórias distintas ao se considerar as pessoas que migram como agentes desses deslocamentos. É fundamental observar as implicações de situações interseccionais (CRENSHAW, 1989) de desrespeito e/ou privação de direitos para as vivências de quem migra, bem como visibilizar as formas de luta contra isso.

Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender, por meio de estudo de caso de natureza qualitativa, aspectos da realidade de mulheres migrantes que vivem no Brasil, com base nas Teorias do Reconhecimento (HONNETH, 2003; FRASER, 2009), nas discussões sobre formas de resistência (SCOTT, 1990) e luta migrante (VARELA HUERTA, 2015), bem como em debates da Teoria Política Feminista. Diante de um cenário global de recrudescimento de políticas anti-imigratórias e discursos que criminalizam as migrações, faz importante olhar para estratégias de resistência adotadas por migrantes, dentre as quais destacam-se iniciativas exercidas por mulheres.

Nesse sentido, a pesquisa teve a proposta de compreender como situações de desrespeito afetam

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG, Mestra em Ciência Política pelo PPGCP/UFMG e bolsista CAPES/ProEx. Especialista em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas pela PUC Minas e graduada em Comunicação Social/Jornalismo, pela UFMG. Integrante do Margem - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, do Nepem – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, ambos da UFMG, e do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração, da PUC Minas. E-mail: pauladdornelas@gmail.com

o modo como elas constroem suas identidades e lutas, advogando a necessidade de que os estudos de mobilidade se atentem para a agência política e as formas de ativismo desenvolvidas por migrantes. O estudo explorou como lutas por reconhecimento são constituídas e travadas por essas mulheres e como as migrantes resistem a situações de desrespeito.

A pesquisa focou nas experiências de mulheres migrantes naturais de países latino-americanos e caribenhos. Esse recorte regional justifica-se pela atual proeminência de fluxos migratórios entre países do chamado Sul Global, um cenário que tem sido observado e teorizado na literatura sobre o tema. Como pontua Baeninger *et al.* (2018), as chamadas “migrações Sul-Sul” evidenciam a complexidade do fenômeno migratório internacional, à medida que “se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais, da divisão internacional do trabalho, da mobilidade do capital” (BAENINGER, 2018, p. 13), sendo uma tendência nos deslocamentos populacionais contemporâneos.

Fruto de dissertação de mestrado, o trabalho partiu de uma abordagem interpretativista, caracterizada pelo foco nos significados, experiências e na construção de sentidos que interpe-lam as ações entre sujeitos (YANOW, 2014). Para geração de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 mulheres migrantes nascidas em países da América Latina e Caribe, e que vivem em Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP, municípios que contam com a presença de migrantes e que possuem grupos e coletivos formados por esse público. Para analisar os dados, foi realizada uma análise qualitativa de conteúdo discursivo (MENDONÇA, 2009), matriz analítica que alinha procedimentos da análise de discurso e de conteúdo. Nesse processo, foram identifi-cados os temas mais proeminentes nas narrativas das mulheres e, dentro de cada temática, observado como se constroem as lutas por reconhecimento e as formas de resistência.

A noção de Reconhecimento parte da ideia central de que cada indivíduo é formado por sua subjetividade e pela percepção de si como um(a) agente social, que é construído com base nas interações e relações sociais que estabelece. Com base nas ideias de Hegel e George H. Mead, Axel Honneth (2003) aponta que as e os sujeitos desenvolvem imagens de si por meio do reco-nhecimento intersubjetivo e coletivo, ou seja, quando são considerados como parceiros de in-teração. Nesse processo, o conflito é parte intrínseca dessa construção intersubjetiva. Para o autor, as lutas por reconhecimento estão fundamentalmente ligadas à promoção da justiça, sendo “lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativa” (HONNETH, 2003, p. 156). O autor define três domínios do reconhecimento, que estão ligados à construção da autorrealização, fator importante para a identidade e justiça. São eles o amor, o direito e a solidariedade, de onde advêm, respectivamente, a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima. Honneth ainda explica que, na busca por re-conhecimento nessas três esferas, situações de desrespeito podem perpassar essas relações e in-

fluenciar a forma como os sujeitos se percebem. Para o autor, há três formas de desrespeito que se opõem a esses domínios, quais sejam: maus tratos/violação, privação de direitos e degradação. Experiências desses tipos, portanto, afetam o modo como os sujeitos se percebem e atuam no mundo, impedindo uma autorrealização plena. Segundo Mendonça (2009), Honneth expõe, ainda, que ao perceberem que as condições de autorrealização (em algumas das três dimensões) estão sendo cerceadas, os sujeitos podem indignar-se, o que pode desencadear ações políticas. Os conflitos podem ser, portanto, o motor das mudanças sociais e dos próprios indivíduos, na medida em que eles e elas desenvolvem um sentimento de injustiça que pode servir como estímulo para que lutem por direitos e por reconhecimento.

Essas lutas podem, como explica Tully (2004), surgir de diferentes formas. Pela contestação de normas impostas e opressivas, por meio de negociações legais, políticas e constitucionais, com campanhas e protestos, pela formação de coletivos e/ou movimentos sociais, bem como na forma de atos de resistência cotidiana. Estas últimas são definidas por James Scott (1990) como formas ocultas de resistência, que compreendem atitudes informais que surgem diante de uma dominação, seja por meio de práticas cotidianas ou na própria maneira de se vestir, falar ou agir.

Nesta pesquisa, as lutas por reconhecimento e as formas de resistência desenvolvidas por mulheres migrantes envolveram alguns pontos. Com base nos relatos das mulheres entrevistadas, foi possível estruturar a análise a partir dos seguintes temas: 1) a socialização da mulher migrante: relações afetivas e papéis de gênero; 2) o trabalho e a dimensão econômica, e 3) o acesso a direitos e vivência da política. Essas são dimensões que se mostraram relevantes nas trajetórias das migrantes e, em cada tema, foram observadas situações de desrespeito que se vinculam aos âmbitos do reconhecimento.

Experiências de xenofobia, machismo e racismo são problemas presentes nos mais diversos campos para as mulheres migrantes entrevistadas, seja nas dinâmicas do trabalho ou nas vivências cotidianas em família. Foram narradas situações de violência, quadros de estigmatização e de privação de direitos que, articulados com outros fatores, impactaram as experiências das mulheres no estabelecimento de relações no país de destino. Aliado a isso, foi possível observar como papéis de gênero e cobranças e expectativas sociais permeiam esses processos. Os projetos migratórios, a inserção no mercado de trabalho e a construção de vínculos transnacionais são marcados por expectativas e responsabilizações em relação à mulher que migra, que envolvem tanto a decisão por migrar, quanto o cuidado com a família/filhos(as) e o envio de remessas, por exemplo. E, se em alguns casos, o próprio deslocamento é uma forma de resistir a quadros de desrespeito e violência no país de destino, em outros há uma culpabilização da mulher por ter migrado.

A articulação entre gênero e origem, por exemplo, é vista pelas migrantes como algo que afeta, negativamente, a inserção no Brasil. Isso ocorre não por uma “condição” apriorística de ser mulher e migrante, mas por quadros de desrespeito e desvalorização que elas enfrentam ao longo

do processo de socialização no país. Ademais, o entendimento de que o desrespeito pode ser motor para lutas sociais, como proposto por Honneth (2003), se mostrou presente nas falas das mulheres migrantes entrevistadas. As situações de desrespeito vivenciadas pelas interlocutoras de pesquisa motivam, contudo, lutas e formas de resistir, que envolvem: 1) a dimensão individual e formas cotidianas de resistência; 2) experiências compartilhadas e a formação de redes e 3) a percepção das migrantes sobre os feminismos.

Sobre a resistência cotidiana, por exemplo, as narrativas demonstraram que as estratégias adotadas se vinculam, principalmente, a uma questão cultural, seja por meio da gastronomia, do idioma falado, das músicas, ou do uso de roupas que remetem a elementos e costumes do local de origem. Apesar de as entrevistadas terem nascido em países diferentes, essa dimensão cultural se mostrou marcante nos relatos, como uma forma de romper com situações de desrespeito e de valorizar suas raízes e práticas.

No tangente às experiências coletivas, foi possível observar a formação de coletivos de mulheres migrantes tanto em São Paulo, como em Belo Horizonte. Com pautas que englobam a maior participação política, a luta por direitos, o combate às violências e a construção coletiva de afetos e vínculos entre mulheres, esses grupos desafiam lógicas e quadros excludentes, além de resignificarem as vivências migrantes no país de destino. É importante ressaltar que, apesar de distintas, um ponto que atravessa as ações desses movimentos e, até mesmo, os relatos de outras mulheres que não fazem parte de coletivos é, justamente, a dimensão da experiência compartilhada (DORNELAS, 2020). É com base nas vivências de cada uma e, por sentir que outras mulheres também passam por processos semelhantes, que a luta política, a militância e, consequentemente, as mudanças sociais são construídas.

Diante disso, compreender a migração como fenômeno complexo demanda que os estudos de mobilidade abarquem as diferentes experiências de mulheres migrantes — entendidas em sua pluralidade —, bem como atentem-se para a agência de quem migra, compreendendo a migração não só como deslocamento físico, mas como um processo que envolve resistências e lutas diversas.

### Referências bibliográficas

BAENINGER, Rosana *et al.* (Org). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

COGO, Denise. Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 177-193, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé W. **“Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”**. University of Chicago Legal Forum, 1989. p. 139-167.

DORNELAS, Paula Dias. **“Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira”: lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil**. Orientador: Prof.

Dr. Ricardo Fabrino Mendonça. 2020. 208f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, v. 77, p. 11-39, 2009.

GIL, Carmen Gregorio. **Migración femenina: su impacto en las relaciones de género**. Madrid: Narcea Ediciones, 1998.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais**. Orientadora: Profa. Dra. Rousiley C. M. Maia. 2009. 369 f. Tese (Doutorado) – Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

TULLY, James. Recognition and dialogue: the emergence of a new field. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, v.7, n. 3, p. 84-106, 2004.

VARELA HUERTA, Amarela. “Luchas migrantes”: un nuevo campo de estudio para la sociología de los disensos. **Andamios**, v. 12, n. 28, p. 145-170, 2015.

YANOW, Dvora. Interpretive analysis and comparative research. *In*: ENGELI, Isabelle; ALLISON, Christine Rothmayr (Eds.). **Comparative policy studies**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. p. 131-159.



## Mulheres que Vão e que Ficam: Questões de Gênero na Migração Transnacional Senegalesa<sup>1</sup>

Débora Coward Fogliatto<sup>2</sup>

### 1 Introdução e metodologia

Na última década, o Brasil tem recebido um grande número de imigrantes oriundos do Sul Global, especialmente das Américas do Sul e Central, do Caribe e da África. Uma das populações que compõem esta nova rede migratória é a senegalesa, a terceira dentre as nacionalidades que mais solicitaram refúgio nestes 10 anos, atrás dos venezuelanos e haitianos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019). Embora não se enquadrem como refugiados, os senegaleses solicitavam refúgio para poder permanecer no país enquanto se estabeleciam e conseguiam trabalho. De 2017 a 2019, os senegaleses foram a nacionalidade que mais obteve autorizações de trabalho pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em sua grande maioria nas regiões Sul e Sudeste do país.

De forma mais acentuada do que outras que compõem o atual *boom* migratório, a imigração senegalesa tem caráter especialmente laboral. No Senegal, a demanda por emprego é maior do que a economia consegue absorver, o que faz com que os homens jovens migrem para conseguir trabalho para ajudar no sustento da família que permaneceu lá. Essa principal motivação pode ser constatada em diversas pesquisas anteriores (HERÉDIA; GONÇALVES, 2017; JUNG, 2019; UEBEL, 2016), assim como em conversas com os próprios imigrantes. “Senegal é bom, mas falta de trabalho — é uma expressão utilizada frequentemente pelos imigrantes. Mesmo com emprego, há os que decidem emigrar para melhorar as condições de vida” (JUNG, 2019, p. 60). A partir daí, percebe-se também a principal diferença entre a imigração senegalesa e a haitiana, a qual constitui o principal fluxo migratório moderno para o Rio Grande do Sul: o perfil dos imigrantes. Enquanto os haitianos costumam migrar em família, ou vir para o país com o objetivo de trazer suas famílias, os senegaleses frequentemente não têm essa ambição. De forma semelhante aos haitianos, também os venezuelanos migram em família com mais frequência do que os senegaleses.

Mas a motivação econômica, embora seja citada como a principal, não explica sozinha a grande quantidade de senegaleses chegados às regiões Sul e Sudeste do Brasil. Nota-se que, em grande parte, esses migrantes foram atraídos para regiões em que há abundância de empregos em frigoríficos e indústrias, o que explica a concentração de senegaleses em cidades do interior do Rio

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Bacharela em Jornalismo, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: dcfogliatto@gmail.com

Grande do Sul, notadamente Caxias do Sul e Passo Fundo (UEBEL, 2016). Mas há de se levar em conta ainda a relativa facilidade para se conseguir permanecer legalmente no país, em comparação a países da Europa e da América do Norte, além dos projetos familiares próprios da cultura senegalesa e as redes migratórias. A partir do conceito de redes, pode-se entender a tendência de populações de imigrantes mudarem-se para o mesmo local, pela facilidade de já conhecerem pessoas lá instaladas e já terem referências e informações sobre o lugar (TRUZZI, 2008).

No caso dos senegaleses, em geral as famílias no país de origem optam por enviar um homem jovem para outro país, de onde ele irá trabalhar e enviar remessas que ajudarão no sustento dos familiares que permaneceram lá. Conforme explica Mocellin (2017, p. 353):

Em um estudo realizado por Kaplan (2003) com migrantes da região da Senegâmbia que foram para a Catalunha, a autora interpreta a emigração como uma estratégia familiar, de caráter masculino e transcontinental, em que a família investe em um dos seus membros como uma forma de diversificação das bases de renda e de promoção de um status econômico para o grupo.

As mulheres que chegaram nesses últimos dez anos ao sul do Brasil em busca de emprego se encaixam parcialmente nessa descrição, visto que algumas vieram se reunir com seus maridos e outras também são jovens que vieram de forma independente, deixando suas famílias no país de origem. Uebel (2016) aponta que até dezembro de 2015, havia 3.173 senegaleses no estado de Rio Grande do Sul, dos quais apenas 1,6% eram mulheres. Uma pesquisa feita pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) em parceria com o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), também de Caxias do Sul, constatou que entre os anos de 2010 e 2015, 2.391 senegaleses foram registrados no banco de dados da entidade, dos quais menos de 1% eram mulheres (HERÉDIA; GONÇALVES, 2017).

Neste trabalho, tem-se como objetivo analisar as formas como as relações de gênero aparecem como um fator fundamental para o caráter transnacional da migração senegalesa. Para tal, utilizaremos pesquisa bibliográfica, análise de dados já coletados por terceiros e dados coletados pela pesquisadora, a partir de observação, conversas e respostas a um questionário online por parte de mulheres senegalesas que vivem no Rio Grande do Sul.

## **2 O papel das mulheres na imigração senegalesa**

Mesmo quando não migram, as mulheres senegalesas ainda participam de forma ativa dos processos que se referem ao ato de migrar, pois lidam diretamente com a falta de seus maridos, filhos ou pais, além de gerirem os recursos enviados por eles e tomar conta das famílias que permaneceram no país de origem. É por essas conexões entre os migrantes e os que permanecerem no país de origem que se define a imigração senegalesa como transnacional. Os migrantes transnacionais são aqueles cujas vidas ocorrem em mais de um país, de forma simultânea e interconectada,

sendo influenciadas e influenciando acontecimentos tanto no país de destino quanto no de origem (BASCH; SCHILLER; BLANC, 1994). Desta forma, não apenas aqueles que migram vivem de forma transnacional, mas também os familiares que ficam no país de origem, ao manter contato permanente com aqueles que foram e, em muitos casos, construir seus planos de vida, expectativas e sonhos a partir de experiências que ocorrem neste outro lugar.

Os senegaleses no Rio Grande do Sul vivem vidas transnacionais em diversos aspectos. As questões de gênero referentes a esta migração são permeadas por essa transnacionalização: frequentemente, casais estão geograficamente distantes, ou mulheres senegalesas se casam com homens que já estão no Brasil, por chamadas de vídeo, e vêm ao país apenas posteriormente, quando eles já estão estabelecidos. Como colocam Mejía e Scapin (2019, p. 148), ao analisar a população de senegaleses em Lajeado por uma perspectiva transnacional, “no lugar do contraste entre a permanência e a mobilidade, aborda-se o que se mobiliza e o que permanece ao mapear as relações de gênero como uma mistura complexa de estabilidade e movimento”. Elas relatam o papel das mulheres senegalesas que permanecem no país:

Nas narrativas de nossos interlocutores senegaleses que se encontram sozinhos em Lajeado, percebemos que o protagonismo da maioria das mulheres senegalesas nas migrações acontece permanecendo no país de origem, enquanto os homens migram. No Senegal, elas tomam conta dos filhos e idosos, das casas e dos empreendimentos econômicos da família deixados pelos migrantes. As mulheres cumprem a função de dar apoio emocional aos que migram, participam das famílias transnacionais no país de origem, sendo poupadas das dificuldades que enfrentam os migrantes (MEJÍA; SCAPIN, 2019, p. 148).

Se culturalmente, a partir dos preceitos da religião Muride<sup>3</sup>, seguida pela maioria da população do Senegal, as mulheres costumam tomar conta da casa e não trabalhar, essa já não é mais a realidade geral no próprio país. Creevy (1991) relata que, ao contrário do retratado em estereótipos acerca de países muçulmanos, as mulheres senegalesas nem sempre cobrem as cabeças ou os rostos, não ficam isoladas dentro de casa, mas sim caminham livremente nas ruas, usando roupas coloridas, tanto durante o dia quanto à noite. “As mulheres vendem bens nos mercados a céu aberto e nas ruas. Em grupos universitários e em empresas as mulheres estão presentes, e expressam suas opiniões abertamente” (CREEVY, 1991, p. 348). Já há algumas décadas, conforme apontam diversas autoras, as mulheres senegalesas trabalham e podem administrar seu próprio dinheiro. Elas são consideradas essenciais para as famílias que vivem nos campos, atuando inclusive no cultivo de nozes, a lavoura que mais gera renda no país (CREEVEY, 1991).

De forma semelhante aos avanços que vêm ocorrendo no país, quando mulheres senegalesas migram, mesmo que a motivação inicial seja encontrar seus maridos ou irmãos, elas costumam trabalhar no país de destino. No Rio Grande do Sul, grande parte das senegalesas trabalha em

<sup>3</sup> O muridismo é a ordem religiosa à qual pertence a maior parte da população senegalesa. Trata-se de uma vertente do Islamismo própria do país fundada por Cheikh Ahmadou Bamba no final do século XIX, cuja estrutura “está centrada numa ideologia que enaltece o trabalho duro e os sacrifícios, reforçando, nos processos de migração, entre os seus membros, a importância de seguir os ensinamentos de seu líder” (MOCELLIN, 2017, p. 348).

empregos considerados “femininos”, fazendo faxina ou trabalhando em restaurantes e padarias. Em estudos sobre senegalesas na Europa e nos Estados Unidos, há relatos destas imigrantes trabalhando como cabeleireiras e sendo administradoras dos próprios negócios neste ramo (BABOU, 2008; ROSANDER, 2009).

### 3 Resultados e conclusões

Este trabalho é parcialmente baseado em pesquisa que está sendo realizada para dissertação de mestrado, a qual está em fase de desenvolvimento. Mas, aqui, pretendeu-se analisar a conexão entre dois aspectos da migração senegalesa para o Rio Grande do Sul, ao se colocar de forma conjunta o papel das mulheres e o caráter transnacional destas migrações. De início, já foi possível constatar que a transnacionalidade é muitas vezes mediada pelas relações de gênero, e que é esta característica que permite que tantos homens senegaleses migrem sozinhos, mesmo quando já são casados. A partir do envio de remessas, além de ligações por vídeo e voz diárias, casais e familiares se mantêm em contato constante, vivendo assim suas vidas em dois países ao mesmo tempo.

Buscamos demonstrar ainda, a partir do aqui proposto, as formas como gênero perpassa essa migração de forma constante, permeando tanto as escolhas de quem vai e quem fica, quanto as formas como as relações entre estes agentes se dá no momento em que a migração já ocorreu. Destaca-se ainda que quando houver a possibilidade para ir presencialmente a campo, certamente se terá mais resultados e conclusões neste sentido.

### Referências bibliográficas

BABOU, Cheikh Anta. Migration and cultural change: Money, “caste”, gender, and social status among senegalese female hair braiders in the United States. **Africa Today**, v. 55, n. 2, p. 3-22, 2008.

BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; BLANC, Cristina Szanton. **Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation States**. Londres: Routledge, 1994.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACEDO, Marília de (Orgs.). **Imigração e Refúgio no Brasil: a inserção de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho**. Brasília, DF: OBMigra, 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CREEVEY, Lucy E. The Impact of Islam on Women in Senegal. **The Journal of Developing Areas**, v. 25, n. 3., p. 347-368, abr. 1991.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. Deslocamentos populacionais no Sul do Brasil: o caso dos senegaleses. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele (Orgs.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 209-228.

JUNG, Philipp Roman. Desenvolvimento de processos migratórios do Senegal para o Brasil e suas alterações. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. V. 2. Porto Alegre: EST Edições, 2019. p. 45-76.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; SCAPIN, Marcele. A loja de Mohamed: espaços transnacionais, práticas muçulmanas e relações de gênero entre migrantes senegaleses numa pequena cidade do Rio Grande Do Sul. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 56, p. 139-158, ago. 2019.

MOCELLIN, Maria Clara. Deslocamentos e trabalho ambulante entre jovens senegaleses no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos Tedesco; KLEIDERMACHER, Gisele (Orgs.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 339-357.

ROSANDER, Eva Evers. Gender relations and female autonomy among Senegalese migrants in Spain: three cases from Tenerife. **African and Black Diaspora: An International Journal**, v. 3, n. 1, p. 91-107, jan. 2009.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

UEBEL, Roberto. Panorama e perfil da imigração senegalesa no Rio Grande do Sul no início do século XXI. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 28, p. 56-77, set. 2016.

## Mulheres Refugiadas – São Paulo: Políticas, Ações e Estratégias no Processo de Transição Cultural<sup>1</sup>

Rafaella Fiel Nascimento Santos<sup>2</sup>

### 1 Problema de pesquisa

O questionamento do movimento de migração como um fenômeno essencialmente masculino foi uma preocupação do movimento feminista, sobretudo nos anos 1990, a fim não somente de tornar visíveis as mulheres no fenômeno migratório, mas mostrar que padrões, causas, experiências e impactos da migração são diferentes para homens e mulheres (PERES; BAENINGER, 2012, p. 2). Portanto, analisar a migração sob a perspectiva de gênero exige olhar para processos e discursos na migração envolvendo mulheres e homens e suas relações entre si no domicílio, na comunidade em que estão inseridos e nas relações internacionais.

Mulheres e adolescentes são particularmente vulneráveis durante a migração, sendo vítimas de violência sexual e tráfico de pessoas. Apesar do grande número de mulheres refugiadas, suas experiências não têm sido estudadas e são ignoradas (BAIRD, 2012, p. 249).

Percebe-se que as mulheres e os refugiados em geral estão em uma categoria de vulnerabilidade, que se torna dobrada quando uma mulher está em situação de refúgio.

### 2 Objetivos

1) Geral: Analisar a situação de mulheres refugiadas no Brasil, identificando as políticas e as garantias legais internacionais e nacionais, as organizações governamentais ou não governamentais observando as estratégias de inserção no país e verificando as condições de inclusão e de transição cultural para a integração da mulher refugiada na sociedade brasileira.

2) Específicos:

2.1. Analisar as ontologias, a história e as críticas teóricas das RI como uma disciplina que tem privilegiado a relação entre o homem/masculino, o caráter “neutro” do poder, do Estado, da guerra, da segurança, da situação considerada “anarquia”, investindo na natureza estadocêntrica e relações moldadas preferencialmente no masculino;

2.2. Identificar as instituições para mulheres refugiadas no Brasil priorizando aquelas que oferecem conhecimento escolar, profissional visando a inclusão social;

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciência – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Financiamento pela FAPESP. E-mail: rafaella.fielns@hotmail.com

### 3 Metodologia

A metodologia da presente pesquisa se dá como bibliográfica de caráter teórico descritivo, analisando teorias que englobam o processo de transição cultural da mulher refugiada. A análise dos dados se qualifica como qualitativa com entrevistas semiestruturadas com refugiadas residentes da cidade de São Paulo e região metropolitana.

### 4 Mulheres e refúgio no Brasil

No Brasil a temática dos refugiados se inicia a partir de 1952, com o reconhecimento da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Em 22 de julho de 1997 o país promulga a Lei nº 9.474/97 (Lei do Refúgio): a lei que implementa a Convenção sobre o Estatuto do Refugiado de 1951 ao Direito brasileiro. Assim como a Convenção, a lei coloca em seu Art. 1º que “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país” (BRASIL, 1997, online).

A trajetória de uma refugiada soma-se ao peso do gênero, da raça e da classe. É preciso observar as mulheres refugiadas pela lente da interseccionalidade. O percurso para as mulheres que tentam o caminho do acolhimento em uma nova pátria tem sido bem mais longo e violento que aquele realizado por homens (VIEIRA, 2014, p. 2).

São inúmeros os motivos que levam a uma mulher a sair de seu lugar de pertencimento. Muitas mulheres, mesmo em situação de refúgio, continuam sofrendo abusos, principalmente dentro dos campos de refugiados, onde convivem com homens que estão a serviço da segurança dos campos ou que também encontram-se na situação de sobreviventes e refugiados (ONU MULHERES, 2017).

O Brasil, por sua vez, é um país que tem revelado grande interesse a favor da causa dos refugiados, embora ainda seja um país periférico/em desenvolvimento. O que é um dado questionante por si só (VIEIRA, 2014). Questionamo-nos: como em um país de tamanha desigualdade social, disparidade econômica, violências de gênero, contra a comunidade LGBTQ+ e contra afrodescendentes, com problemas de desemprego, segurança pública, representatividade política e, conseqüentemente, políticas públicas, consegue-se amparo legal, econômico, político, jurídico e social para uma refugiada? Quais seriam os “*nursing therapeutics*” que o Brasil tem a oferecer a uma sobrevivente solicitante de refúgio no Brasil? Existe apoio internacional e nacional para proteção e inclusão dessas mulheres?

Quando a mulher refugiada possui baixa escolaridade, não apresenta qualificação profissional, desconhece a cultura local e tampouco sabe de seus direitos e deveres trabalhistas, fica suscetível à palavra do patrão, que em certas situações se aproveita da sua situação vulnerável (ANDRADE, 2014). Dessa forma, a maioria das refugiadas, quando possível, entra no mercado

de trabalho precarizado e sem direitos trabalhistas. No que se refere à discriminação, essa se apresenta evidente. A condição de refugiada é pejorativamente associada à de “fugitiva” (pessoa que cometeu algum crime em seu país) e isso reforça as discriminações. A mulher refugiada também enfrenta a discriminação de seus pares, isto é, as trabalhadoras brasileiras as acusam de tomar-lhes seus trabalhos (ANDRADE, 2014).

## **5 A Transição Cultural da mulher em refúgio**

Além da vulnerabilidade às violências, as mulheres refugiadas também enfrentam o desafio da transição cultural e, posteriormente, da adaptação nessa nova cultura em que se inserem.

Baird (2012) apresenta um estudo sobre a transição cultural da mulher refugiada (Refugee Women Cultural Transition – RWCT) e coloca que a separação é a primeira fase do processo de transição cultural, é nela que as mulheres são forçadas a deixar seus lares, familiares, amigos e comunidades. Durante cada deslocamento, as mulheres vivenciam uma profunda transição cultural, incluindo diferentes línguas, regras e normas sociais, papéis, comportamentos e valores culturais.

Muitos refugiados e muitas refugiadas nunca poderão retornar à sua terra natal. Essa sensação de separação e perda permanentes pode ter um efeito psicológico duradouro no bem-estar dos refugiados e refugiadas. A fase de separação é caracterizada por antecipação, medo do desconhecido e perda, não obstante, por excitação, oportunidade e esperança. A segunda fase é a de liminaridade, que pode caracterizar-se por uma sensação de desorientação, confusão e novidade. Sua duração pode depender de diversos fatores, tais como a oportunidade de aprender o novo idioma, emprego, redes sociais e status socioeconômico. A terceira e última fase da transição cultural é a integração e ela ocorre interna e externamente. A integração externa é a adaptação ao ambiente externo, envolvendo o domínio das tarefas necessárias para sobreviver e ser um membro produtivo da nova sociedade, como aprender habilidades de linguagem, ser empregado e seguir as regras e leis da sociedade. A integração interna é a incorporação dos aspectos culturais da nova sociedade, como valores e crenças em si mesma ou à sua identidade pessoal.

As mulheres que estavam se saindo bem mantinham contato social com sua comunidade étnica e com os americanos por meio de seus empregos, bairros ou escolas de seus filhos. As mulheres com maior índice de bem-estar tinham metas para o futuro e uma perspectiva positiva para si e suas famílias. As mulheres que tinham pouco índice de bem-estar dependiam das outras para as atividades básicas da vida diária, como fazer compras, ler suas correspondências e entender as comunicações enviadas para casa com seus filhos da escola. A falta de habilidades no idioma inglês contribuiu para seu isolamento e impediu que elas fossem empregadas ou tivessem contato com outras pessoas fora de sua comunidade étnica. Essas mulheres tinham uma sensação de desesperança (BAIRD, 2012).

No processo de transição cultural, os chamados “*nursing therapeutics*” são intervenções ou ações que podem modificar ou influenciar os resultados de uma transição. Essas ações podem afetar qualquer uma das três fases do processo de transição cultural. Essas três fases de separação, liminaridade e integração são características da transição cultural das mulheres refugiadas. Entre essas ações e intervenções, estão: apoio social, apoio internacional e oportunidades de emprego.

## 6 Resultados finais

A partir de visitas técnicas ao Cáritas SP e encontros do projeto “Empoderando Refugiadas” somadas às entrevistas com mulheres refugiadas em São Paulo e sua região metropolitana foi constatado que a região possui “nursings” que auxiliam no processo de inserção de refugiadas na sociedade.

As entrevistadas que vieram acompanhadas de sua família, possuem uma melhor perspectiva e um sentimento de esperança para o futuro. Também enfrentam problemas que uma mulher brasileira enfrenta todos os dias, como estar vulnerável ao andarem sozinhas durante a noite. Todas mencionaram que o idioma e a cultura foram suas maiores dificuldades ao chegar no Brasil. Todas chegaram a conhecer o projeto “Empoderando Refugiadas”, no entanto, uma relatou não ter sido uma experiência de grandes contribuições, enquanto outras revelaram ter conseguido emprego e uma rede de contato através dele. Foi perceptível, também, que são mulheres engajadas com programas e projetos que envolvem refugiados, todas nomearam alguma instituição no qual têm contato. Todas possuem um grande engajamento em sua fé, a religião é uma questão importante para elas.

## 7 Considerações finais

Apesar de estar em seu estágio inicial, a temática das mulheres refugiadas dentro do ambiente acadêmico no estudo das Relações Internacionais mostra sua devida importância, tanto em contexto internacional quanto em contexto nacional. Em uma realidade que se vê uma mídia alarmante e líderes políticos que colocam as pessoas migrantes e refugiadas como inimigas e perigosas, é preciso estudar e desmistificar a imagem do refugiado. Ainda mais importante, é pensar nos refugiados como heterogêneos e reconhecer que a vivência da mulher refugiada é diferente e mais dolorosa do que a vivência do homem refugiado. A partir das interseccionalidade é possível observar que cada mulher possui uma realidade diferente e seu lugar de pertencimento em relação a classe social, raça e orientação sexual fazem com que suas experiências sejam ainda mais divergentes. Os Estados, assim como o Brasil, necessitam olhar para esses casos a partir das lentes do gênero. Dessa forma, foi possível compreender que a cidade de São Paulo possui “nursings” que, no entanto, se apoia na iniciativa civil e em poucos projetos de inclusão de refugiadas no mercado de trabalho.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Marisa. Mulheres refugiadas: um estudo sobre sua inserção no mercado de trabalho paulistano. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 6.; SEMINÁRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2., Toledo, 2014. **Anais...** Toledo: UNIOESTE, 2014.

BAIRD, Martha B. Well-Being in Refugee Women Experiencing Cultural Transition. **Advances in Nursing Science**, Online, v. 35, n. 3, p. 249-263, jul/set. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/ANS.0b013e31826260c0>. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm). Acesso em: 05 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES BRASIL. Uma em cada cinco refugiadas são vítimas de violência sexual no mundo. **ONU Mulheres**, 23 jun. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/uma-em-cada-cinco-refugiadas-sao-vitimas-de-violencia-sexual-no-mundo/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: 2012. p. 1-16.

VIEIRA, Daianne Rafael. A perspectiva de inserção da mulher refugiada no Brasil. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., Natal. **Anais...** Natal: 2014, 15p.



# **POLÍTICAS PÚBLICAS**



# Imigração Internacional no Rio Grande do Sul: Análise da Dinâmica Laboral e o Perfil dos Trabalhadores em Quatro Regiões Seleccionadas<sup>1,2</sup>

*Rosmari Terezinha Cazarotto<sup>3</sup>*

*Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar<sup>4</sup>*

*Rogério Leandro Lima da Silveira<sup>5</sup>*

## 1 Introdução

A mobilidade humana internacional intensificou-se desde o início do século XXI, evidenciando novas abrangências espaciais e diferentes modos de inserção social e laboral nos territórios de instalação. Neste contexto, o Rio Grande do Sul tem sido destino de significativo contingente de imigrantes laborais internacionais, com destaque para latino americanos. Contudo, a distribuição de vínculos formais de trabalho tem se dado de forma distinta nas regiões compreendidas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), sendo, Delta Metropolitano do Jacuí, Serra, Vale dos Sinos e Vale do Taquari, as regiões que mais concentram vínculos formais de trabalho para imigrantes internacionais no Estado do Rio Grande do Sul. Neste contexto, questiona-se quais têm sido as características da dinâmica laboral dos imigrantes internacionais, semelhanças e particularidades nessas quatro regiões? Para responder a esta questão, o presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica laboral e o perfil dos trabalhadores imigrantes internacionais inseridos no mercado formal de trabalho nas regiões supramencionadas.

## 2 Metodologia

Quanto à metodologia, a proposta consiste em um estudo exploratório de natureza quantitativa, a partir de dados secundários provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), tendo como foco o processo de inserção dos imigrantes recentes no mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul, com destaque para as quatro regiões que mais empregaram imigrantes internacionais, em 2018, a saber: Delta Metropolitano do Jacuí, Serra, Vale dos Sinos e Vale do Taquari.

1 Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

2 Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa “Cidades médias e os fluxos migratórios internacionais recentes: o exemplo da cidade de Lajeado na Região do Vale do Taquari-RS”, financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) no triênio 2019-2022 (processo 408687/2018-5).

3 Doutora em Geografia pela UFRGS, Professora da Universidade do Vale do Taquari - Univates, e-mail: rosmari.cazarotto@univates.br

4 Doutora em Ambiente e Desenvolvimento pela Univates, Professora da Universidade do Vale do Taquari - Univates. E-mail: fernanda@univates.br

5 Doutor em Geografia Humana pela UFSC, Pós-doutor em Geografia e Planejamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa, Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc. E-mail: rlls@unisc.br

### 3 Aporte teórico

No âmbito das pessoas em situação de mobilidade humana internacional, a dimensão trabalho e renda são importantes elementos a observar. A mobilidade internacional da força de trabalho acompanha a reestruturação do capitalismo em sua dimensão produtiva e nas concentrações urbanas, iniciadas nos anos 1970 (PIORE, 1979). Neste contexto, as condições do conteúdo técnico-científico-informacional instaladas nos territórios, proporcionaram a aceleração dos fluxos diversos e aproximaram os lugares e regiões ao redor do mundo, que, junto com a construção de processos políticos viabilizaram a globalização. No século presente, tais mudanças conectam todos os sistemas de cidades, de diferentes escalas, porém o capital é seletivo, elege áreas e se concentra em lugares onde as condições técnicas existem (SANTOS, 2006).

Com a globalização há um reposicionamento das cidades dentro da hierarquia de poder econômico, político, regional, nacional e global, dando destaque e projeção às cidades de pequena escala “*downscaled cities*” que passam a se inserir neste processo. No mundo, cada vez mais os imigrantes internacionais têm se tornado atores significativos na reestruturação econômica e política das cidades (SCHILLER; ÇAGLAR, 2011).

Para Sassen (2010), a tecnologia da informação conferiu dinâmica à produção e aos lugares. As conexões criadas pela internacionalização da produção, orientada à exportação, por exemplo, contribuíram para a circulação de trabalhadores como um dos fluxos no espaço transacional.

Ainda, no cenário da globalização, há uma pressão crescente entre empresas e países para permanecer competitivos e reduzir os custos. Variável que pode contribuir para a criação de condições que demandam o recrutamento de trabalhadores imigrantes a baixos salários, o que é reforçado pelo contexto de enfraquecimento dos sindicatos (SASSEN, 2010).

Piore (1979) analisou que os empregadores e os postos de trabalho são os elementos estratégicos para explicar os fluxos massivos de imigrantes. Segundo Damiani (2011), a migração precisa ser compreendida não só como deslocamento humano, mas como irradiação geográfica de um sistema econômico. Atualmente, atende à reprodução da força de trabalho das empresas nacionais e transnacionais. Por isso, Póvoa Neto (1997) propõe a análise da migração na perspectiva do conceito de mobilidade do trabalho. Sayad (1998) também alega que a razão basilar da permanência do estrangeiro no local de imigração é o trabalho, logo, sua presença é de caráter provisório. O trabalho é o que faz existir o imigrante, não qualquer trabalho, mas “o trabalho para imigrantes”.

Segundo Piore (1979), muitos trabalhadores locais desprezam postos de trabalho intensivo, por serem de baixa remuneração, baixo status e baixa possibilidade de evolução profissional, porém são atrativos para os imigrantes quando vislumbram a possibilidade de ganhar mais do que seu em país de origem.

Para George (1977), o trabalhador estrangeiro preenche vazios prejudiciais ao funcionamento do sistema econômico, ao mesmo tempo em que busca complementar os meios de existência para si próprio e para a família, uma vez que não tem esperança de fazer isso no seu país de origem. É um imigrante temporário, introduzido por um contrato num mercado de trabalho. Os países receptores beneficiam-se de uma força de trabalho criada fora de suas fronteiras e ainda têm à sua disposição uma mão de obra abundante para os trabalhos que os nacionais não querem realizar.

Esse aporte teórico contribui para compreender a realidade dos fluxos migratórios internacionais recentes para as regiões em estudo no estado do Rio Grande do Sul.

#### **4 Resultados parciais ou finais**

Desde 2010, o Rio Grande do Sul tem atraído um significativo contingente de imigrantes laborais, com uma taxa média de crescimento de 17,7% ao ano, exceto 2016. Em 2018, com 15.469 empregos formais, era o quarto estado do Brasil com maior número de registros de laborais estrangeiros (10,9% do total), ficando atrás apenas dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, respectivamente. Juntos, os quatro estados empregam 73% do total de imigrantes do país.

Ao analisar a distribuição dos vínculos formais de emprego por municípios e regiões do RS, observa-se que esta não tem sido uniforme, assim como, as características dos setores de atuação mantém uma relação próxima com as características econômicas das regiões. As quatro regiões que mais empregaram em 2018 migrantes internacionais foram: os Coredes Delta Metropolitano do Jacuí (30,1%), Serra (16,9%), Vale dos Sinos (10,1%), Vale do Taquari (8,4%), as quais juntas registraram 65,5% dos vínculos formais de trabalhadores estrangeiros, e são foco deste estudo.

Os dados da RAIS informam também que, em 2018, a principal nacionalidade estrangeira no mercado de trabalho formal no RS era haitiana, perfazendo 42,5% do total. Além disso, uruguaios, argentinos, estão entre as principais nacionalidades no ranking da inserção no mercado de trabalho formal no estado, representando 62,2% do total, que ao somar com outros africanos representa 69,9%. Contudo, ao analisarmos a distribuição geográfica dos vínculos de trabalho formal para os imigrantes internacionais, observa-se que esta não é uniforme no território e que há formação de “grupos étnicos regionais”. Isso ocorre devido a interação social dos imigrantes através das redes de contato que se formam desde a saída do país de origem, no percurso e dentro do país de acolhida, que “conectados por redes criam e difundem estratégias de mobilidade e assentamento” (CAZAROTTO; MEJÍA, 2018, p. 171).

Nas quatro regiões estudadas, a nacionalidade que mais se observa são de haitianos, no entanto, enquanto que nos coredes Metropolitano e Vale dos Sinos eles representavam 40,3% e 44,8% respectivamente, na Serra (61,8%) e no Vale do Taquari (80,9%), a concentração é muito maior. Além disso, no corede Metropolitano, que abriga a capital do Estado, observa-se a presença

de maior diversidade de nacionalidades, assim como na região dos Sinos, próxima a capital, e cujas dinâmica econômica é similar. Enquanto que nos demais coredes, algumas nacionalidades se sobressaem.

Em termos de gênero, pode-se observar que a preponderância é de trabalhadores estrangeiros masculinos. Em 2018, no RS 72% eram homens e 28% dos imigrantes registrados eram mulheres, idêntico ao também observado na Serra. Nos coredes Metropolitano e Vale do Sinos, a predominância de homens é um pouco maior (74,4% e 74,1% respectivamente), enquanto que no Vale do Taquari a presença de mulheres é um pouco maior (34,7%).

Quanto aos setores de atuação dos migrantes laborais internacionais, identificamos que, em 2018, no Corede Delta do Metropolitano do Jacuí, região que mais emprega imigrantes laborais no Estado, os setores de serviços (46,9%), comércio (17,8%) e construção civil (15,1%) foram os que mais os contrataram formalmente. No Corede Serra, as atividades que mais se destacaram por empregar mão de obra estrangeira foram a indústria de transformação, com 64,1% dos vínculos da região, o setor de serviços (16,3)%, e a Agropecuária (9,5%). Já no Vale do Sinos, os migrantes laborais internacionais estavam inseridos nos setor de serviços (35,4%), na indústria de transformação (31,0%) e no setor de comércio (19,5%). E, no Vale do Taquari, o emprego formal para imigrantes internacionais está fortemente concentrado na indústria de transformação, a qual sozinha, foi responsável pelo registro de 82,6% dos vínculos regionais, sendo que a principal empregadora é a indústria de beneficiamento agroindustrial de carnes — frigorífico. Na sequência, aparecem os vínculos nos setores de serviços (7,3)% e comércio (5,6%).

Assim, entre as regiões analisadas pode-se observar que as existem semelhanças por serem regiões que mais criaram vínculos formais de trabalho para imigrantes internacionais, porém quanto aos setores de atuação o Coredes Delta Metropolitano do Jacuí e Vale dos Sinos, predominam os vínculos no setor de serviços. Já nas regiões Serra e Vale do Taquari predominam os vínculos formais de emprego na indústria de transformação.

## **5 Considerações finais.**

No século XXI, o Rio Grande do Sul acolhe especialmente imigrantes do chamado Sul Global. As principais nacionalidades com vínculos formais de emprego são de haitianos, uruguaios e argentinos.

As quatro regiões que mais empregaram em 2018 migrantes internacionais foram Delta Metropolitano do Jacuí, Serra, Vale dos Sinos e Vale do Taquari, as quais juntas registram 65,5% dos vínculos formais de trabalhadores estrangeiros.

A empregabilidade está fortemente relacionada com as características econômicas regionais. Nas regiões Metropolitano Delta do Jacuí e Vale dos Sinos a atuação está bastante vinculada ao setor de serviços e comércio. Nas regiões Serra e Vale do Taquari, o predomínio dos empregos

formais é na indústria de transformação. Em relação ao perfil dos imigrantes predominam trabalhadores do sexo masculino.

### Referências bibliográficas

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha; MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria. Análise da repercussão socioespacial da imigração haitiana numa pequena cidade: o caso de Encantado – Rio Grande do Sul – Brasil. **R. Ra’eGa**, Curitiba, v. 45, n. 1, p. 170-186, dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v45i1.52355>. Acesso em: 04 dez. 2020.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2011

GEORGE, Pierre. **As migrações internacionais**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

PIORE, Michael J. **Birds of passage: Migrant Labor and Industrial Societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511572210>. Acesso em: 04 dez. 2020.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil: novos desafios para análise. **Experimental**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-24, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHILLER, Nina Glick; ÇAGLAR, Ayse. Introduction: Migrants and Cities. In: SCHILLER, Nina Glick; ÇAGLAR, Ayse (Orgs.). **Locating Migration: Rescaling Cities and Migrants**. New York: Cornell University, 2011. p. 1-20.

## O Uso de Recursos Étnicos por Imigrantes: O Caso da Alimentação<sup>1</sup>

Fernanda Trentini Ambiedo<sup>2</sup>

### 1 Introdução

O ato de pesquisar a mobilidade humana dentro de uma perspectiva histórica metodológica nos propicia buscar novas possibilidades de pensar a sociabilidade e a integração entre nacionais e estrangeiros. Proponho aqui, analisar um modo de inserção e o uso de recursos étnicos, de imigrantes italianos nas primeiras décadas do século XX que não se concentram apenas neste grupo étnico, mas, também, refletem-se em outros grupos tanto em contexto histórico como na atualidade. Este recurso étnico em pauta é o comércio dedicado à produção e venda de alimentos tidos como “típicos”, de uma região ou país, em Porto Alegre. Esta prática não está centrada apenas atualmente, onde tornou-se comum vermos restaurantes que se promovem pela “originalidade” de apresentar ao consumir um alimento tido como único e que respeita as tradições, as técnicas e as práticas de preparo da cultura em voga. Para discutir este processo usarei como fonte o álbum comemorativo de cinquenta anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, lançado em 1925, em dois volumes, e que nos traz a história e geografia dos municípios que receberam contingentes significativos de italianos, e refere-se também, a empreendedores italianos que alcançaram renome dentro de seus locais de vivência. Neste almanaque, que provavelmente não é exaustivo, existem quarenta e uma propagandas de atividades comerciais que italianos exerciam em Porto Alegre<sup>3</sup>. Os ramos principais estavam ligados a produção, a importação e a exportação de produtos, fábricas de tecido, metalúrgicos, mobiliários, setores de bens de subsistência primária e institutos educacionais.

### 2 Alimentação, identidade e recurso étnico

A utilização de recursos étnicos como forma de inserção em uma sociedade distinta diz respeito a aspectos socioculturais e demográficos de todo um grupo, e não apenas de uma fração que estimularia atividades empresariais (TRUZZI; NETO, 2007). Defino recursos étnicos como técnicas aplicadas, símbolos, modos de vida, relações e estratégias que podem ser redes de contato entre grupos (SCHMIDT, 2015). A transformação destes aspectos socioculturais em recursos étnicos ocorre quando se torna necessário encontrar uma maneira de manter ligações entre os imigran-

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, bolsista de dedicação exclusiva CNPq. Mestra em História pelo PPGH da PUCRS. Contato: fernanda.ambiedo@acad.pucrs.br

<sup>3</sup> Como eram propagandas pagas, não podemos definir conclusivamente que havia somente estes comércios e fábricas, pois acreditamos que muitas optaram por não participar deste livro comemorativo.

tes sendo uma espécie de mentalidade perpetuada desde os primeiros que imigraram e passada para seus descendentes, que mantêm a utilização destes para demonstrar uma ligação com o seu local de origem (SCHMIDT, 2015). A alimentação tornou-se um dos principais recursos utilizados por imigrantes no Rio Grande do Sul para a inserção comercial, como já comentado, nas primeiras décadas do século XX estas fábricas e comércios de bens de consumo, principalmente alimentícios, eram de origem principalmente italiana e alemã.

A relação entre alimentação e identidade ainda é, por muitas vezes, ignorada pelos pesquisadores quando pensam a interação entre dois, ou mais, grupos. A alimentação é como uma referência para a conservação de certos aspectos identitários (MONTANARI, 2009). É importante ressaltar que as identidades são formadas a partir de certas categorias, como família, religião, classe social, espaço e território que nas trocas entre culturas se adaptam e se redefinem, porém, sempre perpetuando algumas características (SMITH, 1997). No caso da gastronomia, a identidade é interligada com a manutenção das técnicas de preparo e de produção destes alimentos, o imigrante então, conserva os traços originais e os “adapta” com a utilização de produtos autóctones do país receptor.

No Rio Grande do Sul alguns estudos nos informam sobre uma espécie de “hibridismo” alimentar, que gerou uma cozinha definida popularmente como “colonial”. Nas regiões de colonização italiana conseguiu-se a perpetuação de algumas tradições; “elas eram ligadas, por exemplo, ao cultivo das vinhas e das oliveiras, do preparo da polenta e do pão, e até a produção de embutidos” (DE RUGGIERO, 2018, p. 126). Podemos falar sobre uma espécie de “*know-how*” italiano que se integra — transnacionalizando-se — para se adaptar as condições que o local poderia oferecer (DE RUGGIERO, 2018). A manutenção e o respeito da técnica italiana na preparação dos alimentos na região receptora, tornou-se o principal ingrediente para reforçar a ligação e valorização do produto, confeccionado seguindo rigidamente as “normas” italianas que preservavam, de uma certa forma, a ligação transnacional com a Itália, em um momento em que o país mediterrâneo começava a ser reconhecido como centro de uma cultura gastronômica (DE RUGGIERO, 2015). Este “movimento” pode ser percebido desde os primeiros relatos, durante o período chamado “Grande Imigração”, que sugerem que como um processo de globalização, em que o cidadão italiano, e europeu, se tornou cidadão do mundo ao relacionar-se com perfis culturais diferentes e utilizou o alimento como integração (MONTANARI, 2013). Edmondo De Amicis — escritor italiano — que relatou em alguns de seus escritos que imigrantes ao final do século XIX desafiavam “os controles das alfândegas portuárias, para trazer consigo na viagem, seus produtos enogastronômicos, com a intenção de presentear os parentes que os esperavam do outro lado do oceano” (DE RUGGIERO, 2018, p. 124).

## 2.2 A capital gaúcha, o comércio étnico e os italianos

Para contextualizar a presença dos italianos é interessante que durante a década de 1920, Porto Alegre passou por uma evolução nos meios de produção, primeiramente dedicava-se a produção de produtos de subsistência que atingiu uma autossuficiência, sendo diversificada, mas sempre levando em consideração as necessidades de consumo da população local (SINGER, 1968). Na pesquisa de Singer (1968), foram elencados um total de 621 estabelecimentos; dentre eles, 144 dedicados à elaboração de produtos alimentícios, 164 de vestuários, e o restante divididos entre categorias como: cerâmica, produtos químicos, metalúrgicos e materiais de transporte. Pensando em dois grupos muito pesquisados na historiografia gaúcha, italianos e alemães, é percebido que ambos dividiam o espaço nos setores industriais dedicados a distribuição e produção de produtos alimentícios. Na Associação Comercial de Porto Alegre cerca de 40% dos membros eram teuto-brasileiros, sendo que apenas 17 de 327 membros eram italianos (MONTEIRO, 1995). Os alemães se destacavam em cervejarias, metalurgia e curtição de couro (CONSTANTINO, 1990), enquanto que os italianos se dedicavam a pequenos e médios comércios, como açougues, confeitarias, sorveterias, e ainda em profissões liberais como alfaiates, sapateiros, marmoristas (*Ibid*, 1990).

O transnacionalismo e o “hibridismo” culinário, como já salientado anteriormente, sofreu certa resistência cultural nos principais centros urbanos envolvidos com o fenômeno migratório; são diversos os casos de empreendedores italianos que se afirmaram no comércio étnico com a importação de alimentos diretamente da península. Um exemplo disso é na cidade de São Paulo que sofreu o surgimento de inúmeras casas “étnicas” de importação, tanto que muitos peninsulares construíram fortunas sustentados pelas propagandas dos jornais étnicos que circulavam em grande quantidade, impondo costumes alimentares e valores culturais aos produtos genuinamente de proveniência peninsular (DE RUGGIERO, 2018). Muitos empreendimentos se dedicavam à venda de gêneros alimentícios que, agora, estavam sendo produzidos em grande escala e com máquinas industriais, continuavam a remeter diretamente a sua origem caseira italiana ou colonial. Os descendentes procuravam comercializar e adaptar os produtos originalmente feitos nas cidades interioranas, ou importados diretamente da Itália, como salame, queijos, vinhos e massas, para as grandes cidades. Apesar da perda do “valor” simbólico da genuidade italiana, se manteve a definição do “tipo italiano”, para continuar a manter a afirmação de uma garantia de boa qualidade.

De forma sucinta, apresentarei agora, algumas das fábricas e comércio, ligadas ao setor alimentício, que estavam presentes no álbum comemorativo. Elas são: Natale Grimaldi; Confeitaria Rocco; Vicente Monteggia; Dal Molin irmãos e Simon; A. Costi e filhos. Vicente Monteggia, nascido em Laveno, sul do Lago Maggiore, emigrou aos 21 anos e veio para o Brasil. Em Porto Alegre fundou uma colônia chamada “*Villa Nova D'Italia*”, onde trabalhavam trentinos e montevianos, e tinham como principal produção um moinho, além do fornecimento de frutas ao mer-

cado público municipal (BRUM, 2003, p. 184). A colônia de Monteggia é um ótimo exemplo da construção de redes de atração de novos imigrantes durante as primeiras décadas do século XX. Quando trata-se de produtos importados e exportados, posso citar os grupos Dal Molin irmãos e Simon, e A. Costi e filhos. O primeiro grupo se dedicava na produção de banha de porco, além de exportar para São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco e Pará e também para o comércio interno produzia vinhos e cereais para Porto Alegre. Já a segunda, também vendia banha de porco, produzida em vários pontos do estado gaúcho, de região colonial italiana, Guaporé e Taquari. Estes dois exemplos, apresentam a migração da região colonial italiana para a capital gaúcha que depois se tornariam grandes suficientes para abarcar diversos públicos. Temos também a fábrica de massas alimentícias de Natale Grimaldi, ela foi uma das mais importantes e tradicionais em Porto Alegre, conforme o almanaque “albergues, restaurantes, instituições e hospitais recebem o fornecimento de massas, que é reconhecida pela sua excelência na produção.”<sup>4</sup> O fundador, Andrea Grimaldi, veio de Salerno em 1885, o álbum relembra sua chegada “pobre, mas disposto, dizia-se fabricante de massas alimentícias, demonstrando uma fórmula simples, mas sempre com grandes habilidades e atividades surpreendentes”<sup>5</sup>. Em 1905, seu irmão mais novo Natale Grimaldi assume a empresa e a transforma em uma das mais importantes empresas familiares italianas, ganhando uma série de prêmios tanto no Brasil como na Itália. E, outro personagem de relevância citado no álbum, A Confeitaria Rocco e seu dono Nicolau, vindo de uma pequena região chamada Molise, viaja primeiramente a Buenos Aires e depois reemigra para Porto Alegre, onde permanece até sua morte em 1932. Ele começou com um pequeno e modesto negócio de doce chamada “Confeitaria Sul América” em 1892, mas é com o crescimento da cidade optou a construir uma fábrica de doces, salão de festas e confeitaria. As características de sua integração com a sociedade italiana e a brasileira é percebida a partir da realização de diversas festas ocorridas na sua confeitaria e a introdução de doces ainda desconhecidos na capital gaúcha.

### 3 Conclusão

A relação entre a culinária e a identidade foi notada por jornalistas da época, como Francesco Bianco que após uma visita ao Brasil em 1922 retratava que

Conseguiram impor a própria culinária, assumindo o domínio dos gostos daqueles povos [...]. Existem aqui milhões de compatriotas que comem com certeza de uma maneira bastante italiana. E os filhos desses italianos, os quais algumas vezes esquecem a pátria de seus pais, nunca se esquecem das cozinhas das suas mães (BIANCO *apud* DE RUGGIERO, 2018, p. 126).

4 Alberghi, ristoranti, istituti, ospedali si forniscono da essa, tanto riconosciutà l'eccellenza della sua pasta”. (CINQUANTENARIO..., 2000, p. 358, tradução da autora).

5 “(...) povero ma volenteroso, si dette all'ufficio di fabbricante di paste alimentari, impiegandosi ora qua, ora là, ma dimostrando sempre grande abilità e sorprendente attività”(CINQUANTENARIO..., 2000, p. 358, tradução da autora).

Os descendentes apesar de desejarem um rápido processo de integração, não renunciaram nas novas pátrias a chance de recriar alguns traços de suas memórias, tradições e símbolos. No que pertence à gastronomia, pode-se afirmar que os italianos mantiveram sempre formas de “resistências” mais evidentes do que em outros processos de “*melting pot*” cultural.

“[...] um extraordinário veículo de autorrepresentação [...] não apenas é instrumento de identidade cultural, mas talvez seja o primeiro modo para entrar em contato com culturas diversas, já que consumir o alimento alheio parece mais fácil – mesmo que apenas na aparência – do que decodificar-lhe a língua (MONTANARI, 2009, p. 11).

A alimentação faz parte da nossa cultura, identidade e é um modo de representação.

### Referências bibliográficas

BRUM, Rosemary Fritsch. **Uma Cidade que se conta: Imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre (1920-1937)**. Orientadora: Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino. 2003. 408 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I-II.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: meridionais na sociedade portoalegrense e permanência da identidade entre moraneses**. Orientadora: Laima Mesgravis. 1990. 405 f. Tese (Doutorado) – Curso em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

DE RUGGIERO, Antonio. A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914). **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, v. 15, n. 1, p. 121-138, jan/jun. 2018.

DE RUGGIERO, Antonio. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: Perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Maíra Ines *et al.* **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 162-181.

MONTANARI, Massimo. **Comida como Cultura**. 2 Ed. São Paulo: SENAC, 2013.

MONTANARI, Massimo. **O Mundo na Cozinha: História, Identidade, trocas**. 1 Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e Modernidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

SCHMIDT, Diogo Serafim. **Valores étnicos e empreendedorismo: estudo sobre a mentalidade empreendedora de descendentes de alemães e italianos no Rio Grande do Sul**. Orientador: Daniel Gustavo Mocelin. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Ed Nacional, 1968.

SMITH, Anderson D. **Identidade Nacional**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1997.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; NETO, Mário Sacomano. Economia e empreendedorismo étnico: Balanço histórico da experiência paulista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 37-48, 2007.



## Migração, Desenvolvimento e Saúde: o Acesso de Imigrantes e Refugiados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em Porto Alegre<sup>1</sup>

*Isabella Martins Carpentieri<sup>2</sup>*

### 1 Introdução

O crescente aumento de imigrantes no Brasil nos últimos anos é um reflexo das novas dinâmicas dos fluxos migratórios internacionais, que surgem como um importante fator de mudança social no mundo contemporâneo. Em razão das políticas restritivas da América do Norte e da Europa, os países vizinhos latino-americanos, tal como o Brasil, tornam-se atrativos para imigrantes vindos, principalmente, do Haiti, Bolívia, Venezuela e Colômbia.

O Rio Grande do Sul apresentou, a partir de 2014, um aumento progressivo no número de imigrantes. Segundo levantamento, existem cerca de 95 mil imigrantes no estado, o que representa 0,84% da população (CIBAI, 2019). A prefeitura da capital, Porto Alegre, estima que cerca de 36 mil residem na cidade.

Ainda que pesquisas nacionais, realizadas nas últimas décadas, procurem contabilizar e traçar o perfil dos imigrantes, dos refugiados e dos portadores de visto humanitário no Brasil, estudos no domínio da saúde são escassos. Segundo Carballo e Mboup (2005), a análise das questões relacionadas com a saúde dos/as migrantes depende das características de quem migra, de onde se migra, de quando se migra, para onde se migra e qual o conceito de saúde que está sendo avaliado.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica e a efetividade do acesso da população imigrante ao Sistema Público de Saúde (SUS) no município de Porto Alegre. Para isso, utiliza-se metodologia quantitativa, com base em dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre. A partir da leitura de teóricos do desenvolvimento humano, como Amartya Sen e Martha Nussbaum, são realizadas análises qualitativas dos dados obtidos.

Este resumo expandido divide-se em três seções. Na primeira seção, é apresentada a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) e discutida a interface entre desenvolvimento, migração e saúde. A segunda seção dedica-se a estudar o acesso aos serviços públicos de saúde por imigrantes no território brasileiro e, em específico, no município de Porto Alegre. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, que ainda está em desenvolvimento.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Graduanda do 5º semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: isabellacarpen@gmail.com

## 2 Desenvolvimento em perspectiva

A partir da promulgação da Constituição de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) des-ponta, organizando e articulando os serviços, dando suporte e traduzindo em ação a efetivação da política de saúde no Brasil (VASCONCELOS; PASCHE, 2006). Seu surgimento, no tocante à concepção e institucionalização, é marcante na história da saúde pública, ampliando a justiça e reduzindo a desigualdade (SANTOS; MEDEIROS, [S.d.]).

O foco da política de saúde na Atenção Primária culminou em programas e projetos, tais como a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que vieram para unir as intenções de aplicação de um conceito ampliado de saúde e levar serviços multidisciplinares às comunidades.

Conforme previsto pela Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2010) o processo saúde-adoecimento é determinado por vários aspectos, dos quais Rufino e Amorim (2012, p. 4) citam: “violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada e/ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, qualidade do ar e da água ameaçada e deteriorada”.

Nesse sentido, o conceito ampliado de saúde, um dos pilares do SUS, está em consonância com o debate acerca da multidimensionalidade da realidade humana, realizado por Amartya Sen e Martha Nussbaum na abordagem das capacitações. Essa abordagem econômica, social e filosófica propõe o desenvolvimento como um fenômeno complexo e relacionado às diferentes dimensões da vida humana.

Em “Desenvolvimento como Liberdade”, Sen (2010) afirma que a visão de desenvolvimento está relacionada com inúmeros fatores que incidem diretamente sobre as condições de vida dos cidadãos, como a integração social, a participação política, a produção e distribuição de bens e a formação cultural de cada sociedade. Segundo o autor, é impossível pensar em desenvolvimento enquanto os indivíduos estiverem privados das liberdades essenciais.

As políticas públicas, inclusive as de saúde, têm como objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento social, isto é, não estão submetidas exclusivamente às demandas do crescimento econômico ou tendo como opção prioritária apenas a busca do bem-estar material (ZAMBAM, KUJAWA; 2017).

### 2.2 Panorama do acesso à saúde pública por imigrantes e refugiados no município de Porto Alegre

Apresentado o referencial teórico, a segunda parte dedica-se a estudar o acesso aos serviços públicos de saúde por imigrantes no município de Porto Alegre. Os dados foram organizados e expostos pelo Núcleo de Equidades da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), em reunião aberta do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migração da UFRGS (NEPEMIGRA, 2020). Ade-

mais, cumpre informar que essa pesquisa encontra-se em fase de aprovação junto ao Comitê de Ética da Secretaria.

Levantamento recente indica que, de 2015 a 2019, aproximadamente 3.313 imigrantes estavam com cadastro ativo no Cartão Nacional de Saúde em Porto Alegre, sendo que mais de 75% são nacionais do Haiti, da Venezuela e do Uruguai.

As informações coletadas são provenientes do cruzamento do banco de dados do Cartão Nacional de Saúde e do e-SUS. O e-SUS foi criado pelo Ministério da Saúde a fim de centralizar as informações dos pacientes, como prontuários e agendas, para que sejam acessadas sempre que necessário.

Como cerca de 36 mil residem na cidade e 3.313 foram identificados com o Cartão SUS, este número representa apenas 9.2% do total de imigrantes, de solicitantes de refúgio ou de refugiados residentes no município. No entanto, é importante esclarecer que, em razão do preenchimento do campo “nacionalidade” não ser obrigatório no cadastro do Cartão, o número de imigrantes identificados pelo levantamento pode ser menor do que os números reais.

É possível pontuar alguns motivos para a discrepância entre o número de imigrantes residentes e aqueles que possuem o Cartão SUS em Porto Alegre, mas neste resumo será aprofundado apenas um deles: a necessidade de apresentar documentos que comprovem a regularidade do status migratório para a confecção do Cartão SUS.

Para a obtenção do Cartão Nacional de Saúde é necessário apresentar o Cadastro de Pessoa Física (CPF), o protocolo provisório da solicitação de refúgio ou a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) em qualquer hospital, clínica ou posto de saúde.

No entanto, no caso de imigrantes com o status migratório irregular, a questão documental para acesso aos serviços e ao Cartão SUS reflete uma realidade restritiva e incompatível com as normativas dispostas na Constituição e na Nova Lei de Migração.

O Art 4º da Lei n. 13.445/2017 (BRASIL, 2017), a Lei de Migração, garante ao migrante o “acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória”. Além da própria Constituição Federal, a portaria 940/2011 do Ministério da Saúde, em seu artigo 13, define que a ausência de documentos não pode impedir o atendimento (BRASIL, 1988).

Entretanto, como bem constatado por Puccini (2013, n.p):

[...] o detalhe aparentemente simples de exigência de RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento para efetivar o cadastro do Cartão do SUS corre o risco de ser mais uma dificuldade ou dúvida frente ao direito de atendimento, também para pessoas indocumentadas.

### 3 Considerações finais

Institucionalmente, portanto, não existem restrições formais que impeçam a utilização do SUS por imigrantes, mas as normativas jurídicas esbarram nas dificuldades enfrentadas por esses indivíduos, como o não domínio da língua do país receptor, a ocidentalização da saúde e o desconhecimento das especificidades culturais pelos profissionais da saúde.

Recentemente, a Defensoria Pública da União (DPU) ingressou com uma ação civil pública, pedindo para que seja incluído o campo “nacionalidade” nos formulários que contabilizam os casos de Covid-19 no Brasil (DELFIN, 2020). Nesse sentido, vislumbra-se discutir, nos âmbitos competentes, a obrigatoriedade do preenchimento do campo “nacionalidade” no cadastro do Cartão SUS, visto que, sem esse dado, o Ministério da Saúde e as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde ficam impossibilitadas de dimensionar o número e as informações de imigrantes que acessam os serviços.

Ademais, no Portal da Saúde do Governo Federal ([S.d.]), é evidente a compreensão sobre os direitos de grupos específicos e as políticas dirigidas para a saúde das mulheres, da população LGBT, das comunidades indígenas, dos quilombolas, entre outros. No entanto, informações acerca dos direitos sociais dos imigrantes, além de materiais bilíngues para facilitar a comunicação e o entendimento, são insuficientes.

Esta situação evidencia a necessidade do fortalecimento das políticas públicas na área da saúde, preparando os profissionais para atender as demandas de imigrantes e refugiados, os quais, como apresentado anteriormente, possuem vulnerabilidades específicas. Assim, será possível garantir os direitos fundamentais e construir as bases para uma sociedade livre de discriminação ou qualquer impedimento de acesso à cidadania plena.

### Referências bibliográficas

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.html). Acesso em: 01 out. 2020.
- BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Ministério da Saúde, Brasília, 2010. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf). Acesso em: 1 out. 2020.
- BRASIL. Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011. Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão). Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/images/documentos/legislacao/portarias/portaria\\_940.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/documentos/legislacao/portarias/portaria_940.pdf). Acesso em: 1 out. 2020.
- CARBALLO, Manuel; MBOUP, Mourtala. International migration and health. **Global Commission on International Migration (GCIM)**, p. 1-15, 01 set. 2005. Disponível em: [https://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy\\_and\\_research/gcim/tp/TP13.pdf](https://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy_and_research/gcim/tp/TP13.pdf). Acesso em: 1 out. 2020.

CIBAI. Instituição. Relatório 2019: A missão junto a imigrantes em Porto Alegre e região. In: HAMMES, Pe. Anderson *et al.* **Relatório 2019: A missão junto a imigrantes em Porto Alegre e região**. Porto Alegre: CIBAI, 03 mar. 2019. Disponível em: <https://missaopompeia.com/relatorio/>. Acesso em: 01 out. 2020.

DELFIM, Rodrigo Borges. DPU entra com Ação Civil Pública para inclusão de nacionalidade nos registros de saúde pública. **MigraMundo**, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://www.migramundo.com/dpu-entra-com-acao-civil-publica-para-inclusao-de-nacionalidade-nos-registros-de-saude-publica/>. Acesso em: 01 out. 2020.

NEPEMIGRA. **Saúde do Imigrante, com o Núcleo de Equidades/SMS/PMPA e o NEPEMIGRA**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQrX6CvQjdA>. Acesso em: 01 out. 2020.

PORTAL da Saúde do Governo Federal. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 01 out. 2020.

PUCCINI, Camila. Direito dos imigrantes ao sistema público de saúde. **O Estrangeiro**, 29 mar. 2013. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/2013/03/29/direito-dos-imigrantes-ao-sistema-publico-de-saude/>. Acesso em: 01 out. 2020.

RUFINO, Cátia; AMORIM, Sérgio Gonçalves de. Imigração internacional e Gestão Pública da Saúde na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – Uma contextualização a partir das Unidades Básicas de Saúde (UBS). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. **Anais...**, Águas de Lindóia: O Estrangeiro, 19-23 nov. 2012. Disponível em: <https://oestrangeirodotorg.files.wordpress.com/2013/03/imigrac3a7c3a3o-internacional-e-sac3bade.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

SANTOS, Heloísa Souza dos; MEDEIROS, André Aparecido. Migração e acesso aos serviços de saúde: a necessidade da pauta intercultural para o cumprimento dos direitos humanos. [S. l.], p. 1-19, [S. d.]. Disponível em: <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/20177311134.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

VASCONCELOS, Cipriano Maia de; PASCHE, Dário Frederico. O Sistema Único de Saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 531-562.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social/Public policies in Amartya Sen: agent condition and social freedom. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 60-85, mar. 2017. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486/1112>. Acesso em: 01 out. 2020.



# Paradiplomacia e migração: uma análise comparada entre as ações paradiplomáticas voltadas para a migração e refúgio em Porto Alegre, Curitiba, Canoas e São José dos Pinhais<sup>1</sup>

Gabriel Gomes Constantino<sup>2</sup>

## 1 Introdução

As migrações contemporâneas são um fenômeno das relações internacionais que perpassam fronteiras, tendo em vista que no mundo globalizado em que vivemos, vários fatores importam para refletirmos o porquê de alguém se deslocar de um país para o outro, como crises econômicas, conflitos armados, questões ambientais, entre outros. Isto posto, dentro deste contexto, as cidades se configuram como atores importantes, visto que são o destino final dessas pessoas em trânsito e onde podem se estabelecer, assim como receber o apoio devido do poder público municipal para que isso aconteça.

Esse auxílio se dá, geralmente, através de políticas públicas, tais como ações paradiplomáticas, que consistem na atuação internacional desses governos municipais. Por conseguinte, a paradiplomacia possibilita com que as cidades possam se empenhar horizontalmente com outras cidades estrangeiras, compartilhando experiências e políticas públicas efetivas, atuando frente a pautas como a migração e o refúgio, por exemplo. Sendo assim, este trabalho visa mapear e comparar as ações paradiplomáticas desenvolvidas em quatro cidades: Porto Alegre, Curitiba, Canoas e São José dos Pinhais. Para isso, foi utilizada uma metodologia qualitativa para analisar as notícias nos sites oficiais das Prefeituras Municipais das respectivas cidades.

Entender esse processo de execução de políticas paradiplomáticas pode ser benéfico para a gestão consciente das cidades analisadas, bem como desencadear debates mais amplos acerca do processo de migração e refúgio no nível de análise dos municípios, dando visibilidade às políticas públicas que tiveram êxito nas cidades.

Além desta introdução, o resumo expandido se divide em três seções. Na segunda, é apresentada uma contextualização sobre o que é a paradiplomacia e como ela pode ser importante para atuar em torno da pauta da migração e do refúgio. Na terceira seção, é discorrido sobre a razão das cidades de Porto Alegre, de Curitiba, de Canoas e de São José dos Pinhais terem sido escolhidas e a análise das notícias nos sites oficiais das Prefeituras Municipais. Por fim, na última seção são apresentados os resultados dessa pesquisa.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica Voluntária no Grupo de Pesquisa sobre Migração, Refúgio e Geopolítica (GRIGs/UFRGS). E-mail: gabrielgcons@gmail.com

## **2 Paradiplomacia e migração**

Conforme postula Gomes (2019), o mundo globalizado pode ser caracterizado pelas múltiplas interações político-econômicas entre os âmbitos global, regional e local, e até mesmo uma sobreposição dessas interações. Essas relações influenciam diretamente os contextos sociais, políticos e econômicos nas cidades, que com a globalização, se tornaram atores emergentes dentro do Sistema Internacional. Logo, as cidades se inserem nesse contexto como atores internacionais promovendo a sua inserção no mundo globalizado, buscando atrair investimentos e soluções por meio da cooperação técnica (ISER, 2013). Dessa forma, a paradiplomacia geralmente foca na atuação da chamada baixa política, a qual abrange os assuntos que não são essenciais para a sobrevivência do Estado, tal como questões econômicas e sociais (SOLDATOS; MICHELMANN, 1990).

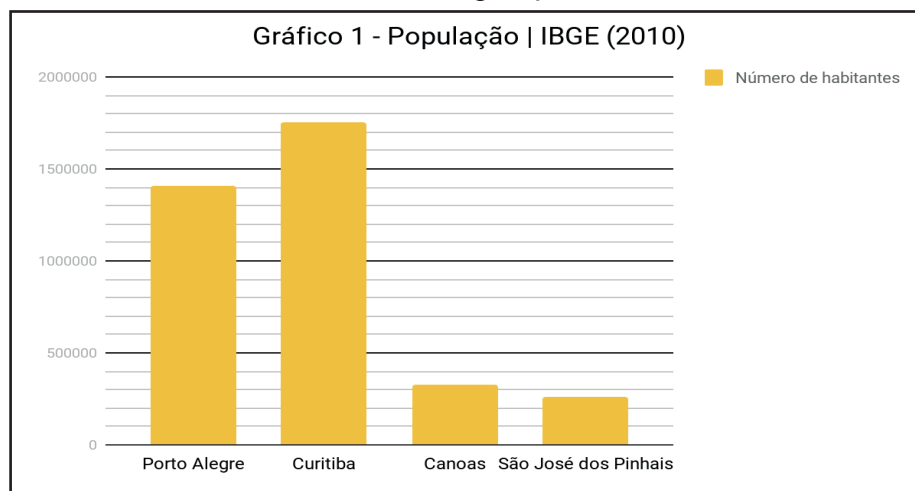
A atuação paradiplomática acontece, geralmente, em redes e fóruns internacionais que os governos locais podem se associar e participar desse processo de cooperação internacional, que visa empenhar esforços de modo horizontal entre municípios e outros atores subnacionais, como governos estaduais. O debate da paradiplomacia, portanto, coloca em pauta o papel que as cidades têm frente aos assuntos globais, fazendo com que elas ascendam na estrutura de poder dos países, tornando-se atores ativos e com capacidade de propor medidas efetivas para tratar de tópicos, com a migração e o refúgio (GOMES, 2019).

## **3 Por que essas cidades foram escolhidas? Quais foram as ações paradiplomáticas que elas desenvolveram em torno da pauta da migração e refúgio?**

Posto o referencial teórico na seção anterior, esta atual seção se debruça sobre os indicadores utilizados para escolher as cidades analisadas neste trabalho, sendo elas Porto Alegre, Curitiba, Canoas e São José dos Pinhais e analisar os resultados obtidos, através do mapeamento de notícias nos sites oficiais das Prefeituras das respectivas cidades.

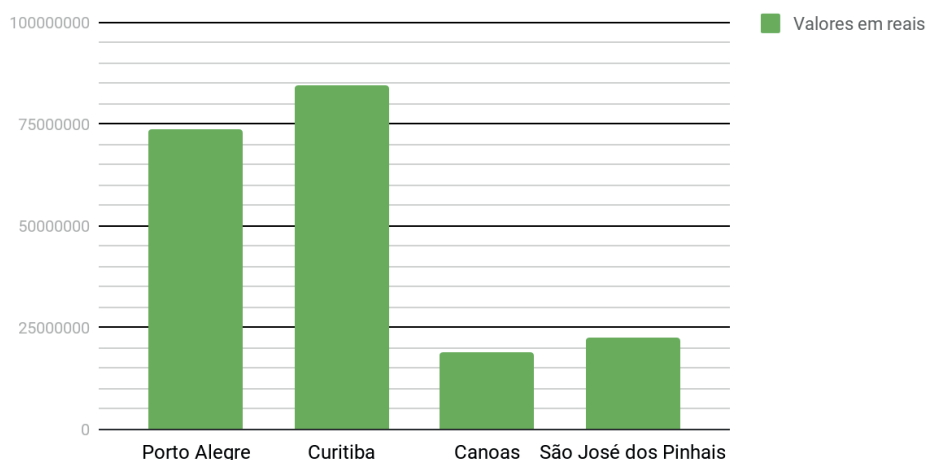
As quatro cidades localizam-se na região Sul do Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e do Paraná (PR), apresentando assim semelhanças geográficas e socioculturais. Sendo elas, duas capitais estaduais, Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR) e duas cidades metropolitanas limítrofes com as suas respectivas capitais, Canoas (RS) e São José dos Pinhais (PR).

Conforme apresentado no gráfico 1, confeccionado com base em dados do Censo de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), a população total dessas quatro cidades apresentam semelhanças. As cidades de Porto Alegre e de Curitiba, por serem capitais dos seus respectivos estados, são mais populosas que as outras duas cidades metropolitanas analisadas. Curitiba, entretanto, é uma cidade mais populosa que Porto Alegre, com mais de um milhão e meio de habitantes. Já Canoas e São José dos Pinhais possuem um número de habitantes semelhante, configurando-se como cidades médias, com menos de 500 mil habitantes, apesar de Canoas ser mais populosa que São José dos Pinhais, com cerca de 320 mil habitantes.

**Gráfico 1 — População**


Fonte: IBGE, 2010.

Com base no gráfico 2, confeccionado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), o produto interno bruto (PIB) das cidades analisadas apresentam semelhanças. Por conseguinte, as cidades paranaenses possuem um maior PIB, frente as cidades gaúchas a quem são comparadas, sendo Curitiba mais rica que Porto Alegre e São José dos Pinhais mais rica que Canoas. Todavia, também percebe-se que as capitais possuem um PIB maior do que as suas cidades limítrofes analisadas. Segundo dados do IBGE (2017), percebe-se que as cidades analisadas possuem os maiores PIBs dentre as cidades das suas respectivas regiões metropolitanas, expondo assim a relevância que elas possuem dentro dos seus contextos estaduais.

**Gráfico 2 — Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes**


Fonte: IBGE, 2017.

Com relação a análise qualitativa de notícias disponibilizadas nos sites oficiais das Prefeituras Municipais, percebe-se uma carência de materiais publicados, de tal forma que essas cidades podem ter desenvolvido ações paradiplomáticas em torno da pauta da migração e refúgio, mas não foram documentadas nos sites em forma de notícias. Por conseguinte, de acordo com as notícias publicadas nos sites oficiais das Prefeituras analisadas, nenhuma das cidades desenvolveram ações paradiplomáticas voltadas para a área da migração e do refúgio no período de 2010-2019 (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2020; PREFEITURA DE CURITIBA, 2020; PREFEITURA DE CANOAS, 2020; PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2020).

Um fato interessante ao realizar a análise nos sites oficiais dessas Prefeituras, é que somente Porto Alegre e Curitiba possuem um órgão interno na sua estrutura burocrática voltado para a atuação internacional. A Prefeitura de Canoas também possuía um órgão interno voltado para a atuação paradiplomática até o ano de 2016, porém com a mudança da gestão com as eleições municipais esse órgão foi extinto (PREFEITURA DE CANOAS, 2014; 2020).

#### **4 Considerações finais**

A paradiplomacia além de possibilitar com que as cidades se tornem atores potentes dentro do Sistema Internacional, com capacidade de atuar frente a pautas importantes, como a migração e o refúgio, também possibilita com que sejam compartilhadas experiências de políticas públicas de sucesso empregadas por outras cidades estrangeiras. Porém, percebe-se que não são todas as cidades analisadas que possuem um órgão interno, dentro das suas Prefeituras, que seja designado a realizar a promoção internacional da cidade, através da inserção em fóruns de cooperação, como é o caso de Canoas após 2016 e São José dos Pinhais. Por conseguinte, esse nível de análise possibilita estudar questões que outras abordagens não contemplam em seu propósito central, como as políticas públicas que podem atuar diretamente nas áreas da migração e do refúgio em determinado local.

Conforme abordado anteriormente, a escolha metodológica em utilizar como foco de análise os sites oficiais das Prefeituras nos mostra a dificuldade em realizar tal tipo de pesquisa, visto que as Prefeituras analisadas possuem uma carência de notícias sobre as suas atividades no geral, ficando a cargo das mídias locais essa divulgação sobre o que está sendo realizado pelo poder público municipal. Outra questão importante é que com a mudança de gestão, os sites das Prefeituras podem ser modificados, ocasionando a perda de documentos, como aconteceu com Canoas, que montou um novo site em 2017, de tal forma que o site antigo apresenta no topo da página que é uma versão ultrapassada do site da Prefeitura (DUARTE, 2016). A criação desse novo portal fez com que os documentos do site antigo não apareçam com facilidade em sistemas de busca como o Google.

Portanto, através dessa pesquisa podemos concluir que as cidades de Porto Alegre, de Curitiba, de Canoas e de São José dos Pinhais não desenvolveram ações paradiplomáticas em torno da pauta da migração e do refúgio, tendo em vista que não há documentos disponíveis que comprovem a realização dessas políticas. Fica evidente, por consequência, que há uma necessidade do fortalecimento do registro de atividades realizadas nos sites oficiais das Prefeituras Municipais, assim como o entendimento acerca da potencialidade que a paradiplomacia apresenta para as cidades desenvolverem políticas públicas efetivas, para grupos populacionais como migrantes e refugiados.

### Referências bibliográficas

- DUARTE, Patricia. Cartilha para ajudar haitianos lançada no Prefeitura na Rua. 18 jun. de 2016. Ministério do Trabalho e Emprego, **Prefeitura de Canoas**. Disponível em: <http://oldsite.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/idDep/17/id/123669>. Acesso em: 02 out. 2020.
- GOMES, Joséli Fiorin. Cidades e o Pacto Global para a Migração: a Paradiplomacia Municipal ao Encontro da ONU e de Encontro aos Estados no Tratamento Internacional da Mobilidade Humana. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI), 7, 23 a 26 de julho de 2019. **Artigo...** Belo Horizonte (MG), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). 2019. p. 1-29.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios. **IBGE**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/pesquisa/38/46996?localidade1=410690&localidade2=412550&tipo=ranking>. Acesso em: 02 out. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010: Sinopse. **IBGE**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/pesquisa/23/27652?detalhes=true&localidade1=410690&localidade2=430460&ano=2010>
- ISER, Guilherme de Cruzeiro. **Os entes subnacionais nas relações internacionais: o fenômeno da paradiplomacia**. Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi. 2013. 63 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81385/000904668.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 dez. 2020.
- PREFEITURA DE CANOAS. **Home**. Disponível: <https://www.canoas.rs.gov.br/>. Acesso em: 02 out. 2020.
- PREFEITURA DE CANOAS. **Coordenadoria de Relações Internacionais e Cooperação**. 2014. 24 slides. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/articulacao-federativa/assessoria-internacional/eventos-e-reunioes/ii-encontro-e-v-reuniao-da-cooperacao-internacional-descentralizada-do-brasil-recife-pe/prefeituradecanoas.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- PREFEITURA DE CURITIBA. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/>. Acesso em: 02 out. 2020.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Início**. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/>. Acesso em: 02 out. 2020.
- PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Início**. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/>. Acesso em: 02 out. 2020.

SOLDATOS, Panayotis; MICHELMANN, Hans (eds.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990.



## O Estado do Rio Grande do Sul como Destino das Migrações Sul-sul: A Governança Migratória em Contexto Pandêmico<sup>1</sup>

*Joseane Mariéle Schuck Pinto<sup>2</sup>*

*Laura Ferrari Flores Ruschel<sup>3</sup>*

O contexto da migração internacional contemporânea apresenta-se como um complexo fenômeno vivenciado pelos atores transnacionais, ou seja, os transmigrantes. Torna-se cada vez mais urgente uma releitura e uma ressignificação de categorias e conceitos que estão dados na temática, ao passo que a transmigração remete a desconsideração de barreiras impostas pelos Estados, sejam elas através do reconhecimento de sua condição, enquanto documentado ou indocumentado, de fronteiras, de políticas, de processos de securitização, de governança migratória, que por vezes gera a exclusão, a discriminação e o acirramento da xenofobia. A chegada do Sars-CoV-2, Covid-19, considerada pela Organização Mundial da Saúde como “a maior de nossa época” segundo o Dire-tor Geral da Organização<sup>4</sup>, agrava severamente a mobilidade humana e torna os deslocados ainda mais vulneráveis. Sem dúvida, se está diante do maior desafio mundial, a fim de que a vida humana não seja perpetuada como descarte global.

Observa-se que a migração internacional reflete no Brasil, tendo em vista ser uma das rotas de destino de pessoas, com destaque para a migração Sul-Sul: África, Ásia, América Latina e Caribe. O relatório do Observatório de Migrações Internacionais (OBMigra), entidade ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Rio Grande do Sul está em segundo lugar dentre os estados brasileiros a conceder mais autorizações de residência a imigrantes em 2018, representando 35% das concessões no país (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019). Desse modo, a presente pesquisa objetiva conhecer e analisar o cenário migratório no estado do Rio Grande do Sul, com intuito de verificar a atuação do Poder Legislativo estadual na elaboração de políticas públicas para as migrações, e por conseguinte a implementação pelo Poder Executivo estadual diante deste processo decisório.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 06 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (bolsista CAPES). Mestra em Ciências Sociais e Especialista em Relações Internacionais e Diplomacia pela mesma instituição. Advogada e professora junto a Fundação Escola Superior do Ministério Público RS. E-mail: Joseane.ms@terra.com.br

<sup>3</sup> Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS (bolsista programa PROSUC/CAPES). Advogada. Membro ativa e advogada voluntária no Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE) da UFRGS. E-mail: Laura.ffe@gmail.com

<sup>4</sup> “(...) Mais do que nunca, os governos devem cooperar para revitalizar as economias, expandir o investimento público, impulsionar o comércio e garantir apoio direcionado às pessoas e grupos mais afetados pela doença ou mais vulneráveis aos impactos econômicos negativos — incluindo mulheres que frequentemente suportam um fardo desproporcional de trabalho assistencial” (GUTERRES, 2020).

Diante dos impactos suportados, percebe-se que não há políticas públicas estatais e os migrantes no Brasil podem contar com o apoio da sociedade civil organizada, como, por exemplo, na assistência à regularização migratória, no encaminhamento do seguro desemprego e do “auxílio emergencial” fornecido pelo governo federal. Este benefício econômico é estendido a migrantes residentes no Brasil, independentemente da situação migratória, desde que preencham os requisitos e critérios estabelecidos, tais como: estar inscrito no cadastro único (CadÚnico) até 20 de março de 2020, ter uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa e de até três salários mínimos por família, não ter emprego formal, não receber benefício previdenciário ou assistencial (seguro desemprego), exceto bolsa família. As mulheres com filhos, consideradas chefes de família, terão direito ao recebimento de R\$ 1.200,00, equivalentes a duas cotas de R\$ 600,00.

A solicitação do auxílio junto à Caixa Econômica Federal (CEF) obrigatoriamente exige o CPF em situação regular. Nesse quesito, muitos dos migrantes estão com o documento irregular pela impossibilidade de regularização perante a Polícia Federal, órgão responsável por tais atendimentos e procedimentos, a qual se encontra com restrições nos serviços. Consequentemente, estas limitações geraram impedimentos nas solicitações e no acesso ao benefício do governo federal. Ressalta-se que pendências quanto à situação migratória não são causas impeditivas para solicitação do auxílio, inclusive sendo objeto de Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública da União (unidade São Paulo) contra a CEF e o Banco Central para que este direito seja reconhecido e acessado pela população migrante (DELFIN, 2020).

Outro ponto a ser mencionado é a chegada recente de novos migrantes no país, que por sua vez não estão tendo o acesso às regularizações migratórias em razão da paralisação dos atendimentos da Polícia Federal, face à pandemia. A entrega da carteira do registro nacional migratório e do documento provisório de registro nacional migratório está suspensa, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública.

O segundo forte impacto enfrentado pelos migrantes e refugiados é a crise no âmbito da saúde. Àqueles que buscam os grandes centros urbanos se deparam com uma dura realidade: a exposição ao vírus. Quando possuem o acesso à moradia, geralmente estão inseridos em contextos de grandes aglomerações onde o distanciamento social é impossível, vivendo aglomerados em pequenos cômodos. Somando a isso, estão as condições precárias de moradia, além da falta de acesso à água potável, ao saneamento básico, à nutrição, entre outros fatores, que asseveram o cenário atual das migrações. Dessa forma, é imprescindível mencionar que o acesso à saúde pela população migrante parte de diversas barreiras, sejam legais, sociais, sejam de questões linguísticas. Quando há este contato com a rede, o atendimento — que era para ser intercultural — muitas vezes não possui um olhar sensível para eficiência dos tratamentos. Neste contexto, a vulnerabilidade de um indivíduo, que já é marginalizado em uma conjuntura habitual, agrava com a pandemia de COVID-19, e seu acesso se torna mais precário.

Neste sentido, James Derson Sene Charles, presidente da Associação de Integração Social (AINTESO), relata na reportagem Brasil de Fato as dificuldades no acesso a direitos e a serviços pela população migrante haitiana no estado do Rio Grande do Sul. Acontece que, na situação pandêmica, muitos migrantes e refugiados foram desligados de seus empregos e não conseguiram os benefícios da assistência social, apenas sobrevivendo com a entrega de cestas básicas. Relata ainda que:

“mulher imigrante é a que mais sofre porque não tem trabalho para as mulheres aqui no país, só limpeza e estudante. E o governo não apoia com nenhum projeto. Os que foram aprovados, a verba nunca foi liberada. Nunca teve nenhum apoio ou projeto, seja antes ou depois da pandemia” (REINHOLZ; FERREIRA, 2020, online).

Conhecer e visibilizar os dados sobre a saúde dos migrantes e refugiados é essencial, a fim de que seja possível pensar a elaboração e posterior implementação de políticas públicas em prol dessa população no estado do Rio Grande do Sul. Portanto, o objeto de estudo, ancorado nas questões de mobilidade humana e seus reflexos na governança migratória do Rio Grande do Sul, está amparado pelo referencial teórico produzido por Evelina Dagnino em relação à sociedade civil e os espaços públicos no Brasil, além de autores como Eduardo Appio (2005), Maria Eliane Menezes de Farias (2003) e Leonardo Secchi (2014) para o estudo acerca da elaboração das políticas públicas. Ainda, é imprescindível mencionar obras organizadas por Rosana Baeninger, Luís Renato Vedovato *et al.* (2018, 2020), Zygmunt Bauman (2005, 2017) e Giorgio Agamben (2010) para compreensão da sociedade e da marginalização do ser em contexto local.

A pesquisa conta com o levantamento de dados empíricos através da consulta e da análise das legislações e das políticas públicas editadas pelo governo estadual, em especial, normativas publicadas a partir do contexto pandêmico. Assim, utilizará da coleta de pesquisa documental e bibliográfica especializadas sobre o tema. Em relação ao procedimento para a sua elaboração, entende-se como o melhor mecanismo a pesquisa qualitativa. O tratamento dos dados será realizado de modo interpretativo-descritivo, o que possibilitará a interpretação da realidade que se apresenta de diversas formas.

De forma incipiente, vez que a pesquisa se encontra em estágio inicial, é possível perceber que a pandemia de COVID-19 trouxe um enorme impacto na agenda política internacional e nacional, precisando de rápida readequação para combater o coronavírus e promover o acesso a direitos e serviços de forma ampla e efetiva. Contudo, não há um plano específico para auxílio a migrantes e refugiados em âmbito nacional.

Neste sentido, no dia 19 de agosto de 2020, a Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul realizou uma Audiência Pública contando com a participação de atores da sociedade civil organizada e de políticos para a discussão acerca da situação de migrantes e refugiados em solo gaúcho durante a pandemia. Foi relatado que burocracia na regularização migratória e

a demora na entrega de documentos não impede, apenas, o acesso desta população ao emprego, mas também à educação, à saúde e à moradia (MAIA, 2020).

A redução no atendimento de órgãos responsáveis pela assistência social do Estado e a lentidão dos órgãos públicos fragiliza ainda mais a situação dos migrantes, que já estão em um estado de vulnerabilidade social altíssimo. Desse modo, a falta de articulação entre os poderes públicos e o repasse de verbas federais para as unidades estaduais estão superlotando os sistemas de acesso a direitos e a serviços para migrantes e refugiados e dificultando ações e articulações da sociedade civil organizada, a qual cumpre papel fundamental no acolhimento desta população.

A pandemia aumentou a vulnerabilidade de migrantes e de refugiados em escala global, regional e local. O fechamento de fronteiras visando a contenção do vírus proporcionou um efeito cascata trágico para as migrações internacionais. A escassez de recursos para a manutenção da subsistência e para realizar as remessas de dinheiro, a precariedade — ou inexistência — do acesso à saúde e à assistência social, a demissão em massa que atingem migrantes sazonais e todas as outras modalidades de deslocamento humano, têm por consequência o aumento do tráfico de pessoas e das organizações criminosas internacionais, uma vez que maior é o desespero das pessoas em estado de vulnerabilidade em encontrar oportunidades de subsistência (NASCIMENTO, 2020).

Portanto, as ações de saúde, de assistência social, devem ser incluídas na agenda pública estadual, considerando os atores políticos e sociais que participam e dialoguem com migrantes e refugiados, para a elaboração e a promoção de política de atenção à população migrante de forma eficiente e efetiva. Devemos considerar, antes de tudo, que o acolhimento do migrante é uma questão humanitária e a pandemia intensifica as desigualdades sociais nacionais, afetando diretamente a população migrante, que são historicamente violados e excluídos da sociedade. Não há democracia e equidade social se não há atenção às demandas específicas destes grupos sociais.

Por fim, observa-se a partir da breve análise do Boletim Informativo nº 37, de 22 de setembro de 2020 acerca da conjuntura estadual, que não há portarias estaduais, tampouco pareceres da Procuradoria-Geral do Estado, voltadas à população migrante e refugiada especificamente (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020). Além disso, observando a pesquisa legislativa de proposições e de legislação estadual, imprescindível mencionar que no ano de 2020 não houve menções a políticas voltadas à população migrante situada no estado do Rio Grande do Sul.

### **Referências bibliográficas**

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo, 2<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

BAENINGER, R.; NANDY, S.; VEDOVATO, L. R. et. al. (Orgs.). **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19**. 1. ed. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020. v. 1. 638p.

BAENINGER, R.; MOREIRA, J. B.; VEDOVATO, L. R. et. al (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. 1. ed. Campinas: UNICAMP - Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2018. v. 1. 976 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt.. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em set. 2020.

DELFIM, Rodrigo Borges. DPU entra com ação contra Caixa e BC para garantir pagamento do auxílio emergencial a imigrante. **Migramundo**, [S.l.], 06 mai. 2020. Disponível em: <https://www.csem.org.br/noticias/dpu-entra-com-acao-contr-caixa-e-bc-para-garantir-pagamento-do-auxilio-emergencial-a-imigrantes/>. Acesso em: 23 set. 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Normativo nº 37 Coronavírus**, de 22 de setembro de 2020. [Dispõe acerca do Sistema de Distanciamento Controlado (Compilado), Decreto e Medidas Sanitárias Segmentadas, Demais Normativas Estaduais Relacionadas, Portarias Estaduais, Pareceres da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Normativas Federais, Outros Decretos]. Disponível em: <https://www.pge.rs.gov.br/boletim-normativo-coronavirus>. Acesso em: 22 set. 2020.

FARIAS, Maria Eliane Menezes de. **Políticas Públicas e controle social**. Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. B. Cient. ESMPU, Brasília, a. II — n 7, abr./jun. 2003. p. 75 ss.

GUTERRES, António. **António Guterres: “Devemos declarar guerra a esse vírus”**. UN NEWS: [s.l.], 2020. (03 min 30 s). Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707371>. Acesso em: 12 set. 2020.

MAIA, Francis. Audiência pública apura problemas na atenção aos imigrantes no RS durante a pandemia. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre/RS, 19 ago. 2020. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/321461/Default.aspx>. Acesso em: 24 set. 2020.

NASCIMENTO, Daniel Braga. Do global ao local: como a crise do covid-19 afeta migrantes e refugiados. **Cosmopolita**, [S.l.], 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cosmopolita.org/post/do-global-ao-local-como-a-crise-do-covid-19-afeta-migrantes-e-refugiados>. Acesso em: 23 set. 2020.

REINHOLZ, Fabiana; FERREIRA, Marcelo. Sem políticas efetivas, imigrantes sobrevivem da solidariedade. **Brasil de Fato**, Porto Alegre/RS, 28 jun. 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/28/sem-politicas-publicas-efetivas-imigrantes-sobrevivem-da-solidariedade>. Acesso em: 28 set. 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.



**EDUCAÇÃO**



## A contribuição da revalidação de diplomas estrangeiros para a integração local socioeconômica dos refugiados no Estado de São Paulo<sup>1</sup>

Gabriela Fernandes Gallieta<sup>2</sup>

### 1 Problema de pesquisa

As migrações, na contemporaneidade, de acordo com a Organização Internacional para Migrações (OIM), estão relacionadas a mudanças econômicas, sociais e tecnológicas que afetam decisões políticas de grande relevância. A globalização, com o encurtamento de distâncias e o aumento do compartilhamento de informações, contribui para impulsionar o deslocamento internacional de pessoas (OIM, 2020).

É possível classificar as migrações em “migrações voluntárias” e “migrações forçadas”. Aquelas “abrangem todos os casos em que a decisão de migrar é tomada livremente pelo indivíduo, por razões de conveniência pessoal e sem a intervenção de um fator externo” (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010, p. 281), enquanto estas “ocorrem quando o elemento volitivo do deslocamento é inexistente ou minimizado e abrangem uma vasta gama de situações” (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010, p. 281).

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019a), existem atualmente mais de setenta e nove milhões de deslocados forçados em razão de perseguições, conflitos, violência ou violações de direitos humanos. Dentro dessa categoria encontram-se os refugiados, que somam aproximadamente vinte e seis milhões de pessoas ao redor do mundo (ACNUR, 2020).

A escolha do país para pedir asilo não costuma depender de aspectos relacionados à empregabilidade. Entretanto, pesquisa realizada por Robinson e Segrott (2002) chegou à conclusão de que os refugiados com habilidades especializadas em determinada área esperavam poder utilizá-las para trabalhar no território de acolhida (ROBINSON; SEGROTT *apud* MCKAY, 2009).

Nesse sentido, o trabalho é um aspecto importantíssimo para a integração do refugiado em uma nova sociedade, já que se encontram em situação de vulnerabilidade e, muitas vezes, não possuem rede de apoio de familiares e amigos que possam ajudá-los no caso de dificuldades financeiras. Na verdade, muitos precisam não só de remuneração suficiente para suas necessidades básicas, mas também de renda para enviar à família que ficou no país de origem.

Os refugiados que se encontram no Brasil, entretanto, não têm conseguido exercer funções no mercado de trabalho compatíveis com suas qualificações. Inclusive, observa-se que 34,4%

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: gabriela.gallieta@ufabc.edu.br

dos refugiados no Brasil possuem nível superior (ACNUR, 2019b). Esse indicador é mais que o dobro da porcentagem da população brasileira que possui ensino superior completo (16,5%), conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Ocorre que, para acessar os empregos que exigem maior qualificação, necessita-se da revalidação do diploma. No Brasil, entretanto, poucos conseguem concluir este procedimento: dentre os 462 solicitantes apenas 14 obtiveram a revalidação. Ainda, de acordo com o mesmo estudo, dentre os informantes, 68,2% não utilizam suas habilidades profissionais no trabalho (ACNUR, 2019b).

O procedimento de revalidação do diploma é realizado apenas por universidades públicas, geralmente em um único período anual, e são necessários comprovantes do país de origem, assim como a realização de provas teóricas, práticas e entrevistas, além de existirem taxas, que variam entre as instituições.

Observa-se, portanto, que se trata de objeto de estudo importante e fundamental para promover avanços em políticas públicas de integração local. O recorte temático quanto à revalidação de diplomas se mostra relevante por ser um dos principais entraves no processo de empregabilidade em cargos que exigem maior perícia. Além disso, a pesquisa englobará todas as seis universidades públicas localizadas no Estado de São Paulo em razão de ser uma das regiões brasileiras com o maior número de refugiados.

## 2 Objetivos

O *objetivo geral* desta pesquisa é verificar como a revalidação do diploma universitário pode contribuir com o processo de integração local dos refugiados sob a perspectiva socioeconômica, *no período de 2017 a 2019, em todas as universidades públicas do estado de São Paulo*. A partir disso, os *objetivos específicos* são:

- a) comparar a situação econômico-social dos refugiados que conseguiram a revalidação do diploma e daqueles que não conseguiram;
- b) verificar quais são os principais obstáculos que os refugiados encontram no momento da revalidação, e porquê os são;
- c) analisar as normas legais que regulamentam os requisitos e procedimentos da revalidação de diplomas.

## 3 Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa serão adotados os seguintes métodos: pesquisa bibliográfica, entrevista centrada seguida por análise de conteúdo, aplicação de questionário, análise estatística dos dados, além de pesquisa documental.

De modo a verificar quais são os principais obstáculos encontrados no processo de revalidação, proceder-se-á à análise estatística de dados sobre a revalidação de diplomas estrangeiros de todas universidades públicas do estado de São Paulo, por meio da Lei de Acesso à Informação. Os dados serão coletados por via direta e interna, tendo por base toda a população de refugiados que solicitou a revalidação de diploma estrangeiro de 2017 a 2019.

Após identificar os principais gargalos na concretização do processo, será realizada entrevista centrada, seguida de análise de conteúdo, a fim de entender os motivos pelos quais os pontos encontrados são obstáculos. Ouvir os refugiados a respeito dessa questão é importante uma vez que é necessário integrá-los ao processo de decisões a respeito das políticas de integração local.

Pretende-se realizar entrevistas com dois refugiados que tentaram o procedimento de revalidação de diplomas por universidade pesquisada, sendo que um deles deve ter conseguido a revalidação e o outro não. O contato com essas pessoas será feito por intermédio de Organizações Não-Governamentais, como a Compassiva, Cáritas, Missão Paz, bem como pelos cursos de português gratuitos oferecidos por diversas universidades públicas do estado. Quanto à nacionalidade, intenciona-se entrevistar pelo menos uma pessoa refugiada originária dos países com maior fluxo migratório de refúgio para o Brasil: Venezuela, Síria e República Democrática do Congo (COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS, 2020).

Além disso, será aplicado questionário por administração direta a todos os entrevistados, a fim de comparar a situação econômico-social dos refugiados que conseguiram revalidação do diploma com aqueles que não conseguiram. Em seguida, realizaremos a análise estatística dos dados, com utilização dos métodos quantitativo e qualitativo.

Para entender melhor os motivos pelos quais o percentual de sucesso da revalidação de diplomas revela-se muito abaixo do esperado, é primordial verificar quais são as dificuldades institucionais. Assim, pretende-se entrevistar um membro de cada universidade que participe diretamente da regulamentação e aplicação do procedimento de revalidação de diplomas. A entrevista será centrada, seguida de análise de conteúdo.

#### **4 Aporte teórico**

A revisão de literatura consiste na análise sobre o conceito de integração local, bem como sobre as formas de estudá-la e quantificá-la.

A integração local é uma das possibilidades de solução duradoura para os refugiados. Trata-se de “um processo complexo e gradual, que envolve refugiados se estabelecendo em um país de asilo e se integrando à comunidade. Há questões jurídicas envolvidas, mas são igualmente importantes os aspectos econômicos, sociais e culturais do local de integração” (ACNUR, 2019a, p. 33, tradução da autora). Busca-se, por meio desse processo, a conquista de direitos de residência permanente ou a aquisição da cidadania.

Existem vários debates acerca desse conceito na literatura estrangeira. Integração local não significa abandonar a própria cultura e assimilar todos os aspectos da sociedade em que se encontram, mas sim “que nacionais e estrangeiros possam ajustar seus comportamentos e atitudes entre si, demandando um esforço dos nacionais para entender o diferente e o direito do estrangeiro de preservar seu repertório cultural de origem” (KUHLMAN, 1991 *apud* MOREIRA, 2014, p. 89).

Do mesmo modo, no âmbito nacional muito se tem debatido sobre esse processo.

Como todo ser humano comum, suas vontades e anseios básicos consistem em poder desenvolver suas vidas e atividades cotidianas, em um ambiente que lhes propicie, além de um entorno de proteção e de segurança, a sensação de pertinência e integração sociais. Daí a importância vital de medidas de integração local eficazes e efetivas dentro do regime jurídico de proteção dos refugiados. É necessário garantir-se não apenas um ambiente jurídico de proteção, de reconhecimento e garantia de direitos fundamentais do refugiado, mas também a efetividade de políticas públicas que os insiram efetiva e positivamente no seio da sociedade que o acolheu (AMORIM, 2017, p. 376).

## 5 Hipótese

A hipótese inicial deste trabalho é de que a baixa efetividade da validação dos diplomas estrangeiros é um empecilho significativo na integração social-econômica dos refugiados do estado de São Paulo.

## 6 Considerações finais

Este projeto está em processo de desenvolvimento por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC) e tem previsão de conclusão para dezembro de 2021.

## Referências bibliográficas

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Global Trends: Forced Displacement in 2019**. Copenhagen: ACNUR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Global Trends: Forced Displacement in 2018**. Genebra: ACNUR, 2019a. Disponível em: [https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf#\\_ga=2.83994777.1225343878.1560779393-685702386.1530279534](https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf#_ga=2.83994777.1225343878.1560779393-685702386.1530279534). Acesso em: 10 ago. 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Subsídios para elaboração de políticas**. Curitiba, maio de 2019b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

AMORIM, João Alberto Alves. A Integração Local do Refugiado no Brasil: a Proteção Humanitária na Prática Cotidiana. In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (Orgs.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97**. São Paulo: Quartier Latin/

ACNUR, 2017. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-lei-9.474-97-2017.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS (CONARE). **Projeto de cooperação para análise das decisões de refúgio no Brasil**. Brasília: CONARE, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTQ4MTU0NGltYzNkMi00M2MwLWFhZWMTMDBiM2I1NW-VjMTY5IiwidCI6ImU1YzYzM3OTgxLTUyNjQ0NDZlNC04YTBlLTUyNDNkMmFmODBiZSI-sImMiOjh9>. Acesso em: 20 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: Suplemento de Educação. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados>. Acesso em: 16 jul. 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. S. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/24228/22991>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MCKAY, Sonia. The Commonalities of Experience: Refugees and Recent Migrants. In: MCKAY, Sonia (Ed.). **Refugees, Recent Migrants and Employment – Challenging Barriers and Exploring Pathways**. Nova Iorque: Taylor and Francis, 2009.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 85-98, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a06.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **World Migration Report 2020**. Genebra, 2020. Disponível em: [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2020.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf). Acesso em 10 abr. 2020.



## A Dificuldade de Conviver com o Outro: Jovens Refugiados nas Escolas<sup>1</sup>

Adriana Mallmann Vilalva<sup>2</sup>

### 1 Introdução

Os refugiados são uma realidade humana que têm chamado a atenção das comunidades científicas dos diversos países do mundo. Existem mais de 70 milhões de refugiados no mundo todo. Esta situação geopolítica provoca reestruturação em todas as relações sócio-político-econômica que afetam o planeta.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 3,7 milhões de crianças refugiadas não frequentaram a escola em 2019. Apenas 63% das crianças refugiadas frequentam a escola primária, em comparação com uma média global de 91%. Um quadro que piora à medida que essas crianças envelhecem. Apenas 24% dos adolescentes estão matriculados no ensino médio, enquanto a média global é de 84% (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 1996, 2002, 2011, 2020).

Em nossa legislação pátria (BRASIL, 1988) e em muitos tratados internacionais, dentre os quais, o Brasil é signatário, a Educação é um direito de todos. A Educação tem, assim, um papel irremediável na construção de uma via humanitário-civilizatória.

Este é um pequeno recorte de uma pesquisa mais ampla, que consiste em analisar e refletir sobre questões relativas à diversidade cultural e os novos (bem, *nem tão novos assim*) papéis que a escola assume, em função das mudanças sociais que ocorrem de forma contínua.

Pudemos observar, durante a revisão de literatura sobre a temática, como pode ser difícil conviver com o que consideramos diferente, por conta de nossas crenças e nosso capital cultural, que, por vezes, nos faz enxergar determinadas situações como estranhas ou indesejadas a nossa realidade. E essa estranheza pode estar diretamente ligada ao fato de que o Brasil é um país que foi marcado por um discurso de práticas homogeneizadoras, “[...] que despreza as singularidades e pluralidades existentes entre os diferentes sujeitos presentes no cotidiano escolar” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 89).

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Advogada. Doutoranda em Educação, UNISANTOS, pesquisando sobre o Espaço Social da Escola de ensino Fundamental e a inserção de crianças refugiadas. Integrante do Grupo de pesquisa: Instituições de Ensino, políticas e práticas pedagógicas. Integrante do projeto “Olhares psicossociais para a prática docente” desenvolvido pelo CIERS-Ed e pela Cátedra UNESCO sobre profissionalização docente (Fundação Carlos Chagas). Membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Voluntária em Restabelecimento de Laços Familiares (RLF) na Cruz Vermelha Brasileira — São Paulo. E-mail: drikamallmann@gmail.com

## 2 Desenvolvimento

A Educação é um Direito de todos, e a forma mais adequada de integrar crianças migrantes/refugiadas. No entanto, no contexto mundial, no Ensino Fundamental II (EF II), temos crianças ou pré-adolescentes, com a faixa etária de 11 a 14 anos, em um momento de transição. Não se consideram mais crianças e, também, não são adultos. Como identificar um caminho de sucesso neste momento de adaptação social, escolar, psicológica? Como identificar, este mesmo caminho para uma criança que, por vezes, deixou sua casa, escola, amigos, família, seu país e idioma natal? Que veio para nosso país com as roupas do corpo, fugindo de guerras, perseguições políticas e/ou religiosas?

São poucos os estudos realizados nesse período escolar repleto de medos, incertezas e descobertas. Podemos considerar como escassos os estudos sobre jovens migrantes/refugiadas nesta faixa etária. E, sendo o nosso país, um grande “palco” de diversidades, exclusões e inclusões, é necessária a investigação das ações que vêm sendo realizadas com o propósito de incluir esses jovens nas escolas de EF II.

Todos estes questionamentos conduzem ao objetivo central da pesquisa: questionar o lugar e o papel que a Escola de EF II assume, quando se tem como desafio integrar jovens migrantes/refugiados.

Para compreender e analisar o tema proposto, valemo-nos da Teoria das Representações Sociais/TRS (MOSCOVICI, 2011, 2012), com a qual, buscamos compreender o que significam informações coletadas, o campo de representações e/ou imagem e atitudes dos estudantes, migrantes/refugiados no espaço social da Escola. Em Bourdieu (1997, 1998), procuramos tecer relações com os conceitos que envolvem a Escola como espaço social. Dentre eles, consideramos: o campo, o *habitus* e o capital, e as relações entre esses conceitos, conforme acentuam Abdalla (2006, 2013) e Abdalla e Villas Bôas (2018).

Baseamo-nos, também, em dados sobre a adaptação escolar, apresentados por Baeninger (2018), coordenadora do “Atlas Temático da Migração Refugiada”, que trata do cenário das migrações transnacionais. Do levantamento realizado, indicamos: Malinowski (1994), Gamba (2006), Castles (2010) e Marie (2013), que analisam questões de migração global a partir de uma perspectiva social; Garcia (2015), que trata de questões relacionadas a como a escola sente a criança e como a escola a recebe em seu espaço social; Knoclock (2015), que aborda, especificamente, os dispositivos de reconhecimento dos migrantes e refugiados, colocando em ênfase os problemas específicos do sofrimentos psíquico; Bocchini (2016), que introduz a importância da arte para a integração de crianças refugiadas; Menezes e Reis (2013), Moreira (2014), Ahler e Almeida (2016), quando tratam dos direitos humanos, do *status* do refugiado e de sua inclusão social daqueles que estão em condição de refugiados e questões que envolvem os direitos humanos;

Antunes (2017), que trata dos aspectos socioafetivos; Deusdará, Arantes e Rocha (2017) e Vieira, Menezes e Silva (2017), que destacam a promoção de direitos com refugiados, nas práticas de ensino de línguas e na integração com outras culturas.

Quanto à abordagem metodológica, o projeto se desenvolve em três fases: 1) Apresenta uma revisão bibliográfica sobre essa temática, desde a “Convenção relativa ao estatuto do refugiado” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951), com dados obtidos de *sites* governamentais (UNICEF, ACNUR, ONU); bem como de textos já publicados, apresentando dados obtidos do banco de teses da CAPES; 2) Desenvolve a pesquisa de campo em duas escolas públicas do estado de São Paulo por meio da: a) observação (inserção em sala de aula de EF II; observando aulas de Português e Artes no 7º ou 8º ano; no mínimo 10 encontros com a mesma turma); b) análise das interações e ações desenvolvidas pelos professores em sala para proporcionar a integração e apreensão das temáticas; c) participação de projetos que vêm sendo desenvolvidos pela escola para investigar a integração na prática, com a interação das crianças refugiadas/migrantes com os demais alunos da escola; 3) Entrevistas com os gestores, professores e alunos para a construção de narrativas, segundo a TRS, de Moscovici (2012).

A intenção é que haja momentos de integração, que possam tratar de questões, como indica Moreira (2014), referentes aos problemas culturais, religiosos, socioeconômicos, políticos e étnicos. Nesta direção, alguns temas são abordados: conhecer a realidade escolar a partir dos pais “migrantes/refugiados”; conhecer o grau de participação dos pais; propor o acompanhamento desses a partir dos objetivos da escola; observar se a escola desenvolve algum projeto e/ou atividade que promova a integração dos “migrantes/refugiados”; e preparar propostas aos membros da escola no sentido de concretizar a integração.

### 3 Resultados parciais

A pesquisa de campo em duas escolas públicas do Estado de São Paulo a fim de acompanhar esses alunos em um processo de integração escolar, já vem apresentando resultados diferenciados quando analisamos o contexto internacional. Os formatos de sala de aula distintos (sala de aula invertida), o trabalho com projetos, bem como a poesia e a música têm possibilitado a melhor integração desses adolescentes. A criação de espaços onde estes jovens podem compartilhar sua língua, cultura e hábitos têm sido de extrema importância. As entrevistas realizadas, bem como os demais dados levantados até o momento, indicam que o envolvimento de toda comunidade acadêmica, mas principalmente dos demais alunos, produzindo o acolhimento, têm trazido resultados bastante positivos no que tange a integração dos refugiados ao ambiente escolar e social.

#### 4 Discussão

Consideramos, a partir do levantamento de dados, que a Escola e seus agentes, neste espaço social (BOURDIEU, 1997, 1998), precisam introduzir novas experiências, novas práticas, que possam integrar não só os estudantes, mas também suas famílias, interiorizando práticas culturais, modos de ser, sentir e agir (ABDALLA, 2006). Foi possível também observar questões que envolvem, segundo Moscovici (2011), as normas e suas influências sociais, os conflitos e as possíveis mudanças no espaço social da Escola, como diria Bourdieu (1997, 1998).

#### 5 Considerações parciais

Por isso, há necessidade de professores e gestores discutirem ideias no sentido de amadurecer propostas de ensino/aprendizagem na perspectiva da integração dos estudantes, respeitadas suas particularidades, especialmente, quando são refugiados.

#### Referências bibliográficas

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. **O Senso Prático de Ser e Estar na Profissão**. São Paulo: Cortês, 2006.

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. Representações sociais: aproximações/fronteiras entre Bourdieu e Moscovici. *In*: ENS, Romilda Teodora; VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiso; BEHRENS, Maria Aparecida (Orgs.). **Representações sociais: fronteiras, interfaces e conceitos**. Curitiba: Champagnat; São Paulo: FCC, 2013, p. 109-136.

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa; VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiso. Um olhar psicossocial para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 167, p. 14-41, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n167/1980-5314-cp-48-167-14.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**, São Carlos, v. 1, n. 2. p. 85-97, jul./dez. 2011.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**: Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto do refugiado. Lisboa: ACNUR, 1996.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Refúgio, Migrações e Cidadania. **Caderno de Debates**, v. 6, n. 6, dez. 2011. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-06\\_Ref%C3%BAgio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-06_Ref%C3%BAgio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf). Acesso em: 07 dez. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Recursos Educativos. **ACNUR**, 2020. Disponível em: <https://eacnur.org/es/como-ayudar/participacion-solidaria/recursos-educativos>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR).. **Direitos humanos e refugiados**. Lisboa: ACNUR, 2002. Disponível em: [https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha\\_informativa\\_20\\_direitos\\_refugiados.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_informativa_20_direitos_refugiados.pdf). Acesso em: 02 dez. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR).. Educação para refugiados em crise: mais da metade das crianças refugiadas em idade escolar do mundo não recebe educação. **ACNUR**, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/09/04/educacao-para-refugiados-em-crise-mais-da-metade-das-criancas-refugiadas-em-idade-escolar-do-mundo-nao-recebe-educacao/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

AHLER, Mara; ALMEIDA, Alcione de. A inclusão social das pessoas na condição de refugiado no Brasil à luz dos direitos humanos. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n. 47, p. 09-21, jan./jun. 2016.

ANTUNES, José António Pereira de Jesus. Refugiados e saúde mental: acolher, compreender e tratar. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 18, n. 1, p. 115-130, abr. 2017.

BAENINGER, Rosana A. (Coord.). **Atlas Temático — Observatório das Migrações em São Paulo**. Migração Refugiada. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 2018.

BOCCHINI, Bruno. ONG usa a arte para integrar crianças refugiadas. **Agência Brasil**, São Paulo, 04 jun. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/por-meio-da-arte-ong-faz-integracao-de-criancas-refugiadas-no>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência Civil. *D. O. U.*, de 05 de outubro de 1988, n. 191-A, Seção 1.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 11-43, jul/dez. 2010.

DEUSDARÁ, Bruno; ARANTES, Poliana Coeli Costa; ROCHA, Décio. Cruzando fronteiras: a promoção de direitos com refugiados nas práticas de ensino de línguas. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 42, p. 268-288, jan-abr. 2017.

GAMBA, Santiago. **A Síndrome de Ulisses**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

GARCIA, Cecília. Infância e diáspora: como se sente e como a escola pode receber uma criança imigrante? **Portal Aprendiz**, 18 dez. 2015. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/12/18/infancia-e-diaspora-como-se-sente-e-como-escola-pode-receber-uma-crianca-imigrante/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

KNOCLOCK, Felicia. Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e na saúde mental. **Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 169-174, 2015.

MALINOWSKI, Bronisław. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1994.

MARIE, R. M. Etnopsiquiatra francesa: Conferência Psicoterapia Transcultural da Migração. *In: **Simpósio Desigualdades, deslocamentos e políticas públicas na imigração e refúgio***. São Paulo, 2013.

MENEZES, Thais Silva.; REIS, Rossana Rocha. Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento pós-determinação do status de refugiado. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 144-162, 2013.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 22, n. 43, p. 85-98, jul./dez. 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologias das minorias ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção relativa ao estatuto do refugiado**, 1951. Disponível em: <http://www.acmur.org/t3/português/recursos/documentos/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

VIEIRA, Marina. T. B. P.; MENEZES, Fabiano. L.; SILVA, Bárbara H. The strength of education in the integration of refugees in Brazil: russian children in the city of Santos (1958-1968). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 51, p. 41-59, jan./mar. 2017.

# A Educação Intercultural como Prática Educacional para o Acolhimento de Refugiados<sup>1</sup>

Nicole Magalhães de Oliveira<sup>2</sup>

## 1 Introdução

O mundo encontra-se em um momento de grande fluxo de pessoas, muitas dessas estão em situação de refúgio por uma diversidade de motivos. O Brasil, nos últimos anos vem recebendo um grande fluxo de deslocados venezuelanos, além de receber refugiados de diversas partes do mundo, conforme mostram dados do Comitê Nacional para Refugiados (COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS, 2020). Por isso é de grande relevância pensar em qual é a realidade vivida por essa parcela da população que tenta um recomeço em um local com cultura, língua e modo de viver diferente dos que conheciam. Assim, passei a refletir como ocorre o acesso à educação por parte dos refugiados, já que se trata de um Direito Internacional com base no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Assim, os objetivos deste trabalho são: a) Mostrar com a Educação Intercultural pode contribuir para o acolhimento de refugiados em escolas brasileiras; b) Conhecer a realidade vivida por professores que têm em suas salas alunos refugiados por meio de entrevistas; c) Analisar os resultados encontrados, a fim de buscar maior conhecimento sobre a temática e d) Verificar o que pode ser feito no âmbito educacional e político para facilitar a adaptação de alunos refugiados.

## 2 Indicações metodológicas

A fim de atingir os objetivos desta pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica, na qual foi feito uma análise de documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), como também bibliografias que abordavam a Educação Intercultural. Além disso, realizou-se um levantamento de dados para saber em quais escolas da rede pública (municipal, estadual e federal) de Porto Alegre se encontram os alunos refugiados. Assim, foi possível encontrar os docentes para realizar entrevistas, com o objetivo de descobrir se há presença da interculturalidade em suas práticas.

## 3 Os Refugiados e a Educação Intercultural

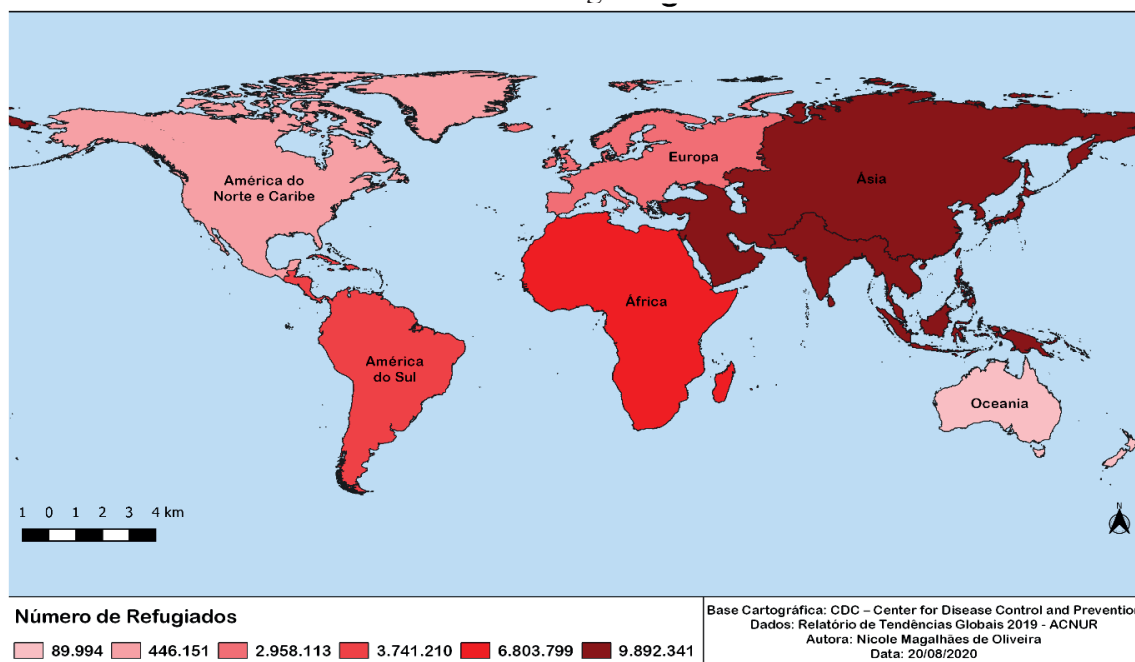
Atualmente, o número de pessoas deslocadas é o mais alto desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Conforme dados mais recentes, de 2019, no Relatório das Tendências Globais

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Graduanda do 4º semestre de Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vinculada ao Grupo de Pesquisa sobre Refugiados, Imigrantes e Geopolítica (GRIGs/UFRGS). E-mail: nicolemagalhaes3@gmail.com.

do ACNUR, temos quase 24 milhões de refugiados no mundo, no qual, no mapa em sequência, podemos observar o continente de origem dessas pessoas (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2020).

**Figura 1** — Mapa do número de Refugiados e Pessoas em situação de refúgio por continente de origem



Fonte: Elaborado pela autora.

Dessas pessoas nessa situação, 52% são menores de idade e essas crianças refugiadas enfrentam desafios particulares, como o acesso à educação. Sobre isso, Malala Yousafzai nos diz que “Crianças refugiadas têm o potencial para ajudar a reconstruir países pacíficos, prósperos e seguros, mas eles não podem fazer isso sem educação” (YOUSAFZAI, 2019, p. 47). Por isso, é de grande relevância pensar como a educação dessas pessoas vem sendo tratada e abordada nos países de acolhimento.

No Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2019, que trouxe como tema *Migração, Deslocamento e Educação*, fala-se que “as dificuldades relativas à inclusão de refugiados nos sistemas nacionais de educação são sentidas com mais força em contextos nos quais os recursos são poucos, e a necessidade de planejamento é alta” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2018, p. 25). Por isso, num país como o Brasil, que recebe refugiados de diversos lugares do mundo, precisa-se pensar em projetos para garantir o acesso à educação desses migrantes, pois será na escola que esses refugiados terão a oportunidade de serem acolhidos com toda a diversidade cultural que carregam consigo.

Esse mesmo relatório nos diz que abordar a diversidade está no cerne do propósito da educação, mas gera perspectivas contrastantes sobre a abordagem a ser adotada. Isso porque cada abordagem atribui um valor diferente à cultura do migrante e do refugiado, influenciando as atitudes em relação aos imigrantes. Isso pode ser visto na tabela a seguir, que apresenta os objetivos e riscos de cada abordagem.

**Figura 2** — Tabela sobre objetivos e riscos de cada abordagem educacional para a cultura do migrante

**ABORDAGENS DO SISTEMA EDUCACIONAL PARA A CULTURA DO MIGRANTE,  
COM GRAUS DE RISCO DE AUTOPERCEPÇÃO DO MIGRANTE**

|                  | <b>ASSIMILAÇÃO</b>                                                                                | <b>INTEGRAÇÃO<br/>(Multiculturalismo)</b>                                                                  | <b>INCLUSÃO<br/>(Interculturalismo)</b>                                                    |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVOS</b> | A cultura do migrante desaparece e os imigrantes adotam normas e valores do local de acolhimento. | Partes da cultura do migrante são aceitas ou integradas, e os migrantes são mais tolerados ou respeitados. | A cultura migrante é celebrada, pois a diversidade cultural é valorizada.                  |
| <b>RISCOS</b>    | Os migrantes se sentem excluídos, pois sua cultura é tratada como ameaçadora.                     | Os migrantes se sentem em conflito, pois partes de sua cultura são valorizadas em detrimento de outras.    | Os migrantes se sentem mais bem-vindos, pois sua cultura é vista como agregadora de valor. |

Fonte: King e Lulle (2016) e UNESCO (2006). Tradução da autora.

Nisso podemos observar que o método da interculturalidade tende a ser mais eficiente, pois ela busca um modo de viver juntos em sociedades diversificadas culturalmente através da compreensão, respeito e diálogo entre os diferentes grupos culturais. Nas Diretrizes da Educação Intercultural da UNESCO diz que

A educação intercultural não pode ser apenas um simples ‘acréscimo’ ao currículo regular. Deve preocupar-se com o ambiente de aprendizagem como um todo, bem como com outras dimensões dos processos educacionais, como vida escolar e tomada de decisões, formação e treinamento de professores, currículos, línguas e métodos de ensino e a interações com alunos e materiais de aprendizagem. Isso pode ser feito por meio da inclusão de múltiplas perspectivas e vozes (UNESCO, 2006, p. 19).

Dessa forma, é visto que práticas interculturais em sala de aula acabam por proporcionar um espaço de aprendizagem acolhedor. Assim, a convivência com pessoas culturalmente diferentes, traria enriquecimento pessoal para todos, além de possibilidades diversas que múltiplos conhecimentos trariam, ao serem compartilhados.

Segundo dados do Relatório de Monitoramento Global da Educação para 2019, 21 países de alta renda, vem aderindo ao interculturalismo, seja ele como disciplina ou como conteúdo curricular nas escolas. Um exemplo dessa adoção para migrantes é a Irlanda, que em 2015 criou a “Estratégia de Educação Intercultural”, um projeto de desenvolvimento que apoia a preparação de

professores em formação para a educação intercultural, incorporando especificamente os direitos humanos e a cidadania global no ensino (UNESCO, 2018).

#### **4 Análise do contexto de Porto Alegre**

Buscando saber como os docentes da rede pública de Porto Alegre vem trabalhando em sala de aula com alunos refugiados, foram realizadas entrevistas com sete professores. Dentre as respostas, temos um destaque para a língua, o acolhimento e a cultura. Nesses relatos temos professores que criaram um ambiente de troca de saberes onde aquele aluno chegado de fora não teria a necessidade de apenas aprender o idioma local, mas teria também a oportunidade de ensinar sua língua materna para seus colegas, através de atividades feitas em sala de aula. Outros, pensando que o aluno refugiado traz consigo toda uma bagagem cultural do país de origem, acabavam por explorar isso através de atividades que os alunos dialogassem e compartilhassem coisas de seu país. Dessa forma, acabavam por criar em suas salas de aulas um ambiente intercultural e rico.

Sobre isso Santiago, Akkari e Marques dissertam que

A perspectiva intercultural em educação configura um novo posicionamento do professor em relação aos saberes e à diversidade dos estudantes, o que, de certa forma, exige também novos posicionamentos políticos e reconfiguração das relações de poder no espaço escolar. Esse processo se traduz com rupturas de barreiras, discriminações e preconceitos (SANTIAGO; AKKARI; MARQUES, 2013, p. 46).

Os autores supracitados complementam dizendo que o sistema de ensino brasileiro não se encontra preparado para lidar com a interculturalidade. Isso porque, embora haja leis e normatizações, ainda prevalece o monoculturalismo curricular, que transforma a diferença entre desigualdade, e naturaliza preconceitos e estereótipos (SANTIAGO; AKKARI; MARQUES, 2013, p. 24).

#### **5 Considerações finais**

Esta pesquisa teve como finalidade mostrar como a escola pode servir como um espaço de acolhimento para um aluno refugiado. Dessa forma, com apoio dos resultados das entrevistas, foi possível auferir que o professor, ao utilizar a educação intercultural, atinge seu aluno de forma mais significativa, fazendo com que ele aprenda e também ensine. Assim, o docente torna a sala de aula um ambiente acolhedor e também um laboratório cultural.

Visto os benefícios do interculturalismo na educação, é de grande importância pensar na Educação Intercultural além da Prática Educacional, mas também como projeto governamental. Como vimos, tal método é adotado em diversos países e ele traz consigo um valor de aprendizagem gigantesco, podendo contribuir muito para o acolhimento de refugiados no novo país e garantir um enriquecimento de conhecimento para todos os envolvidos.

## Referências bibliográficas

COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS (CONARE). **Projeto de cooperação para análise das decisões de refúgio no Brasil**. Brasília: CONARE, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNTQ4MTU0NGItYzNkMi00M2MwLWFhZWMTMDBiM2I1NW-VjMTY5IiwidCI6ImU1YzYzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBJLTk1NDNkMmFmODBiZSI-sImMiOjh9>. Acesso em: 04 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório de Monitoramento Global da Educação**: Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros. Brasília: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://www.gcedclearinghouse.org/sites/default/files/resources/190008por.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI Abdeljalil; MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação intercultural**: Desafios e possibilidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Guidelines on Intercultural Education**. Paris: UNESCO, 2006. Disponível em: <http://www.ugr.es/~javera/pdf/DB2.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Global Trends: Forced Displacement in 2019**. Geneva: UNHCR, 2020. Disponível em: [https://www.unhcr.org/5ee200e37/#\\_ga=2.53632812.585151912.1592923489-1296186440.1591147150](https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.53632812.585151912.1592923489-1296186440.1591147150). Acesso em: 19 jun. 2020.

YOUSAFZAI, Malala. **Longe de casa**: Minha jornada e histórias de refugiados pelo mundo. 1 ed. São Paulo: Seguinte, 2019.



# **Análise de possíveis impactos do ensino de PLAc para imigrantes e refugiados em escola da rede pública na periferia de Brasília, Distrito Federal<sup>1</sup>**

*Maria Aparecida Neves da Silva<sup>2</sup>*

## **1 Conhecendo o ensino médio noturno no Distrito Federal**

Dentre as características marcantes do ensino noturno, temos em primordial a urgência que esse grupo de alunos precisa para concluir seus estudos (SOUSA; OLIVEIRA; LOPES, 2006). Essa urgência tem por diversas vezes motivação em recolocação no mercado de trabalho ou ingresso ao ensino superior. De acordo com publicação do Ministério da Educação, o ensino noturno temos:

Esse nível de ensino voltado ao segmento jovem que hoje busca mais do que simplesmente conquistar um diploma, alguma perspectiva de vida para sair do impasse econômico que exclui aceleradamente o aluno e sua família do mercado de trabalho e da possibilidade de acesso aos bens sociais e de consumo, deve ter como maior objetivo levá-lo ao questionamento, mais do que simplesmente à indagação o que não se resume a discordâncias semânticas (BRASIL, 2006).

Como o contexto da pesquisa gira em torno de uma escola que oferta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) noturno, será nesta modalidade que abordaremos este capítulo. A estrutura ofertada desde a duração do curso até a estratégia de matrícula foi construída de forma a atender as necessidades dos educandos. Isso significa que os estudantes optantes pelo ensino noturno precisam não só diminuir o tempo de permanência na escola, mas também a possibilidade de aproveitamento do tempo que nela permaneceram (MARTINS, 2000).

### **1.1 História de imigrações no Brasil e DF**

Brasília tem em sua história e estrutura social o perfil característico de parcela populacional de diversas nacionalidades (migrantes que vieram para a capital em época da construção das cidades) (BARBOSA; SÃO BERNARDO, 2015). Tal característica justifica-se por Brasília ser sede de vários órgãos internacionais públicos e privados.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Professora de Inglês/Português SEEDF, Mestranda PGLA/UNB – Brasília – DF. E-mail: cidinhateacher1@gmail.com

Para Barbosa e Leurquin (2018), os processos migratórios, ao contrário do que muitos acreditam, não é temática nada recente em nosso país. Segundo as autoras, com exceção das populações indígenas, todos os Brasileiros possuem de certa forma vínculos inegáveis com algum membro da família que em algum momento veio ou foi trazido para o Brasil.

Ainda afirmam Barbosa e Leurquin (2018) que fazem parte dessa conjuntura outros grupos em situação de refúgio de diferentes origens, dentre eles Sírios, Paquistaneses, Africanos e mais recentemente os Venezuelanos. É bem verdade que a necessidade do ensino em especial do Português para falantes de outras línguas tem se intensificado visto o aumento gradativo de imigrações internacionais em nosso país e em especial no Distrito Federal. Muitas instituições buscaram ofertar o ensino de Português de forma gratuita e com o auxílio de professores voluntários. O objetivo do presente artigo, porém, tem seu enfoque em ações da sociedade civil com parceria com entidades públicas. Como forma de delimitar o foco da pesquisa escolheu-se por investigar um caso específico de turmas de português como língua de acolhimento ministradas em espaço cedido em escola pública da Ceilândia, cidade periférica do Distrito Federal.

## **2 Projeto Pró-Acolher: o ensino de Português como língua de acolhimento (PLAC)**

O Pró-Acolher é um projeto coordenado pela professora doutora Lúcia Maria de Assunção Barbosa com funcionamento no NEPPE/UNB<sup>3</sup> desde 2013. Esta iniciativa surgiu de acordo com estudos realizados pelo grupo de pesquisadores e estudantes da graduação que em orientação da professora Lúcia Barbosa executaram as ações de forma voluntária. Havia um número expressivo de imigrantes e refugiados em vulnerabilidade social em Brasília. Estas pessoas não demonstravam ter condições financeiras de custeio para um curso de idiomas. E a exemplo da afirmação de Freire (1996) enfatizando que devemos fazer do nosso discurso semelhante a nossa prática, as aulas eram ofertadas de forma gratuita por professores voluntários.

### **2.1 Compreendendo o contexto da pesquisa**

Surgiu assim a proposta de realizar aulas do Pró-Acolher em local mais próximo a residência ao menos de uma parcela dos estudantes atendidos pelo projeto. Com autorização e supervisão da professora Lúcia Maria de Assunção Barbosa, ofertou-se inicialmente uma turma do referido projeto em escola situada em cidade satélite localizada na região de periferia do DF.

---

3 Núcleo de Ensino e Pesquisas em Português para Estrangeiros, Universidade de Brasília.

Assim, o presente artigo tem como justificativa a crescente demanda para o aprendizado de Português por parte de aprendizes imigrantes e refugiados e, em consonância a tal experiência, proposta de análise dos possíveis resultados até então observados.

## 2.2 Primeiro impacto: chegada dos aprendentes estrangeiros à escola

A exemplo de Amado (2013), percebo a importância de narrar os fatos em primeira pessoa pois foram observados por mim ao longo de todo o processo de início de aulas na referida instituição da pesquisa.

Ao iniciarmos o acolhimento dos estudantes estrangeiros na primeira turma no primeiro semestre de 2018, tínhamos uma turma que contava com 18 estudantes Haitianos e 2 Togolesses. Dentre as línguas faladas por estes aprendizes iniciais de PLAc, tínhamos o *Creole* e o Francês. A modalidade ofertada na instituição para alunos regular era a EJA<sup>4</sup>. Aos estudantes percebeu-se uma motivação e sentimento de acolhimento com a possibilidade de terem seus aspectos culturais e linguísticos valorizados. Em contrapartida, a presença desses aprendizes de PLAc possibilitou uma conexão entre um grupo de Haitianas e um estudante da EJA. As alunas narraram-me que a partir dessa amizade singela, o mesmo aluno não só indicou um curso profissionalizante ali próximo da residência das mesmas, mas como também fez suas matrículas preenchendo os cadastros que, por serem em português, eram um pouco complexos para as alunas não falantes de Português.

Ao encerramos o semestre e iniciamos o outro, no início do ano seguinte, abrimos nova turma que apresentavam duas novas nacionalidades: Gana e Paquistão e contamos com mais dois professores voluntários. Contávamos então com duas turmas do Acolher 1 e 2 com 20 aprendizes em cada uma delas. Dentre as oportunidades mais acessíveis imaginei que pudessem realizar um exame de certificação ENCCEJA<sup>5</sup>. O referido exame possibilitaria que adquirissem um certificado em nível médio e proveniente de escola pública brasileira. Ao iniciarmos o terceiro semestre de aulas neste espaço fora da universidade, tivemos uma demanda cada vez mais crescente.

## 2.3 Análise de dados coletados: Narrativa cronológica dos fatos

Ao analisarmos os fatos narrados de forma cronológica, temos como principais itens dispostos em quadro elaborado pela autora abaixo:

4 A EJA é destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou não deram continuidade ao ensino na idade própria e, agora, desejam retomar os estudos. Para cursar as etapas correspondentes ao Ensino Fundamental é necessário ter mais de 15 anos. No caso das etapas correspondentes ao Ensino Médio, é preciso ter mais 18 anos (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, *s.d.*).

5 O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) foi elaborado para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, *s.d.*).

| Pontos relevantes                                             | Período de Aulas do Projeto Pró-Acolher |                                                                                                          |                                                                                          |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                               | 1º semestre do curso                    | 2º semestre do curso                                                                                     | 3º semestre do curso                                                                     |
| Demanda de aprendizes                                         | 23 alunos                               | 40 alunos                                                                                                | 56 alunos                                                                                |
| Nacionalidades dos aprendizes                                 | Haitianos e Togolezes                   | Haitianos, Togolezes, Paquistaneses                                                                      | Haitianos Togolezes, Ganenses, Paquistaneses                                             |
| Quantidade de professores voluntários                         | 2                                       | 3                                                                                                        | 5                                                                                        |
| Atividades extracurriculares para além das aulas de Português | Não houve                               | Curso de culinária realizado por algumas alunas haitianas por indicação de aluno da própria escola (EJA) | Realização do exame de certificação ENCCEJA por parte de alguns aprendizes estrangeiros. |

A partir dos dados dispostos no quadro acima pode se observar que de resultado obtivemos:

- a) O aumento da demanda de aprendizes e, conseqüentemente, de professores voluntários;
- b) Oportunidade de integração social a partir de inscrição em curso de culinária, inscrição esta feita por aluno regular da EJA em auxílio ao grupo de estrangeiros;
- c) A experiência com o ENCCEJA: desafio duplo por serem avaliados em português e em mais de uma área de conhecimento.

### 3 Considerações finais

Após a observação cronológica dos fatos, chega-se a conclusão de que o ensino de PLAc permanece fator necessário a grande parcela de imigrantes e refugiados. A demanda apresentada por esta parcela de aprendizes também nos faz perceber a importância da oferta de tal modalidade de ensino mais próxima à residência dos educandos e de forma gratuita. As atividades para além das aulas de PLAc ocorridas tais como supracitadas, cursos profissionalizantes e realização de exames de certificação, são fatores que corroboram a importância do ensino de português na perspectiva do acolhimento. E, por fim, tais resultados confirmam o quanto o trabalho voluntário em parceria com instituições públicas é eficaz em busca do bem dessa parcela de pessoas em vulnerabilidade. Contudo estas ações apenas são paliativas enquanto não se firmam as políticas públicas e linguísticas que atendam de forma mais abrangente todos os estrangeiros que necessitam aprender a língua portuguesa e são negligenciados pelo Estado.

## Referências bibliográficas

- AMADO, Rosane de Sá. O Português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista SIPLÉ**, v. 4, n. 2, p. 11-18, out. 2013. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1PU5MCAL2pd-SdPwoz2zpfO-b\\_D\\_QXI68/view](https://drive.google.com/file/d/1PU5MCAL2pd-SdPwoz2zpfO-b_D_QXI68/view). Acesso em: 06 dez. 2020.
- BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga. Acolhimento e Escolarização de Imigrantes no ensino Básico de Brasília (Distrito Federal): Perspectivas e Ações. *In*: FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de; SIMÕES, Darcila (Orgs.). **Contribuições da Linguística Aplicada para a Educação Básica**. [S.l.]: Pontes, 2018.
- BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. The role of language in social integration of refugees. *In*: GOROVITZ, Sabine; MOZZILO, Isabella. **Language contact: Mobility, Borders and Urbanization**. [S.l.]: Cambridge Scholars Publishing, 2015.
- BRASIL. **Trabalhando com a educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Cadernos MEC, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)**. Disponível em: <Http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/encceja>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- MARTINS, Ângela Maria. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: avaliação de documento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 67-87, mar. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a04.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDF). **Início**. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- SOUSA, Sandra Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; LOPES, Valéria Virgínia. **Ensino médio noturno: democratização e diversidade**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília: 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7609-emnot-relatorio-nacional-completo-final-pdf&category\\_slug=fevereiro-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7609-emnot-relatorio-nacional-completo-final-pdf&category_slug=fevereiro-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 06 dez. 2020.



# Aproximando na Distância: uma Reinvenção do Ensino de Língua-cultura para Migrantes em Contexto de Pandemia<sup>1</sup>

*Suelene Vaz da Silva<sup>2</sup>*

*Mirelle Amaral de São Bernardo<sup>3</sup>*

*Cleide Araújo Machado<sup>4</sup>*

## 1 Introdução e problemática

Ficar em casa tornou-se a expressão mais conhecida mundialmente nos últimos sete meses. Contudo, cumprir com exatidão esse propósito é um privilégio de poucos, considerando que a maioria das pessoas está em uma situação, que lhes exige sair de casa. Os migrantes haitianos e venezuelanos residentes na capital do estado de Goiás, alunos de língua portuguesa no Instituto Federal de Goiás (IFG), estão entre essas pessoas. Para eles, além da impossibilidade de se protegerem da possível contaminação pela COVID-19 pela necessidade do trabalho, outros direitos lhes foram privados, por exemplo, continuar as aulas presenciais.

É nesse sentido que surge a problemática deste estudo, isto é, com o intuito de dar continuidade às aulas em uma perspectiva de ensino e de aprendizagem que prima pelo acolhimento e respeito à pluralidade cultural, precisamos investigar como fazer uso de ambientes virtuais para o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), sabendo que a presença dos atores em um mesmo ambiente físico constitui-se como mola propulsora para o acolhimento do migrante no contexto escolar. Além dessa indagação, outras subquestões surgiram, tais como a não experiência dos licenciandos regentes com aulas na modalidade não presencial, quais abordagens de ensino adotar, saber se os licenciandos regentes e os migrantes possuíam equipamentos para uso da tecnologia digital (TD), se tinham acesso à internet e, acima de tudo, se concordariam com aulas na modalidade remota.

Certamente, foram e ainda são muitas inquietações, algumas já com respostas, outras com muitas hipóteses elaboradas e mais algumas que ainda demandarão investigações mais aprofundadas. Por enquanto, vamos nos tranquilizando com o fato de as aulas estarem acontecendo e, portanto, de estarmos buscando a aproximação no distanciamento.

## 2 Objetivos

- Analisar como a aproximação entre alunos e licenciandos regentes ocorre nos ambientes virtuais utilizados para o processo ensino-aprendizagem de PLAc; e

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Doutora em Letras e Linguística. Professora EBTT no Instituto Federal de Goiás. E-mail: suelene.silva@ifg.edu.br.

<sup>3</sup> Doutora em Linguística. Professora EBTT no Instituto Federal Goiano. E-mail: mirelle.bernardo@ifgoiano.edu.br.

<sup>4</sup> Mestre em Letras e Linguística. Professora EBTT no Instituto Federal de Goiás. E-mail: cleidi.letras@ifg.edu.br.

- Verificar como a plataforma Google Meet é reconfigurada para o ensino de PLAc, considerando a perspectiva intercultural.

### 3 Metodologia

Este estudo segue a perspectiva de pesquisa qualitativa, especificamente constitui-se como um estudo de caso (PAIVA, 2019). A unidade investigada são 4 turmas de alunos estrangeiros, haitianos e venezuelanos, em um total de 50 migrantes, que estudam português na perspectiva de PLAc, em contexto virtual de aprendizagem.

As aulas são ministradas por 8 alunos do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, do Instituto Federal de Goiás (IFG), professores em formação, aqui identificados pela nomenclatura de licenciandos regentes e individualmente por P1, P2 etc. Esses licenciandos trabalham em pares e cada par recebe orientação de uma professora do Curso de Letras, em todas as etapas do processo de exercício da docência. As aulas acontecem de modo síncrono, duas vezes por semana, com a duração de 1h30min, em uma sala virtual do Google Meet. Elas são acrescidas de aulas assíncronas, via *Google Classroom* e aplicativo *WhatsApp*, contudo, neste resumo expandido, abordaremos apenas o ambiente síncrono, Google Meet.

As turmas de alunos são configuradas com base em dois critérios: os níveis de conhecimento de português e a particularidade da língua materna. Para a geração dos dados, a própria plataforma Google Meet possibilita ao usuário, mediador da sala, gravar, em áudio e vídeo, e armazenar as gravações no drive da Google. Os dados foram analisados segundo teorias que defendem o ensino de português como língua de acolhimento, a pluralidade cultural e tecnologias digitais como possíveis recursos para a construção colaborativa de conhecimento, envolvendo atores humanos e não humanos.

### 4 Aporte teórico

No mundo de hoje, justifica-se, cada vez mais, refletir sobre migração e interculturalidade. Por um lado, porque é um tema atual, ativado pela globalização, em todos os domínios; por outro lado, para o nosso país, devido a eclosão migratória que, repentinamente, se desenvolveu nos seus espaços, desencadeando situações de diferença e alteridade, nem sempre facilmente compreendidas e ultrapassadas.

Da reflexão sobre migração e interculturalidade, ressaí a discussão sobre as línguas, e, no nosso particular, sobre a língua portuguesa. Se, no fenômeno migratório, a necessidade de integração exige, por parte de quem chega, a aprendizagem da língua de quem recebe e a atenção à sua cultura, ao mesmo tempo quem recebe não pode ignorar que quem chega tem outras línguas e culturas e que também, nessa dimensão, devem ser consideradas.

A reflexão e a intervenção na área da migração e da interculturalidade implicam atender ao relacionamento que se estabelece entre quem recebe e quem é recebido, para que haja uma verdadeira integração e se cumpram os que são, cada vez mais, dadas as circunstâncias dos tempos de hoje, os desígnios de uma sociedade global, que é ser interativa, plural e colaborativa. Nessa perspectiva, as urgências do cotidiano em termos de trabalho, transporte, consumo, saúde e relações interpessoais fornecem subsídios e orientação pragmática ao processo de aprendizagem da língua de acolhimento. Para nós, um conceito de língua que

transcende a perspectiva linguística e cultural e refere-se também ao prisma emocional e subjetivo da língua e à relação conflituosa presente no contato inicial do [migrante] com a sociedade de acolhimento, a julgar pela situação de vulnerabilidade que essas pessoas enfrentam ao chegarem a um país estrangeiro, com intenção de permanecer nesse lugar (SÃO BERNARDO, 2016, p. 67).

Esse conceito norteou as aulas de PLAc oferecidas pelo IFG, campus Goiânia, a migrantes e refugiados; a elaboração do material didático; das atividades e das ações realizadas para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes nesses cursos, assim como o conceito de Competência Comunicativa Intercultural (CCI).

Beneke (2000) afirma que, em sentido amplo, competência intercultural é a capacidade de lidar com a própria formação cultural na interação com os outros, interações estas que envolvem o uso de diferentes códigos linguísticos e o contato com pessoas, que trazem consigo variados conjuntos de valores e modelos a favor do desenvolvimento de uma sensibilidade intercultural de todos os envolvidos no processo educacional.

Outro aspecto que também se faz presente no ensino de PLAc são as TDs. Consideradas por algumas pessoas como bens de consumo básico, elas também revelam as desigualdades entre os povos e, nesse período de distanciamento social em razão da pandemia pela COVID-19, as TDs assumem o papel de lugar, recurso e condição para que muitas pessoas estejam em contato com suas famílias, desenvolvam suas funções no trabalho e estudem.

Criadas ou ressignificadas para contextos de ensino-aprendizagem, as TDs podem ser percebidas como recursos inovadores, integrativos, flexíveis e auxiliares à educação (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020). É nesse sentido que este estudo as conceitua, buscando desenvolver novas práticas pedagógicas que ressignifiquem seus usos, possibilitando a prática da língua-cultura em contexto de ensino-aprendizagem.

## 5 Resultados parciais e considerações finais

Os resultados parciais nos permitem afirmar que os licenciandos regentes e os migrantes desenvolveram estratégias para fortalecer os laços de aproximação entre eles, por exemplo, nas aulas síncronas, eles entram na sala virtual antes do horário de inicial, cumprimentam os regen-

tes, vinculando o pronome possessivo aos nomes: “Boa noite, minha professora, P1!”, “Boa noite, meu professor, P2”, o que demonstra não a posse, mas a relação de afetividade entre eles. Eles também incluem as famílias nesses momentos, pelas câmeras e, algumas vezes, os familiares cumprimentam os regentes e até participam de interações. Situações como preparação das refeições ou receber visitas são incorporadas ao contexto da sala virtual, integrando este ambiente ao presencial como um acontecimento único, aspecto não comum em aulas presenciais.

Para os regentes, a participação das famílias também está presente nas aulas. Filhos e alguns cônjuges sentem-se confortáveis em participar de momentos, às vezes com um simples abanar de mãos, mas, nesse ambiente, mediado por câmeras, muito simbólico para a representatividade do significado do acolher em um contexto, em que integrar à sociedade recebedora nem sempre é amigável. Outro fator relevante é o sorriso nos rostos dos regentes e o barulho das risadas dos migrantes. Essa demonstração de alegria e satisfação nos dá uma sensação de que embora fisicamente distantes, demonstrações de afeto contribuem para uma melhor integração dos atores nas aulas na modalidade remota e dos migrantes à micro comunidade virtual de ensino do IFG. Chamar uns aos outros pelo primeiro nome, conversar entre eles, mesmo estando em ambientes geográficos diferentes, conhecer os familiares são acontecimentos somente observados no ambiente virtual, em que as aulas assumem um caráter mais flexível, aberto a intercorrências e a intervenções de outros atores, além dos diretamente envolvidos no processo de ensinar e de aprender PLAc.

Em relação às ferramentas digitais, o quesito acessibilidade às aulas síncronas, via *Google Meet*, revela que os regentes e os migrantes possuem algumas dificuldades com um bom acesso à internet. Os regentes possuem computadores, alguns deles cedidos pelo IFG, e os migrantes, na maioria, fazem uso de aparelhos celulares. Há, nas 4 turmas sob análise, mais de um aluno acompanhando as aulas em um mesmo aparelho, geralmente esposa e marido, mas há casos de amigos também fazendo esse uso conjunto, e outras situações em que o aluno vai para a casa de um conhecido para compartilhar o acesso à internet. Para os regentes, as câmeras ficam sempre abertas e os microfones nos momentos de falas. Já os migrantes tendem a manter a câmera aberta, exceto quando precisam economizar dados da franquia, enquanto navegam na internet móvel. Os microfones permanecem fechados e são acionados todas as vezes que eles desejam falar ou são convidados à fala pelos regentes ou por um colega de turma.

Quanto ao ensino-aprendizagem, língua-cultura é abordada na totalidade, oportunizando aos brasileiros conhecer sobre o Haiti e a Venezuela e outros países por onde os migrantes residiram ou passaram, e sobre a língua crioula e espanhola. Por outro lado, a cultura e língua portuguesa brasileira é trabalhada, buscando não impor valores, crenças ou comportamentos aos migrantes. Contudo, situações conflituosas emergem, como, por exemplo, relações de gêneros e questões de assédio. Nessas situações, são discutidas não somente comportamentos nas perspectivas culturais dos povos envolvidos, mas também leis, caso haja alguma.

Outro fator de destaque são momentos nas aulas em que os haitianos ensinam crioulo para os regentes. Essa troca de papéis — quem ensina e quem aprende — e de línguas, torna real a reciprocidade entre os atores, diminui as barreiras culturais e preconceitos, como o de o migrante ser o receptor e não o protagonista de sua integração na sociedade goiana.

Por fim, as ferramentas tecnológicas favorecem o trabalho com imagens, vídeos, áudios, jogos, promove uma interação em que o ouvir o outro precisa estar no mesmo patamar do falar, pois a sobreposição de vozes em contexto virtual impede a compreensão das mensagens. Assim, nesse ambiente, é preciso escutar para interagir, pois mesmo pedidos de esclarecimentos decorrem de dar ao outro a oportunidade de se expressar, questionar e posicionar, aspectos primordiais para a aprendizagem de uma língua na perspectiva de acolher e ser acolhido.

### Referências bibliográficas

BENEKE, J. Intercultural competence. *In*: BLIESENER, Ulrich (ed.). **Training the Trainers**. International Business Communication. Köln: Carl Duisberg Verlag, 2000. p. 108-161.

MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, v. 20, p. 2-35, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438/34772>. Acesso em: 26 set. 2020.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. **Português como língua de acolhimento**: um estudo com imigrantes e refugiados no Brasil. Orientador: Profa. Dra. Lúcia Maria de Assunção Barbosa. 2016. 206 f. Tese (Doutorado) — Curso em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.



## Migrações Internacionais e a Participação da Extensão Universitária para o Desenvolvimento<sup>1</sup>

Gabriella Azeredo Azevedo<sup>2</sup>

Grazielle Betina Brandt<sup>3</sup>

### 1 Introdução

Com a intensificação do fluxo de imigrantes internacionais para o Brasil na última década, o país viu-se diante de um desafio para conseguir acolher e dar condições dessas pessoas viverem e desenvolverem-se no território nacional. Inúmeros foram os motivos que levaram imigrantes a escolherem o país como destino: desde o terremoto no Haiti em 2010, a participação e liderança do Brasil na MINUSTAH, bem como o fortalecimento da política externa por meio de *softpower* e expansão de embaixadas, ainda liderando discursos em prol dos direitos humanos em organismos internacionais, até os megaeventos esportivos, a crise financeira internacional que afetou a economia e a vida das pessoas, além da recente crise político-econômica na Venezuela; todos esses acontecimentos motivaram, em certa medida, o *boom* do fluxo migratório para o Brasil.

Entretanto, não se estabeleceu da mesma maneira, ou com a mesma velocidade, políticas públicas e direitos adequados que pudessem garantir a dignidade para todos e todas. Nesse cenário, por sua vez, o que se percebeu foi o surgimento de novos agentes assumindo protagonismo junto ao Estado e intermediando serviços aos imigrantes, dentre estes: as universidades.

Para tanto, este trabalho busca responder o seguinte problema: Como atividades extensionistas de universidades do Rio Grande do Sul têm auxiliado no acesso e garantia de direitos aos imigrantes que chegam ao estado?

O objetivo principal, por sua vez, é compreender como esses projetos desenvolvem suas ações de apoio aos imigrantes no acesso a direitos e à integração regional, buscando compreender, ainda, quais os desafios atuais para prosseguir garantindo condições adequadas para promover o desenvolvimento.

A metodologia que viabilizou este estudo foi de abordagem qualitativa, a partir da pesquisa bibliográfica e documental e, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas no ano de 2019.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Bacharela em Relações Internacionais e Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: gabriella\_aa@hotmail.com

<sup>3</sup> Bacharela em Relações Públicas, Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Quebec e professora pesquisadora do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: grazielle@unisc.br

## 2 Desenvolvimento como Liberdade e a Extensão Universitária

Para compreender de que desenvolvimento está se falando, buscou-se a reflexão de Amartya Sen sobre esse conceito, que prevê que o desenvolvimento sugere mais do que simplesmente o crescimento econômico, ou a garantia da renda para se obter qualidade de vida. Para Sen (2000) há muitas formas de privações que não, necessariamente, só as financeiras, as quais também acentuam as desigualdades (em termos de oportunidades) e a exclusão social, tais como: privações de informações, direitos, mercados, saúde, emprego, educação, etc. Portanto, pensar o desenvolvimento requer falar de expansão de liberdades e capacidades dos indivíduos, isto é, garantir direitos fundamentais à pessoa para que possa expandir seu potencial, valores, experiências em busca de suas realizações de vida, contribuindo, por fim, com a sociedade.

Desta forma, pensar esse desenvolvimento exige, primeiramente, estabelecer e garantir direitos elementares no Brasil aos imigrantes. Sabidamente, a Lei de Migração de 2017 — Lei n.º 13.445, foi um importante marco para romper com os sinais securitistas do Estatuto do Estrangeiro que vigorava até aquele momento (BRASIL, 2017). Entretanto, na prática ainda há falhas quanto à efetividade de seu cumprimento e do estabelecimento de políticas públicas que possam garantir o acesso aos serviços para essas pessoas (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018).

Nesse sentido, o que se verifica é um importante papel sendo assumido pelas Instituições de Ensino Superior (IES) em apoio aos imigrantes, intermediando serviços públicos de competência muitas vezes do Estado e auxiliando, portanto, na integração regional dessas pessoas, seja prestando apoio com a documentação, traduções, ensino da língua, apoio psicológico, etc.

As universidades estão pautadas em um tripé: ensino, pesquisa e extensão; para tanto, uma IES deve ser capaz, por meio destes, de estimular o ensino e promover o compartilhamento do conhecimento atenta aos grandes desafios nacionais. Embora, as universidades, historicamente, tenham sido criadas com a finalidade de formar as elites, com as mudanças nas condições e contexto histórico-social, tiveram que se adaptar — havendo profundas transformações em seu papel, função e atuação junto à sociedade. A respeito desse tripé, pode-se dizer que a extensão universitária ocupa lugar de destaque quando se discute o papel social de uma Instituição de Ensino Superior (SANTOS JUNIOR, 2013).

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária:

Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (MIRANDA; NOGUEIRA, 2012. p. 12-13).

Tendo em vista esses apontamentos acerca da importância e função social de uma universidade e, portanto, da necessidade de estar atenta aos desafios do mundo presente como um

agente/articulador de ações e políticas públicas do Estado, isto é, que não busca substituir as responsabilidades do mesmo, mas somar seus esforços e auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições. Cabe pensar em como tem se dado essa interação, tendo em vista o fluxo de imigrantes internacionais que chegam todos os dias no território nacional, objetivando promover a integração social, a conscientização contra o xenofobismo, a discriminação e promover condições justas e humanitárias para essas pessoas buscarem o seu próprio desenvolvimento.

### **3 Universidades no Rio Grande do Sul e o diálogo com os imigrantes**

Em todo o Brasil, atualmente, há iniciativas de apoio aos imigrantes. Tanto ONGs, quanto igrejas e outros movimentos, têm prestado suporte nesse sentido. As universidades, por meio de seus projetos de extensão, somam esforços de maneira responsável, democrática e cidadã.

No Rio Grande do Sul, analisou-se quatro projetos de extensão e suas particularidades de acordo com as regiões em que estão inseridos. Quais sejam: o Grupo de Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados (GAIRE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Projeto Vem Pra Cá, da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES) e o Grupo de Trabalho e Apoio a Refugiados e Imigrantes (GTARI) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Como mencionado anteriormente, cada projeto possui uma história própria dentro da instituição e comunidade. Porém, todos buscam, de alguma forma, prestar apoio aos imigrantes por meio do trabalho extensionista. Além disso, percebeu-se a mobilização de alunos e professores de vários cursos fazendo parte e/ou auxiliando nas ações dos projetos, como: Relações Internacionais, Direito, Psicologia, Comunicação Social, Letras, etc.

Dentre os grandes desafios destacados, os responsáveis ou participantes dos projetos nas universidades pesquisadas relatam a falta de conhecimento da população e órgãos/agentes públicos como empecilhos para o desenvolvimento e integração regional, uma vez que por este desconhecimento, certas vezes, serviços a que os imigrantes teriam direitos são negados.<sup>4</sup>

Nessa reflexão junto aos projetos desenvolvidos, percebeu-se que há um importante trabalho preliminar que necessita ser feito para viabilizar, minimamente, condições de vida para essas pessoas, isto é, o ensino da língua. Posteriormente, garantir que tenham os documentos adequados para acessarem outros serviços como em postos de saúde, assistência social e escolas, é fundamental.

Além disso, buscam por meio da tradução de diplomas, certificados e documentos, viabilizar que essas pessoas possam obter melhores condições de vida ou concorrerem a vagas no mercado de trabalho, por exemplo. Portanto, percebem que viabilizar condições e direitos básicos

<sup>4</sup> Informações obtidas a partir de relatos durante entrevistas no ano de 2019, em que os representantes dos projetos explicitaram suas ações e desafios da extensão na assessoria aos imigrantes (ENTREVISTAS, 2019).

é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, bem como elucidou-se a partir da obra de Amartya Sen (2000).

Os representantes entrevistados nas universidades pesquisadas destacaram ainda as dificuldades vivenciadas nos últimos anos em relação ao contingenciamento dos investimentos por parte do governo federal e o quanto isso impacta nos projetos futuros das mesmas, uma vez que o grupo da população migrante, muitas vezes já é invisibilizado na sociedade e, portanto, sofre com o corte de verbas em um momento de crise.

#### 4 Considerações finais

A partir da teoria proposta por Sen (2000) e da análise dos dados coletados observa-se que a ideia de liberdade como oportunidade parece não ter muitas opções na vida dos sujeitos migrantes, tendo em vista que no Brasil hoje têm poucas oportunidades de estabelecer uma relação com o que valorizam em suas vidas. As universidades desenvolvem a ideia de liberdade enquanto agência (GIDDENS, 2003), levando em conta que proporcionam possibilidades que são materializadas na vida do imigrante de forma instrumental ou indireta. Contudo, ao tentar valorizar, de forma representativa ou instrumental práticas que ressignificam e valorizam a vida do imigrante, respeitam a liberdade de poder desses sujeitos. Mesmo que a liberdade do bem-estar do imigrante possa ser diminuída com a dependência dos serviços oferecidos pelas universidades, o respeito às preferências desses, como reconhecidas e respeitadas, geram nesses uma liberdade de poder, buscando alcançar aquilo que acreditam ser o melhor para si, ou valorizando como sendo o melhor para si, em um determinado momento da sua trajetória.

#### Referências bibliográficas

BAGGIO, Roberta Camineiro; NASCIMENTO, Daniel Braga. Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração no Brasil: breves apontamentos. *In*: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.).

**Migrações e Direitos Humanos**: Problemática Socioambiental. Lajeado: Editora Univates, 2018. p. 19-26. Disponível em: <https://www.univates.br/editora-univates/publicacao/266>. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 25 ago. 2020.

ENTREVISTAS. **Projetos de extensão enquanto agentes na integração regional dos imigrantes internacionais**. [Entrevista concedida a] AZEVEDO, Gabriella Azeredo. Rio Grande do Sul, 2019. Entrevistas junto às universidades concedidas para fins de análise e referencial para dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MIRANDA, Geralda Luiza de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2020.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. Universidade e Sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 13, p. 299-335, set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4178>. Acesso em: 03 dez. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



## Migrantes e refugiados Surdos em Roraima: experiências do Programa de Extensão “MiSordo”<sup>1</sup>

Thaisy Bentes<sup>2</sup>

Paulo Jeferson Pilar Araújo<sup>3</sup>

### 1 Apresentação

Este trabalho tem como objetivo principal descrever os resultados iniciais do Programa de Extensão MiSordo (Migrante Sordo): Programa Interinstitucional de Apoio a Migrantes e Refugiados Surdos no Brasil, criado em junho de 2020, no âmbito do Curso de Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima. O Programa conta com três projetos e diversas parcerias com ONGs e instituições religiosas, filantrópicas nacionais e internacionais que oferecem serviços aos migrantes e refugiados no estado de Roraima e em outros estados do Brasil e visa a cumprir com o papel social da universidade e as contribuições que as ações de extensão têm na sociedade (RODRIGUES *et al.*, 2013).

Considerando que os direitos humanos e linguísticos das pessoas surdas são respaldados principalmente pelo acesso à informação e promoção das línguas de sinais próprias das comunidades surdas, o Programa MiSordo traz como problemática o estatuto da *Lengua de Señas Venezolana-LSV* frente à Língua Brasileira de Sinais-Libras em Boa Vista, podendo ser considerada como língua de fronteira e de migração (ARAÚJO; BENTES, 2020; 2018) e ainda como língua de herança (QUADROS, 2017). Busca-se assim, promover a língua de sinais da comunidade surda venezuelana ao mesmo tempo em que a Libras é utilizada como língua de acolhimento, além de promover acesso aos direitos humanos por meio da tradução e interpretação.

As ações do Programa MiSordo seguem uma metodologia pautada nos Estudos da Tradução Intramodal entre línguas de sinais (LSV-Libras) e intermodal (LSV-português e Libras-espanhol) possibilitando assim, por meio de acessibilidade linguística via tradução e interpretação entre os pares de línguas em contato, a obtenção de documentos necessários por parte dos migrantes surdos (CPF, laudos médicos, protocolo de migração etc) para posterior encaminhamento aos postos de trabalho formal, bem como projetos de empreendedorismo e economia solidária.

Apresentamos na seção seguinte alguns aspectos da comunidade surda migrante e refugiada venezuelana em Boa Vista-RR e as ações desenvolvidas pelo Programa MiSordo.

1 Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

2 Mestra em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília. Professora do Curso Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima. E-mail: thaisy.bentes@ufrr.br

3 Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo-USP. Professor do Curso de Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima. E-mail: paulo.pilar@ufrr.br

## 2 A comunidade surda migrante e refugiada venezuelana no Brasil e o Programa MiSordo

Entre 2013 e dezembro de 2019, cerca de 264 mil venezuelanos solicitaram refúgio ou residência no Brasil, a grande maioria entrando por Roraima (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2020). Porém, desde 2016, o fluxo migratório venezuelano aumentou significativamente e Roraima tem recebido diariamente milhares de migrantes, dentre eles surdos com suas famílias em busca de melhorias de vida e sobrevivência.

Os migrantes e refugiados surdos fazem parte de um grupo que, assim como os surdos do Brasil, enfrentam dificuldades diárias, principalmente a de comunicação e falta de acesso às informações. Um grupo ainda mais vulnerável que os demais migrantes por não dominarem a Libras e/ou a Língua portuguesa, línguas usadas no país (BENTES; TEÓFILO; PAIVA, 2020).

Partindo dessa realidade é que veio a se constituir o Programa MiSordo, que de certa forma foi decorrente do projeto de extensão “Rede de Colaboradores: acessibilidade à comunidade surda em tempos de pandemia”, realizado na cidade de Boa Vista-RR, através do fomento da PRAE/UFRR<sup>4</sup>. As ações da Rede de Colaboradores tiveram seu início em 2018, mediante parceria do Curso Letras Libras com a Pastoral do Surdo de Boa Vista, como parte da disciplina de Estágio Supervisionado, com suporte dos discentes do Curso para experiências dentro e fora do contexto religioso. O Programa tem três principais metas: (a) acesso à comunicação: com projetos de tradução e interpretação e ações que promovam o acesso aos serviços essenciais e assessoramento da comunidade por meio das línguas de sinais envolvidas; (b) valorização das línguas de sinais: com ações voltadas para estudos mais teóricos e observação das línguas de sinais entre si e em contato com as línguas orais. No caso, Libras, LSV, português e espanhol escritos, além da oferta de curso de Línguas de Sinais, principalmente a LSV; e (c) acesso aos direitos humanos: por meio das parcerias com diversas instituições de apoio aos migrantes que atualmente estão realizando trabalhos no estado de Roraima, viabilizados pela tradução e interpretação, têm-se ações de acolhimento e encaminhamento a setores públicos e privados, pretende-se ainda criar projetos que desenvolvam meios de autonomia da pessoa surda migrante.

Desse modo, o Programa constitui-se como uma rede colaborativa entre as instituições de ensino superior<sup>5</sup> e uma rede de articulação com instituições de apoio a migrantes em Roraima<sup>6</sup>, composto por projetos pioneiros no Brasil que compreendem desde os aspectos socioeducacionais, políticas migratórias e linguísticas até aspectos socioeconômicos, visando sempre atender às

4 Edital nº 25/2020 “Processo Seletivo de Bolsistas para o Programa de Apoio ao Enfrentamento à Pandemia Provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) 2020”.

5 Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

6 Alto Comissariado das Nações Unidas-ACNUR, por meio do III Grupo Temático sobre Trabalho – Grupo de Coordenação Local de Fluxo Migratório Venezuelano, Pastoral Universitária, por meio do Núcleo Inter-religioso de Ação Coletiva, Pastoral do Surdo de Boa Vista, *Word Visión* (Visão Mundial), Posto de Triagem-PTRIG, Serviço Jesuíta para migrantes e Refugiados, Cáritas Brasileira e Cáritas Diocesana de Roraima, Pastoral do Migrante e Missão Scalabriniana, ONU Mulheres, entre outras.

necessidades básicas e acesso aos direitos essenciais do grupo de surdos estrangeiros no Brasil. O primeiro é o projeto “Rede de Colaboradores” que tem como objetivo principal oferecer serviços de tradução e interpretação remota às necessidades demandada pela comunidade surda migrante e refugiada, durante o período da pandemia do coronavírus.

O segundo projeto que integra o programa é o ProLunes – Projeto de apoio ao trabalhador migrante surdo. Este projeto tem como objetivo criar uma rede de colaboração com setores, instituições e ONGs que trabalham direta e indiretamente no apoio a migrantes na perspectiva de inserção laboral, empreendedorismo, produção coletiva e economia solidária.

Uma primeira ação é o curso de Libras como língua de acolhimento para surdos venezuelanos, parceria com a Visão Mundial e SENAC. Outra ação é participação no III Grupo Temático sobre Trabalho – Grupo de Coordenação Local de Fluxo Migratório Venezuelano organizado pelo ACNUR/ONU.

O terceiro projeto é o Projeto de Formação em Línguas de Sinais Estrangeiras no Brasil. Este projeto tem como objetivo contribuir na divulgação e valorização das línguas de sinais estrangeiras no Brasil com intuito de subsidiar o desenvolvimento e estratégias dos demais projetos desenvolvidos. Ainda pode compor o Programa outras ações sugeridas por instituições parceiras, além de demandas apresentadas pela comunidade surda venezuelana e outras comunidades surdas migrantes no Brasil.

Desde sua implantação o programa atende cerca de 120 pessoas que compõem a comunidade surda venezuelana<sup>7</sup> no estado de Roraima, têm-se os seguintes dados, com base no cadastramento preliminar: das cento e vinte pessoas, cinquenta são surdos adultos, duas crianças surdas, dois ainda bebê e a maioria é do sexo masculino. Alguns recebem apoio do Governo Federal através do programa Bolsa Família e alguns trabalham com carteira assinada em supermercados. Todos habitam em casas alugadas, alguns moram com familiares em grupos que as vezes chegam ter mais de doze pessoas em uma mesma residência. Em relação às línguas por eles utilizadas, a maioria têm como primeira língua a LSV e o espanhol na modalidade escrita, contudo há muitos que não sabem a LSV nem o espanhol.

Até o momento, o Programa tem encaminhado por meio das parcerias, no período de maio a setembro de 2020, diversos trabalhadores surdos venezuelanos para preenchimento de vagas disponíveis para emprego na cidade de Boa Vista. Também houve encaminhamento a exame de audiometria e laudo médico, auxílio para emissão de carteiras de trabalho digital, CPF Online e atendimento no INSS para receber o Benefício de Prestação Continuada-BPC, além do auxílio emergencial, tradução e produção de currículo vitae, tradução de receitas médicas, interpretação de entrevista de emprego e tradução de documentos em geral. Durante a atual pandemia houve a entrega de cestas básicas para famílias cadastradas. Todas essas ações têm colaborado com o

<sup>7</sup> Vale ressaltar que as comunidades surdas são compostas por surdos e ouvintes, sendo estes últimos, na maioria, filhos ou companheiros que habitam a mesma residência, demais membros da família ou ainda intérpretes e amigos.

aprendizado e com a prática dos alunos do Curso de Letras Libras da UFRR ao atuarem como Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais-TILS, utilizando não apenas a Libras como também a LSV, esta podendo ser considerada uma língua de sinais estrangeira no Brasil.

Este último aspecto: o aprendizado de uma segunda língua de sinais por alunos de um bacharelado de Letras Libras, se mostra como uma situação quase inédita no Brasil por proporcionar o aprendizado de uma segunda língua de sinais e promover um aspecto dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais pouco conhecido, o da tradução e interpretação intramodal entre línguas de sinais (LSV-Libras), considerando que a Língua de Sinais Americana, a ASL (*American Sign Language*) é a mais presente em alguns currículos de graduação. Pela proximidade com a Venezuela e pela presença de surdos venezuelanos em Roraima, a LSV pode se mostrar como uma boa candidata para figurar no currículo da formação de futuros TILS pela UFRR.

Por se tratar de um Programa praticamente pioneiro, os alunos em formação e que estão envolvidos no Programa MiSordo estão aprendendo a lidar com uma segunda língua de sinais, além claro do espanhol. O contato tem sido interessante a ponto de os próprios alunos cunharem uma possível interlíngua decorrente de suas atuações como TILS como LibraSV, o que seria equivalente ao portunhol. Esses aspectos decorrentes das ações dos programas descritos neste trabalho são pontos que merecem uma maior atenção e que possivelmente poderá contribuir sobremaneira com a valorização da LSV no Brasil com a oferta de Curso de Libras (à distância) como língua de acolhimento para os surdos migrantes venezuelanos como também para as instituições parceiras, além de cursos de LSV para a comunidade em geral, contribuindo para um melhor conhecimento da Libras e da LSV como línguas em contato.

### 3 Considerações finais

Considerando a importância da extensão universitária à sociedade, podemos afirmar que a extensão universitária traz benefícios tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade em geral. O Programa MiSordo tem proporcionado aos discentes do Curso Letras Libras a prática da atividade de tradução e interpretação intra e intermodal em diversos contextos; a aprendizagem da LSV como língua de sinais estrangeira além de uma postura investigativa ao analisarem as línguas de sinais e orais como línguas em contato. Para a comunidade surda migrante os benefícios são a acessibilidade linguística por meio da tradução e interpretação e acesso aos direitos humanos e respeito à sua língua de sinais materna.

O cenário da migração de surdos venezuelanos é bastante complexa, uma vez que estão desassistidos pelo Estado e apesar do trabalho realizado pelas instituições religiosas que tentam suprir algumas necessidades mais emergenciais, ainda assim estão mais vulneráveis que os demais migrantes e surdos.

## Referências bibliográficas

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/01/Economia-de-Roraima-e-o-Fluxo-Venezuelano\\_-\\_30-01-2020-v2.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/01/Economia-de-Roraima-e-o-Fluxo-Venezuelano_-_30-01-2020-v2.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

ARAÚJO, P. J. P.; BENTES, T. Contatos linguísticos e bilinguismo uni e bimodal entre a Libras e a LSV em Roraima. **Letra Magna**, v. 14, n. 23, p. 585-597, 2018. Disponível em: [http://www.letramagna.com/artigos\\_23/artigo33\\_23.pdf](http://www.letramagna.com/artigos_23/artigo33_23.pdf). Acesso em: 06 dez. 2020.

ARAÚJO, P. J. P.; BENTES, T. Línguas de sinais de fronteiras: o caso da LSV no Brasil. **Humanidades & Inovação** (Aceito para publicação), 2020.

BENTES, T.; TEÓFILO, B.; PAIVA, A. S. Migrantes e refugiados Surdos em Roraima. *In*: OLIVEIRA, M. M.; LUTTENER, C.M.A.; SANTOS, R. D.M. (Org.). **Migração & WASH: reflexões sobre o contexto de Roraima**. Boa Vista: Cáritas brasileira e Editora da UFRR, 2020.

QUADROS, R. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. Porto Alegre: Penso, 2017.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 16, p. 141-148, mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>. Acesso em: 13 set. 2020.



# Política de Ingresso para Imigrantes e Refugiados na UFSM: Realidades e Desafios do Direito à Educação<sup>1</sup>

Giuliana Redin<sup>2</sup>

Jaqueline Bertoldo<sup>3</sup>

## 1 Introdução

Em 2016, a Universidade Federal de Santa Maria aprovou uma política específica para o ingresso de estudantes refugiados(as) e imigrantes em situação de vulnerabilidade nos cursos técnicos, tecnológicos e de graduação. A política foi institucionalizada por meio da Resolução 041/2016 que cria o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade e prevê a possibilidade de criação de até 5% de vagas suplementares por curso.

A construção de uma resolução com procedimentos facilitados para ingresso de imigrantes e refugiados surgiu no âmbito das atividades de pesquisa e extensão do projeto Migraidh e do convênio com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, em parceria com a Agência da ONU para refugiados. A partir do entendimento sobre os desafios no acesso a direitos por quem vivencia a mobilidade humana no Brasil, sobretudo pela inexistência de um vínculo político e pela precariedade da condição jurídica do estrangeiro diante do Estado-Nação (REDIN, 2013), a garantia de acesso à educação superior pela população migrante representa a garantia de igualdade material e de uma via de integração social e econômica. Assim, o projeto, fundamentado na prática e metodologia freireana de escuta e diálogo com o outro, identificou as principais demandas e desafios no acesso à educação superior apresentou então uma proposta de política pública de ação afirmativa com o objetivo de garantir uma via efetiva para o ingresso desse grupo social na universidade pública.

Diante desse contexto, tem como objetivo refletir sobre os desafios do direito à educação superior para migrantes e refugiados no contexto da Universidade Federal de Santa Maria. A reflexão está fundamentada nos resultados da pesquisa empírica produzida no âmbito do Migraidh e do Programa de Pós-Graduação em Direito “Fronteiras da igualdade: direito à educação superior para imigrantes e refugiados na UFSM”, de autoria de Jaqueline Bertoldo e orientação da Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giuliana Redin, a partir da experiência de estudantes ingressantes no período de 2017-2018.

1 Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

2 Pós-doutora pela USP, doutora em Direito pela PUC, professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria, áreas do Direito Internacional e Direitos Humanos, fundadora e coordenadora do Migraidh. E-mail: giulianaredin@yahoo.com.br

3 Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Integrante do Migraidh/ Cátedra Sérgio Vieira de Mello. E-mail: bertoldojaque@gmail.com

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, por meio de revisão de literatura e análise documental e da legislação. Em um contexto de retrocesso e suspensão de direitos anteriormente consolidados, a presente discussão é fundamental para demonstrar a importância de políticas públicas voltadas à concretização dos direitos da população migrante e refugiada no país.

## 2 Discussão e resultados

Desde que foi aprovada a política de ingresso de imigrantes e refugiados na Universidade Federal De Santa Maria (UFSM), ingressaram na instituição 56 (cinquenta e seis) estudantes, de 15 nacionalidades diferentes e em 23 cursos de graduação. A maior parte desses estudantes são nacionais do Haiti, sendo 34, e os demais de diferentes países: República Democrática do Congo, Angola, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Palestina, Venezuela, Gana, Senegal, Uruguai, Cuba, África do Sul, Síria, Marrocos e Afeganistão. Conforme a resolução, os estudantes passam pelo Processo Seletivo Específico de Análise de Documentação para verificar se o candidato atende às normas do edital com relação a documentação educacional e migratória, sendo dispensados de provas e de comprovação de proficiência linguística (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2016).

Diante da experiência na UFSM, podemos identificar que a primeira barreira do direito à educação superior para migrantes ainda é do acesso e, especialmente, pela questão jurídica e documental. As dinâmicas de concessão de vistos e autorização de residência, mesmo após a aprovação da Lei de Migração, refletem um modelo extremamente seletivo sobre quem são os imigrantes desejáveis no território, sujeitando a uma condição de precariedade documental um número muito expressivo de imigrantes no país, como no caso dos solicitantes de refúgio. Assim, uma situação comum identificada pelos estudantes imigrantes foi o fato de terem sido negadas oportunidades de acesso a outras instituições de ensino superior, seja pela via formal do ENEM ou por processos específicos, em razão de não apresentarem regularidade migratória no país (BERTOLDO, 2020). Tal condição reflete aquilo que Sayad (1998) fala sobre a permanente provisoriidade do migrante que, sendo visto como alguém nem lá e nem aqui, presente e ausente, é excluído do político e do direito exclusivo do nacional, o direito a ter direitos.

Essa realidade está associada a outro desafio também comum no acolhimento da população migrante que trata das barreiras linguísticas e refletem o que Derrida (2003) destaca quando afirma que a hospitalidade começa na língua, ao pedir ou exigir ao estrangeiro que compreenda o idioma que não é o seu. Assim, a exigência de comprovação de proficiência por meio da realização do Celpe-Bras e a inserção linguística como condição de hospitalidade representa não só a destituição da sua língua “(que passa a não ter valor nenhum), mas também dos saberes/experiências nela vivenciados” (ROSA, 2018, p. 1545). No caso da UFSM, o fato da não exigência de qualquer tipo de proficiência foi fundamental para garantir o acesso ao ensino superior. Contudo, apesar

da política prever a necessidade de acolhimento linguístico pela universidade e garantir o direito de acessibilidade linguística a todos estudantes ingressantes, a Política Linguística da UFSM, aprovada em 2018 e que teve como foco o incentivo à internacionalização, desconsiderou outras questões possibilidades de acolhimento linguístico, como a valorização dos diferentes idiomas que compõem a diversidade discente no ambiente universitário.

Sobre o processo de adaptação na universidade também tem sido marcado pela experiência do racismo e xenofobia, em que os estudantes identificaram diversas situações de estranhamento e não acolhimento por parte dos colegas e das turmas. Conforme os relatos apresentados na pesquisa já citada, os migrantes destacaram a realidade de isolamento e exclusão, reflexo da condição do ser “estrangeiro” e negro em um país estruturado racialmente pela relações coloniais de dominação (QUIJANO, 2005):

Aqui no Brasil, tem muitos racistas. Como que eu posso explicar isso. Eu posso dizer que eu sofri de racismo aqui no Brasil, na UFSM, na minha sala[...]. Na turma a acolhida não foi tão boa, a começar a falar com as pessoas levou um tempo, a turma era fechada no início. Tive só um pequeno problema nos trabalhos em grupo, tipo ninguém me conhecia, alguns tem um certo preconceito, então não queriam muito fazer comigo os primeiros trabalho[...].

Eu não sei, deixa eu te falar uma coisa, eu vi uma coisa nos brasileiros, que eles tem medo dos estrangeiros, não é que não queiram ser amigos dos estrangeiros, mas eles tem medo (BERTOLDO, 2020).

Por fim, percebemos que a presença de estudantes migrantes e refugiados na Universidade Federal de Santa Maria trouxe novos contornos para o debate sobre a inclusão e a diversidade, as relações raciais e sociolinguísticas, bem como evidenciou necessidade de estabelecer um diálogo mais efetivo com esse grupo. Para além da barreira do ingresso, os desafios da permanência demandam, além de condições materiais para continuidade dos estudos, o enfrentamento das práticas xenófobas e racistas e a valorização dos diferentes saberes e formas de existência no âmbito acadêmico.

### **3 Considerações finais**

O direito à educação, proclamado em tantos instrumentos normativos nacionais e internacionais, apresenta muitos desafios quando trata-se do acesso e permanência da população migrante e refugiada no ensino superior. Desde as diversas barreiras para o ingresso, das dificuldades documentais e socioeconômicas, a exigência de proficiência linguística em português, a xenofobia e as determinantes raciais ainda fazem com que migrantes e refugiados sejam excluídos do ensino superior e, assim, de uma outra via de integração, que não a exploração laboral e a invisibilidade. Por outro lado, a universidade, que historicamente tem reproduzido e simbolizado

as práticas e saberes eurocêtricos, tem o desafio de acolher sem anular as diferentes subjetividades e a diversidade dos repertórios linguístico-culturais dos seus estudantes. Assim, entendemos que a política de ingresso de migrantes e refugiados da UFSM representa uma importante ação afirmativa na promoção da igualdade de oportunidades e uma oportunidade de transformação do fazer acadêmico, mas democrático, plural e diverso.

### Referências bibliográficas

BERTOLDO, Jaqueline. **Fronteiras da igualdade: direito à educação superior para imigrantes e refugiados(as) na UFSM**. Orientadora: Profa. Dra. Giuliana Redin. 2020. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

REDIN, Giuliana. **Direito de Imigrar: Direitos Humanos e Espaço Público**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.

ROSA, Marluza da. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 3, p. 1534-1551, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-18132018000301534&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-18132018000301534&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 01 out. 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Resolução n. 041/2016**. Institui o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade e revoga a Resolução n. 039/10. 2016 Disponível em: [http://w3.ufsm.br/prograd/images/pdf/resolucao\\_041\\_2016\\_ufsm\\_programa\\_refugiados\\_imigrantes.PDF](http://w3.ufsm.br/prograd/images/pdf/resolucao_041_2016_ufsm_programa_refugiados_imigrantes.PDF) Acesso em: 01 out. 2020.



## Saúde Mental e Trajetórias Decoloniais de Estudantes PEC-G<sup>1</sup>

*Fernando Lajus<sup>2</sup>*

*Gabriela Carvalho Teixeira<sup>3</sup>*

*Victória de Biassio Klepa<sup>4</sup>*

### 1 Introdução

Ainda que práticas de mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores, muitas vezes de caráter migratório, sejam encontradas de forma abundante na história da produção de conhecimento, as políticas sistemáticas de internacionalização do ensino superior são frutos das mudanças tecnológicas e da globalização ocorrida nos últimos 30 anos com o advento de uma sociedade conectada em rede (CASTELLS, 2020). A Conferência Mundial sobre a Educação Superior, realizada em Paris pela UNESCO em 1998, desenvolve em seus artigos 15 e 16 alguns parâmetros para o estabelecimento da internacionalização do ensino superior. Entre essas políticas está o caso típico dos fluxos internacionais de estudantes, objeto de análise do presente estudo.

O Programa Estudantes Convênio Graduação (PEC-G), criado em 1965 durante a ditadura militar, correspondia a uma série de diretrizes para estudantes estrangeiros no Brasil, para além de um programa de internacionalização apenas. Em seus primeiros anos de existência, entre 1965 e 1979, o programa contou com a participação de 65 universidades brasileiras e um total de 1,750 estudantes, sendo 60% do continente africano (RIZZI, 2012). Desde então se percebe que o perfil dos estudantes é marcado por suas vinculações ao Sul Global.

A partir dos governos Lula e Dilma passou a ocupar um papel importante nas políticas de internacionalização brasileiras. O número total de vagas aumentou e adotou-se uma política de atração que se refletiu num incremento das verbas destinadas a bolsas e num aumento total de alunos. O foco empregado também privilegiou as relações de cooperação Sul-Sul. Do total de 8,747 estudantes conveniados, 6,761 (77%) eram do continente africano (PIRES, BERNER, FRANÇA, 2015). O PEC-G passou a ser o programa institucional do Estado brasileiro que mais trouxe estudantes internacionais para o país.

No presente estudo, iremos analisar o caso de um grupo psicoterapêutico de estudantes participantes do PEC-G durante o processo de aprendizado do português para prova de proficiência. O grupo foi realizado na cidade de Curitiba entre os anos de 2016 a 2019, no Centro de Línguas e Interculturalidade (CELIN), coordenado por um grupo de estudantes de Psicologia da UFPR. O grupo possibilitou a análise das influências do movimento migratório no processo ensino-aprendizagem, bem como da inserção desses estudantes-migrantes num contexto de ensino

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: flajus07@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: gabriela.teixeira@ufpr.br

<sup>4</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: vbklepa@gmail.com

específico, o que nos auxilia no entendimento da inserção educacional de imigrantes e no processo de internacionalização da educação superior.

O uso da teoria decolonial e de sua noção de colonialidade do saber se justifica devido à inserção do processo de internacionalização dentro de dinâmicas de mobilidade internacional no Sul Global. Esse movimento conceitual está em diálogo com uma literatura atual que, ao se indagar sobre a tendência a-crítica de grande parte dos trabalhos sobre o tema, coloca questões decoloniais ao processo de internacionalização, incluindo aí o PEC-G (LEAL e MORAES, 2018; MIGNOLO, 2006). É assim que ao se explorar o desenvolvimento das relações exteriores desde um ponto de formação universitária e de cooperação Sul-Sul, o PEC-G se mostra um programa distinto da lógica dominante de internacionalização.

## **2 Saúde Mental e Migrações — a construção de um projeto psicoterapêutico com estudantes PEC-G**

Em decorrência do surgimento de demandas relacionadas ao campo psíquico e ao sofrimento de sujeitos que migram, desenvolveu-se o grupo de escuta. Um projeto em parceria com o núcleo Tandem do CELIN, o Núcleo de Psicologia da ONG Casa Latino-americana e, posteriormente, com o Projeto de Extensão Migração e Processos de Subjetivação: Psicologia, Psicanálise e Política na Rede de Atendimento aos Migrantes, do curso de Psicologia da UFPR.

Os encontros com os alunos pré-PEC-G<sup>5</sup> variaram em frequência — mensal ou quinzenal, em duração — uma ou duas horas — e em sua organização, pois eram divididos de acordo com a necessidade de tradução. Tendo como objetivo a promoção de um espaço de escuta e intervenção atenta aos impactos das diferenças culturais no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a elaboração de sofrimentos, do luto pelo que foi deixado para trás, ressignificando suas escolhas nas novas possibilidades de vida, a partir da vivência e do encontro com outra cultura.

Ser estrangeiro é ser estranho no novo espaço e a dificuldade em falar outro idioma limita a comunicação, colocando-os em confronto com a insuficiência das palavras. A possibilidade de circular a expressão em língua materna é apontada como um elemento importante para a proteção psíquica (MARTINS-BORGES, 2013). Partimos, ainda, da compreensão de que a expressão de discursos simbólicos racistas e xenofóbicos, é sintoma do social, grupos formados por um traço identificador que pressupõe a exclusão do diferente (SILVA, 2016). Vê-se neste momento a possibilidade de desestruturação do sujeito e a intensificação de sofrimentos.

Por conta disso, esses jovens encontram-se em uma situação vulnerável, dado que além de terem recém-saído do âmbito familiar, precisam lidar com diversas situações novas, como morar em um novo país, aprender uma nova língua, entre outras. No caso dos alunos pré-PEC-G, é somada a pressão do êxito na prova de proficiência, que permite seu ingresso efetivo na universidade.

<sup>5</sup> Nomeamos estudantes pré-PEC-G aqueles que estão realizando o curso preparatório de português destinado ao exame Celpe-Bras, é a aprovação nesta prova que determina sua posterior entrada na universidade brasileira.

Com tantas fontes de sofrimento, esses sujeitos podem apresentar dificuldades no aprendizado e a reprovação na prova implica o retorno ao país de origem.

Segundo Furlan e Ribeiro (2011), os grupos terapêuticos com fundamentos psicanalíticos têm como objetivo a construção de sentidos, tanto para o indivíduo como para o grupo. A escuta do outro e de si promove abertura para que conheçam sobre suas possibilidades e limitações, a partir da socialização da palavra. Assim, a escuta tem espaço central. Utilizamos, também, a teoria dos grupos operativos de Enrique Pichon Rivière, uma perspectiva latino-americana na qual a aprendizagem através dos grupos é enriquecedora ao abrir espaço para novos questionamentos da realidade de si e do outro (BASTOS, 2010).

Ao longo dos encontros, foram identificadas temáticas recorrentes: a relação com o idioma, os vínculos familiares, as questões de raça, gênero e sexualidade. Estas variáveis estavam muitas vezes relacionadas ao acesso à cidade, serviços de saúde, moradia, alimentação, religião, tradição/costumes, os quais perpassam as dificuldades presentes no cotidiano dos alunos. Para que sentimentos de falta, perda e solidão, experienciados pelos estudantes, não se transformem em desamparo, é importante encontrar apoio na família ou amigos, nos novos pares, na equipe de professores e da psicologia, e em outras redes que venham a criar. Na imigração, a perda dos referenciais simbólicos, implica na perda de um amparo subjetivo importante (MARTINS-BORGES, 2013). O auxílio institucional através de políticas de permanência e grupos de apoio estudantil também são fundamentais para o suporte frente às diversas barreiras que podem ser encontradas no processo migratório.

Vale lembrar que os estudantes PEC-G são em sua maioria negros ou pardos, um marcador importante, considerando o racismo estruturante da sociedade brasileira, constituída a partir de um processo de violenta colonização. Um território no qual o passado escravista não se encontra superado, mas sim, suas tecnologias de opressão são constantemente atualizadas. Logo que o estudante deixa de ser visto como tal e passa a ocupar o lugar de um potencial perigo, sua experiência migratória se torna extremamente violenta. Uma das consequências é a limitação dos espaços de convivência destes estudantes. Assim, o racismo, expresso de forma interseccional à xenofobia, constitui um importante fator de risco à saúde mental destes alunos.

A constituição do grupo de escuta possibilitou a criação de vínculos, de um lugar seguro para elaboração de questões que emergem diante das rupturas do deslocamento, e ainda, a possibilidade de expressão da interculturalidade. A saúde mental, tema que perpassa diversos momentos do grupo, ainda se apresenta como tabu para alunos e para as instituições que integram este programa de convênio de mobilidade estudantil. Estas questões surgem de modo particular para cada estudante, o sofrimento psíquico muitas vezes se manifestou por meio de crises, emergências psicológicas, ideias suicidas e dificuldades severas de aprendizagem, apontando para a fragilidade do contexto no qual estes alunos se encontram.

### 3 Considerações finais

As mobilidades internacionais de estudante no ensino superior, que comportam diversas formas de expressão, podem ser vistas como um tipo específico de migração. Podemos compreender os fluxos de direção Sul-Norte como uma consequência da desigual distribuição de poder entre os diferentes países. O processo de internacionalização é complexo e deve ser entendido em diversas frentes, tanto em termos da estruturação curricular dos programas, quanto em termos dos fins que os conhecimentos e a formação superior perseguem. A mobilidade estudantil é tida aqui como uma expressão dessa distribuição desigual, mas de forma alguma está na origem do processo.

Há uma série de tensionamentos no contexto complexo que os estudantes encontram no Brasil, manifestos em questões de integração, linguagem, raça e gênero, que se alternam na centralidade das narrativas dos estudantes-migrantes. Essas possibilidades de posicionamentos e tensionamentos, se evidenciam em marcadores de diferença e identificações que aparecem na relação com o outro. É um movimento de revisitar constantemente sua identidade, um exercício que pode ser potente, mas também desorganizador. Assim, as práticas e políticas voltadas a estes estudantes devem considerar a condição de vulnerabilidade desses sujeitos, devido à especificidade do lugar em que são postos neste novo laço social. Finalmente, nos parece relevante destacar o que se entende por potencialidades decoloniais do programa. Quer dizer, se nos parece que existe uma perspectiva decolonial no PEC-G, essas iniciativas estão localizadas em instituições específicas e não correspondem a diretrizes governamentais, sendo, portanto, mantidas e estimuladas por atores envolvidos em suas manifestações particulares.

### Referências bibliográficas

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo Informação**, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v14n14/v14n14a10.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FURLAN, Valquíria; RIBEIRO, Sandra Fogaça Rosa. A escuta do psicoterapeuta em grupo com pessoas em sofrimento mental atendidas em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). **Vínculo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 22-29, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v8n1/a05.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

LEAL, Fernanda Geremias; MORAES, Mário César Barreto. Decolonialidade como Epistemologia para o Campo Teórico da Internacionalização da Educação Superior. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 87, p. 1-25, 2018.

MARTINS-BORGES, Lucienne. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 151-162, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n40/09.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MIGNOLO, Walter. El Desprendimiento: Pensamiento Crítico y Giro Descolonial. *In*: WALSH, Catherine; LINERA, Álvaro García; MIGNOLO, Walter. **Interculturalidad, Descolonización del Estado y Conocimiento**. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 2006. p. 9-20.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; BERNER, Vanessa Oliveira Batista; FRANÇA, Julia Monteath de. Os estudantes africanos no Brasil na perspectiva da teoria crítica dos direitos humanos. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 9. n. 2, p. 757-787, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/18703/16217>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: A política externa brasileira para Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)**. Orientador: Prof. Dr. Paulo G. F. Visentini. 2012. 301 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54081>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, Mariana Bassoi Duarte da. **O sofrimento psíquico do sujeito em condição de estrangeiro**. Orientador: Prof. Dra. Maria Virginia Filomena Cremasco. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia Clínica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42445/R%20-%20D%20-%20MARIANA%20BASSOI%20DUARTE%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov. 2020.

## Superando estigmas, construindo resistências: Inserção e permanência de estudantes haitianos/as nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Porto Alegre/RS<sup>1</sup>

Rebecca Bernard<sup>2</sup>

### 1 Conhecendo o contexto estudado: os desafios da migração haitiana

A emigração do povo haitiano para os Estados Unidos e países como França, Canadá e outros, começou no final da década de 1950 e no início de 1960 com a ascensão de François Duvalier (Papa Doc) ao poder e continuou até sua morte em 1971. Muitos, especialmente os intelectuais, deixaram o Haiti em razão da perseguição política, para salvar sua vida. A fuga se intensificou durante o governo de seu filho, Jean Claude Duvalier (Baby Doc) e após o golpe, em 1986. O país se encontrava em um estado de extrema calamidade, consequência da opressão política, dificuldade econômica, fome e falta de oportunidade de trabalho, legados do colonialismo contra os quais o Haiti até hoje se debate (MARQUES, 2017). Não por acaso, para sobreviver, os haitianos se deslocavam em massa em frágeis embarcações para atravessar o Mar do Caribe a fim de atingir a costa da América, em busca de oportunidade, para começar uma nova vida. Muitos perderam a vida nessas viagens antes de chegar à terra de esperança.

É possível perceber que os haitianos estabelecem a imigração talvez por uma escolha fundada em identidade, alicerçada culturalmente como possibilidade para encarar os problemas políticos, econômicos e ecossistêmicos que devastaram o Haiti desde sua independência até o terremoto de janeiro de 2010. Assim, a migração dos haitianos é um meio de procurar uma oportunidade de concretizar sua vivência como ser humano, que sempre se dá como uma superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades.

O fato de não conceder o visto no consulado haitiano, fez com que 90% dos imigrantes haitianos entrassem no país pela “porta dos fundos”. Chegando à fronteira brasileira, nós, (os imigrantes) solicitávamos refúgio. O número era considerável. Muitos deles, incluindo famílias com crianças e mulheres grávidas, foram alojados em um abrigo sem luz e água. A Igreja Católica e algumas igrejas protestantes acolheram as famílias com crianças, fornecendo-as comidas e apoio necessários. No momento, os pais não pensavam em colocar seus filhos na escola, a educação era colocada no segundo plano porque os seus objetivos eram: ser reconhecidos pelo país e procurar trabalhos para sua sobrevivência. Essas famílias eram as primeiras a serem atendidas pela Polícia Federal porque as crianças são mais vulneráveis que os adultos. Essas crianças chegam

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rbernard351@gmail.com

ao país com mais uma demanda: a inserção em escolas públicas para efetivação de seu direito à educação.

## **2 Situação emergencial de educação dos filhos de imigrantes haitianos**

Tendo em vista a importância da socialização via escola e do potencial antirracista que a educação pode ter no acolhimento de imigrantes, o presente projeto pretende conhecer com mais detalhe a situação de crianças imigrantes haitianas nas escolas públicas da cidade de Porto Alegre, conhecendo as principais dificuldades enfrentadas pelos envolvidos no processo educativo: estudantes, professores e familiares.

Se mesmo os negros brasileiros lutam diariamente contra ideias e práticas de racismo, preconceito, discriminação, sob qualquer forma, mesmo com aprovação das Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 das Leis Diretrizes de Bases da Educação Nacional nos ensinos fundamental e médio, quão duras são as lutas dos imigrantes haitianos negros de línguas e culturas diferentes?

Revisando as Leis Diretrizes da Educação Nacional (LDBEN), deparei-me com o artigo 26, que realça a necessidade urgente do governo em educar a sociedade brasileira independentemente da sua etnia racial e sua descendência, no qual insere a seguinte lei:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2013).

A preocupação e a determinação dos dirigentes em educar e ao desenvolvimento de cada cidadão integrante da sociedade brasileira tendo a idade de frequentar a escola, independentemente da região ou local do território nacional, da cultura, da economia me impulsiona a pensar e a realizar uma pesquisa qualitativa sobre a situação dos meus conterrâneos vivendo no Brasil especialmente no município de Porto Alegre.

Conforme o relato da Professora Maria Josepha P. Motta (1983) no seu artigo intitulado “O processo de comunicação na dinâmica educacional”, a comunicação é um fator básico na relação em todo de atividade humana e, em especial, para a educação. Com a palavra o homem se tornou homem. O instrumento básico de intercomunicação, uma vez que o progresso cultural somente se perfaz paralelamente às aquisições da linguagem, proporciona esta, o intercâmbio cultural entre os povos e conserva o patrimônio das conquistas em todos os setores da atividade humana.

O relato de uma pesquisa de observação participante feita por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Rondônia no segundo semestre em 2014, na escola de ensino fundamental Hebert de Alencar, ressalta que segundo sua constatação, as es-

colas públicas brasileiras não estão preparadas para receber a demanda de acolher as crianças imigrantes<sup>3</sup>. A razão é que o governo brasileiro não possui políticas públicas de inserção delas.

Esse relato é o desabafo da diretora e de uma secretária da escola do ensino fundamental Hebert de Alencar presente nos estudos mencionados:

A falta de políticas públicas é o maior obstáculo confrontado pelas escolas principalmente as do ensino fundamental, perante o ocorrido migratório de crianças haitianas em Porto Velho, quais sejam, a tradução, no momento da realização de matrículas, de documentos de francês para o português. O governo não dispõe de tradutor para facilitar a compreensão dos documentos; a metodologia aplicada para que o processo de aprendizagem do idioma e da adaptação obtenha êxito; o acompanhamento escolar nas tarefas diárias, entre outros (SANTOS; SANTOS; COTINGUIBA, 2014, p. 6-7).

Ao interrogarmos nossa realidade a partir dessas contribuições, percebe-se que, mesmo que aprendamos a falar o idioma português, há dificuldade de se expressar e de se fazer entender nessa nova língua. Mas além dessas dificuldades, entram outras questões de ordem social e cultural que se colocam como obstáculos para a comunicação com os brasileiros, tal como o racismo, adensado pelo preconceito com imigrantes e refugiados, que resulta na dificuldade de aplicação a contento de políticas públicas efetivas para o bom acolhimento da diferença. Diante disso, propõe-se, como problema disparador desse projeto, a questão: que desafios específicos o multiculturalismo coloca para a inserção e a permanência das crianças haitianas nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de Porto Alegre?

Tendo essa questão como horizonte, cumpre identificar como tem-se dado o acolhimento de crianças haitianas nas escolas públicas de Porto Alegre, investigando as exigências que vêm sendo feitas às famílias por essas instituições e o modo como sua equipe docente e diretiva vem percebendo e lidando com a chegada desses alunos; Conhecer as dificuldades encontradas e estratégias de solução mobilizadas pelas famílias com a inserção das crianças no ambiente escolar, desde a aquisição da documentação necessária até os dilemas advindos das novas interações cotidianas; Diagnosticar as dificuldades encontradas pelos alunos haitianos no sistema escolar e as estratégias mobilizadas por eles para resistir a elas e superá-las; Compreender como se dão as interações cotidianas (no ambiente escolar e extraescolar) dos alunos haitianos com demais atores escolares (alunos, pais, professores, funcionários, vizinhança) da rede municipal de Porto Alegre, verificando como o multiculturalismo se expressa nessas experiências (identificando reprodução de estigmas e estratégias de resistência).

Para isso, selecionou-se como campo empírico escolas da rede pública de Porto Alegre frequentadas por crianças haitianas. A pesquisa assumiu base qualitativa e vem sendo realizada

<sup>3</sup> A ação pedagógica mostrava claramente que estava aplicando o favoritismo a cultura da classe dominante que tem o poder econômico e a rejeição das outras classes da sociedade. A verbalização de Bourdieu e Passeron no livro “A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema do ensino” é uma revelação do que estava acontecendo no seu tempo e pode-se afirmar que é um reflexo de tudo o que está acontecendo em nossa sociedade.

por meio de entrevistas em profundidade, algumas realizadas fora do espaço escolar com as famílias dessas crianças haitianas, com as próprias crianças e no espaço escolar com diretoras e professoras. A amostra analisada obedeceu a dois critérios: selecionou-se famílias com as quais a pesquisadora tem uma relação prévia, mediada pelo Centro Vida, e, portanto, condições de estabelecer a relação de cuidado e confiança necessária para as entrevistas em profundidade. A ideia é a de “seguir” essas famílias, realizando pesquisa na escola em que seus filhos estão inseridos. Além dessa estratégia, adotada em um momento inicial, decidiu-se, depois de estabelecer as primeiras comunicações com a Secretaria Municipal de Educação, visitar escolas indicadas pela instituição, com o intuito de conhecer os problemas lá enfrentados, o que se tornou impossível por ocasião da pandemia.

Nas escolas, a pesquisa tem contado, para seu desenvolvimento, além das entrevistas semi-estruturadas realizadas com a equipe diretiva e docente, a observação (GUMIERI, 2018) nas salas de aula e contextos de socialização escolar, registrados em diário de campo (DINIZ, 2017).

Quando chegou a Pandemia ao Brasil, impondo quarentena e fechando as escolas, já se havia realizado uma primeira incursão piloto a campo. Nela, pude realizar a primeira entrevista em profundidade com uma família haitiana e, logo na sequência, com uma equipe da escola em que a criança estava inserida. Essa primeira experiência serviu para testar os instrumentos de pesquisa e para estabelecer relação com a Secretaria Municipal, que aprovou o projeto e colocou-se à disposição para auxiliar.

### **3 Registros de campo: os resultados parciais da pesquisa**

Depois de uma aula de Português (no Centro Humanístico Vida), em uma noite de terça-feira, 08 de setembro de 2019, conversei com uma família imigrante haitiana do curso sobre minha pesquisa e lhe expliquei em detalhe do que se trata. Prontamente, a mulher me disse que faz tempo que ela quis me contar alguma situação que a família está confrontando e precisa ter um encontro comigo. Nós marcamos um dia para nos encontrarmos e perguntei para ela: “O que você acha do meu projeto de pesquisa?”. Ela me respondeu: “Eu o achei ótimo. Pode vir quando puder na minha casa para nós conversarmos”. Então, na manhã de terça-feira, 15 de outubro de 2019, às 09:00 horas, bati no portão da casa dela e eles (ela e o esposo) me estavam esperando. Eles me disseram que não tem nenhum problema se um dia precisar contar para alguém tudo o que vai ser dito na entrevista, porque eles acreditam que eu não vou fazer uma coisa que possa prejudicá-los. Também me deram a permissão de gravar a entrevista ou a fala deles. Foi tão rápido que só em meia-hora, responderam a todas as minhas perguntas e me contaram tantas coisas que são suficientes para preencher um caderno de quase 40 páginas.

Receberam-me os dois: pai e mãe, cuja profissão disseram ser, respectivamente, encanador e alfaiate e costureira. Quando lhes perguntei como foi o processo de imigração e se havia encontrado alguma dificuldade, o pai disse-me que para ele não foi fácil obter o visto para entrar no Brasil:

Eu tinha que pagar um valor de US\$ 1500 a um terceiro que a sua vez o repassou ao consulado para obter o visto. Eu deixei minha família no Haiti no único desejo de trabalhar para trazê-la perto de mim. Chegando no Brasil, fui recebido pelo meu irmão que já tinha alguns anos no país e dois meses depois, encontrei um trabalho em um atelier de costura (BERNARD, 2019).

Fica evidente na fala desse pai a importância da língua para socialização, já que, na sequência, ele informou que “depois de um mês, fui demitido por não ser falante de português mesmo sendo um bom trabalhador”. No entanto, como eu já disse acima, uma das características do haitiano é sua resiliência e capacidade de persistir, como se percebe na sua fala seguinte:

Não passou muito tempo, encontrei outro trabalho. Esta vez era um serviço de limpeza. Um dos colegas se interessou em aprender o idioma francês e eu o propus de lhe ensinar o francês em troca do português. Assim, consegui conversando com os outros colegas ensinando meu idioma a meu colega amigo (BERNARD, 2019).

O entrevistado também revelou que escolheu o Brasil como país de destino “não só por causa das perseguições e também por não poder conseguir o visto pelos Estados Unidos porque o meu desejo era de ir lá”. Ele completou dizendo que:

Alguns anos atrás, minha tia que mora nos Estados Unidos, começou com o processo de fazer-me ir lá. As dificuldades que eu encontrei fizeram com que eu desistisse e me focalizei em uma possível oportunidade de recomeçar minha vida viajando para cá. Depois de três anos trabalhando e poupando dinheiro, consegui entrar minha esposa e meus três filhos no Brasil.

Ainda comentando as razões para sua migração, ele afirmou que no Haiti “não era rico, mas eu tinha condições para sustentar a minha família porque eu tinha lá um atelier de costura”. Resolveu sair porque o clima no país tornou-se belicoso e quem, como ele, possuía um pequeno negócio capaz de garantir sustento, passou a ser visado e perseguido.

Quando lhe perguntei sobre o trabalho aqui no Brasil, respondeu-me que só ele trabalhava para manter o sustento da família, ainda que a esposa já estivesse há um ano no país. O único trabalho que a esposa havia conseguido era o de faxineira na casa de um amigo de seu esposo. O serviço era ocasional e a renda mensal da família, ele me informou, era “insuficiente para cobrir os gastos”. Contando com um salário de R\$ 1200 (mil e duzentos) por mês, o pai pagava um aluguel de R\$ 600 (seiscentos), além da luz, água e o rancho semanal para manutenção da casa, suprimento das crianças. Sua expectativa e esperança naquele momento era conseguir um empréstimo para abrir um atelier de costura: “compraremos novas máquinas de costura, tecidos e ao mesmo tempo

confeccionaremos uniformes esportivos e outros tipos de vestimenta para vender para sustentar a família” (BERNARD, 2019).

Ao perguntar aos pais que expectativas tinham com relação à escola onde as crianças estavam estudando, disseram-me acreditar que “a formação que as crianças estão recebendo pode abrir novas saídas para o bem estar da família. Também, queremos que elas estudem para serem profissionais para inserir no mercado de trabalho na terra brasileira” (BERNARD, 2019).

O casal entrevistado tem três filhos, e cada um deles frequenta uma escola já que, conforme mencionou o pai, “quando fui fazer a matrícula não tinha vaga para todos eles”. A mais velha estudava na Escola Pepita de Leão, a segunda frequentava a escola Presidente Vargas e o mais novo ia a uma escola infantil, todas elas na zona Norte de Porto Alegre, no Passo das Pedras, do outro lado da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, região onde muitos imigrantes decidem estabelecer-se, talvez por ser próxima do Centro Humanístico Vida, onde muitos deles foram inicialmente acolhidos. As escolas, segundo os pais, “estão a 15 minutos de caminhada”. A mais velha está no terceiro ano do ensino fundamental, a do meio, no primeiro ano do fundamental e o mais novo, na creche.

Ao perguntar se haviam tido alguma dificuldade para conseguirem matricular as crianças na escola, responderam:

Quando chegamos na escola Presidente Vargas para matricular as crianças, eles nos disseram que tinha só uma vaga. Por isso, nós fomos na escola Pepita de Leão para ver se encontraríamos mais de uma vaga. Infelizmente, igual à outra, tinha só uma vaga. Nós matriculamos a mais velha na Pepita de Leão e a Anne Christie na escola Presidente Vargas. Depois corremos atrás das creches para encontrar uma vaga para o menino. Graças a Deus, o nome dele foi sorteado nessa creche onde ele está. Mas não foi fácil não para conseguir uma vaga nas creches.

As escolas solicitaram, segundo os pais, o boletim escolar, o registro de nascimento, a carta de vacinação que haviam trazido do Haiti e os outros documentos emitidos pela Polícia Federal (RNE e CPF). Não foi exigida a tradução dos documentos porque “eles mesmos (pessoal da direção) fizeram a tradução. Com certeza ela foi feita pelo Google”. A escola fornece alguns livros didáticos, tais como os livros de matemática e da língua portuguesa. Eles compram os livros que faltam e os cadernos.

Perguntei-lhes se depois de conseguir a vaga, tiveram dificuldades com a integração das crianças no ambiente escolar, diante do que responderam ter tido dificuldades com a mais velha “porque a direção da sua escola nos pediu de deixá-la passar o dia inteiro na escola para o reforço escolar e ajudá-la a se adaptar a seu sistema de ensino-aprendizagem”.

Questionados se haviam observado mudanças nas crianças depois do ingresso na escola (em casa, na vizinhança, etc.) responderam positivamente: “elas já procuram se expressar no novo

idioma (português) e estão menos tímidas quando precisam pedir uma coisa ou uma explicação sobre um ocorrido”.

Também procurei escutar as crianças. Os pais autorizaram as crianças a responder as perguntas que eu faria a elas. Durante a entrevista com elas, os pais circularam dentro de casa e algumas vezes pediram à uma ou à outra que ficasse quieta para não perturbar a senhora. Depois fomos todos no atelier do pai para tirar algumas fotos. O filho mais novo não participou na sessão de fotos porque estava chorando e não gosta de tirar fotos. A mais velha das crianças estuda na escola Pepita de Leão. Ela não gosta de interagir na frente de muitas pessoas e a outra também. Por essa razão, suas entrevistas foram feitas só em casa. Talvez na presença dos seus colegas e dos professores não se sentiriam à vontade para falar como elas fizeram.

As duas meninas disseram que gostavam da escola:

Eu gosto. Porque a professora dá as continhas para a gente, trabalha o que gosto de fazer, tais como: a educação física, brincar na corda, ler alfabeto.

(...)

Gosto. Eu gosto de ler para falar bem.

A mais velha disse que gosta “de ler o alfabeto porque se eu não gostar de ler o alfabeto não vou poder falar e ler” e a do meio afirmou que gosta mais de ler histórias. A mais velha disse que tem muitos amigos no colégio e gosta da sua professora por “ser legal com a gente”. A outra também disse que gosta da sua professora e sentiu-se bem com ela. Ambas enumeraram uma lista de nomes de colegas e amigos, as razões pelas quais gostam do ambiente escolar. Foi uma rápida conversa, mas pude sentir que as meninas gostam da socialização escolar.

Terminando a entrevista, minha interlocutora, a mãe das crianças, disse: “Senhora Rebecca, agora são 10 horas, é hora do recreio; vou te levar nas escolas onde estudam as crianças”. Primeiramente, fomos na Escola Municipal de Ensino Fundamental da Prefeitura de Porto Alegre, Presidente Vargas, localizada na Rua Ana Aurora do Amaral Lisboa, 60, Passo das Pedras. Era 10:15 horas quando chegamos na frente da escola. Entramos pelo portão principal e chegamos ao pátio que dá entrada ao segundo portão. Nós nos encontramos com a vice-diretora e algumas professoras cuidando das crianças que estavam brincando. Depois da troca de saudações, me apresentei à vice-diretora como aluna e pesquisadora e entreguei a ela a declaração do PPGS/UFRGS, onde consta minha filiação institucional. Ela a leu, a devolveu para mim e disse: “Não temos autorização para receber qualquer tipo de visitas e dar informação, porque dependemos da Secretaria Municipal de Educação. Vai primeiro na SMED e pede para a chefe do setor pedagógico te dar uma autorização escrita e assinada por ela para depois voltar aqui. Caso contrário, será impossível te fornecer qualquer tipo de informação. É preciso respeitar as ordens dos chefes. Tudo é hie-

rarquizado”. Eu disse para ela: “Onde está o SMED?”. Ele me ditou o endereço e o escrevi. Agradei a ela e fomos embora.

A filha mais velha da imigrante haitiana estuda em uma outra escola municipal de ensino fundamental da prefeitura de Porto Alegre (Pepita de Leão) e, ela me sugeriu de ir lá para tentar entrar em contato com o pessoal da diretoria. Foi com muita alegria que eles nos receberam e para a minha surpresa, depois de ler a minha autorização para coletar os dados, a diretora escreveu uma carta, a assinou e a anexou à declaração da PPGS/UFRGS. Ela ainda anotou em um papel o endereço da SMED e o nome da pessoa a quem eu devia entregar a carta e me disse: “Vai neste endereço, entrega esta carta a essa pessoa. Ela te dará uma autorização e volta logo aqui para coletar os teus dados tranquilamente. Estou te aguardando”.

Há uma grande diferença nos comportamentos dos dirigentes dessas duas escolas. As instruções recebidas nas escolas não fazem do indivíduo tornar-se um ser compreensível e maleável. Mesmo que eu não tenha cumprido a minha missão naquele dia, saí contente porque fui bem acolhida pelos membros da diretoria da Escola. Sem exagero, as reações das chefes dessas duas escolas, me levaram a fazer uma conclusão antecipada sobre a maneira com que as crianças haitianas que as frequentam foram acolhidas por elas.

No dia seguinte, às 09:00 horas, eu estava no endereço indicado (Rua Andradas, 680) na SMED no 8º andar. Entrei na direção e entreguei a carta à secretária. Ela a pegou e me disse: “Moça! Não é aqui que tu deves entregar essa carta. Se é para o estágio, não é aqui. É no outro andar.” Eu lhe respondi: “Não é o que você pensa. Por favor, leia a carta.” De relance, ela já leu o conteúdo da carta e a autorização da PPGS/UFRGS e me convidou a sentar e a esperar por um momento. Ela entrou em uma sala e voltou alguns minutos depois e me aconselhou escrever para a diretora para marcar um encontro com ela pelo seu e-mail e esperar sua resposta. Imediatamente, abri os olhos bem grande e colocando as mãos sobre a boca, estipulei: “O que? Ela repetiu a mesma frase, esta vez pausadamente. Depois de respirar a fundo, eu sussurrei: “Que tipo de burocracia é essa? Não consigo entender essa linguagem”. Ela me perguntou: “Quando que tu vais precisar desses dados?”. “Na semana que vem”, respondi. Ela me fez sinal de esperar e voltou para dentro. Alguns minutos depois voltou e falou: “A diretora pediu para vir na sexta-feira, 18 de outubro às 09:00”. Ao ouvir essa frase, senti como se um saco de sal que estava sobre minha cabeça caísse no chão. Saindo de lá, liguei para a Profa. Pâmela para lhe contar o que veio a acontecer. Ela ligou para a diretora para lhe explicar um pouquinho do meu projeto.

Assim, quando eu voltei na sexta- feira, a diretora me deu a autorização para voltar na escola Pepita de Leão para coletar os dados e em três outras escolas do município de Ensino Fundamental da Prefeitura de Porto Alegre. Segundo ela, duas dessas escolas têm mais estudantes imigrantes haitianos tanto de manhã como na tarde e me prometeu entrar em contato com os responsáveis para avisá-los e facilitar a minha coleta dos dados.

Na segunda-feira, 21 de outubro de 2019, às 09:00 horas voltei na direção da EMEF Pepita de Leão para coletar os dados. Fui recebida com muita alegria pelos membros da diretoria e com muito prazer responderam às perguntas do questionário. Também buscaram as crianças para me facilitar as entrevistas e depois tiramos fotos como lembrança do nosso encontro. Fiquei satisfeita dessa experiência que tive com eles.

Ao questionar a diretora sobre como vem sendo a recepção de crianças imigrantes haitianas na escola, a ouvi responder o seguinte:

Eu acho que é um desafio assim né, porque a gente tem muito boa vontade. A gente gosta muito de receber porque a gente entende que é super importante né, inclusive a gente fez um trabalho agora recentemente no Pepita no palco. O tema foi “A imigração” sobre todos os imigrantes, porque a gente tem mais prazer de receber, mas isso é um desafio a comunicação para eles e para as famílias na questão da língua, os costumes. Muitas vezes, a gente tem dificuldades de se fazer entender para essas famílias, dia a dia da escola, rotina da escola, se tem passeio, se tem horário diferente, se tem alguma outra atividade. Como a gente faz para essas famílias entenderem isso né?

A diretora mencionou, como um dos principais desafios da escola com relação às crianças imigrantes, o de colocar essas crianças em turno integral para que passem mais tempo convivendo com a língua portuguesa. Na opinião dela, isso tem trazido bons resultados, já que no caso das crianças, filhos de meus entrevistados, em um ano, já estavam falando perfeitamente o português. Mencionou como uma das dificuldades:

[...] a parte das questões pedagógicas. Porque às vezes as professoras não conseguem medir de fato o que essa criança sabe só porque tem a questão da língua. A criança sabe ler, sabe escrever lá em francês e daí, a gente não sabe francês. Então para nós, isso é um desafio também. Não sabem mostrar isso em língua portuguesa. Isso é uma outra dificuldade.

Quando as crianças chegaram [a mais velha e o mais novo], a escola realizou uma avaliação para saber em que turma eles iriam, “porque a gente não tem como adaptar o ano ou série em que eles estavam com o ano da gente, né?”. Nessa avaliação, descobriram que a mais velha já estava alfabetizada em francês:

A gente disse: “Bom, ela sabe ler. Não podemos colocá-la na turma dos pequenos. Ela vai ter que aprender a língua portuguesa.” Agora, eles estão indo bem, tanto ela quanto o pequeno.

Ao questionar quais são os procedimentos adotados pela escola no que diz respeito à documentação exigida para a vaga dessas crianças, a diretora respondeu:

A gente não cria nenhum empecilho. Se a família tem um documento mais legal na entrada no Brasil e alguma coisa da escola anterior, o boletim e o que a família traz a gente acabou aceitando e com isso a gente matricula. Eu acho que uma orientação que não é

nossa. É a regulação da SMED. Então, tem que estar bem documentado para quando eles se formarem na escola, poderá dizer de onde você tira que eles deveriam estar no quarto ou quinto? Bom, aqui está a documentação que mostra essa avaliação que foi feito.

A diretora mencionou tentar sempre conversar com as famílias, na medida do possível, no entanto, afirma que “algum não consegue falar português dificulta bastante”, sem dar-se conta de que o fato de não haver profissionais aptos em língua francesa ou crioulo haitiano também é um problema.

Ao inquirir se os pais tiveram dificuldades em providenciar esses documentos e pedir que contassem um pouco sobre essa experiência, a diretora mencionou que os pais trazem os documentos “e a gente acaba adaptando e fazendo a nossa tradução. A gente faz a tradução às vezes no Google e a gente tem algumas colegas que sabem um pouco de francês e nos ajudaram, mas no geral, a gente vai no Google. Tem isso esses dias.”

Na sequência, a diretora comentou algo muito interessante, que traz pistas para entendermos como a chegada das crianças imigrantes pode trazer às turmas a questão da interculturalidade:

Quando chega na turma dessas professoras, a gente conversa informalmente: “olha fulana!” Eu lembro que uma professora especificamente no início, ela queria trazer o francês para os outros alunos. Ela começou a dar aula de francês pelos outros da turma. Eu disse: “Que legal! Tu estás aproveitando desse menino para trazer outra língua pelo restante da turma?”

A gente não tem nem um profissional de francês. Essa professora quis ensinar alguma coisa de forma básica como assim: como se diz lixo? Como que a gente pode botar uma coisa no lixo? Os outros sabiam como dizer: temos uma dificuldade. Eu acho legal, foi uma troca bacana.

Ao questioná-la sobre a existência de alguma formação ou orientação especial dada a esses professores(as) para acolher as crianças imigrantes, a diretora mencionou se tratar de uma escola da prefeitura e “ela tirou os nossos momentos de formação e de reunião”:

A gente não tem nenhum momento, nem de formação nem de reunião. São raros no ano. Então, a gente está com dificuldade de se encontrar para resolver os nossos problemas básicos. Essa é uma dificuldade que está tendo de forma geral. Sem reunião como que a gente faz? Teria que ter formação e orientação porque é uma nova realidade. A gente tem que se adaptar a essa nova realidade. O ideal seria que ter informação, mas a gente está passando trabalho até esse grupo que está aí. A gente aceitou muito bem porque também é uma troca dentro da escola. Temos que ter interesse nessa pesquisa para poder nos ajudar. E essa fica muito difícil de qualquer formação ou conversa sobre uma situação difícil como essa no momento de trabalho.

Quando questioneei sobre como foi a adaptação dessas crianças e pedi que destacassem alguma situação especial, que os houvesse marcado, a diretora respondeu haver muitos casos:

O primeiro que me chama atenção, são as crianças. Elas são muito alegres, felizes e bem de vida. Elas sabem se adaptar bem. Trouxeram uma alegria dentro da escola. Elas estão sempre rindo, brincando. Isso nos chama atenção. Disse: “Nossa! As crianças que têm uma história de vida difícil, sair de seu lugar, mas elas estão super bem, se adaptam bem, são felizes, contentes, né?”

Elas são muito afetivas, muito emotivas, coisas mais queridas assim. Então, é muito legal essa diferença. Até brinco dessa última família que chegou. Um menino pequeno de JB chegou no primeiro dia, o pai largou e foi embora e ele ficou e nem chorou. A professora chegou e disse: “Gente! Eu fiquei pensando naquela criança que não fala nem uma palavra em português e no meio daquela monte de outras crianças, brincando e não chorou.” Ela está fora de seu país, fora de seu ambiente familiar.

Quando questionei como tem sido a experiência para essa diretora enquanto profissional da educação, como tem sido trabalhar com imigrantes, ela suspirou e respondeu:

A gente admira isso. Tem uma coragem, né? Eles trazem isso sim, uma vontade de se dar bem, de se adaptar. E o que nos chama atenção é a gratidão das famílias por terem conseguido a vaga, de ter uma escola que recepciona bem, tem alimentação. Porque os que ficam aqui o dia inteiro, tem café da manhã, tem almoço, tem lanche da tarde. Então, a gente vê que as famílias ficam muito felizes e a gente fica muito feliz também. Algumas das crianças relataram que não podiam estudar lá por um tempo no país delas porque os pais não tinham dinheiro para pagar suas escolaridades. Enquanto os pais estavam juntando dinheiro para vir para o Brasil, elas ficaram fora da escola e aí chegaram aqui conseguiram matricular em uma escola.

Nossa! A gente é suspeita. Muita gente gosta, entusiasmada. Tem um espetáculo que se apresenta e o tema desse ano é: “Somos todos imigrantes”, justamente para trazer a questão da imigração e representar esses nossos e até nos nossos cursos ela se torna. Isso traz tantas coisas diferentes para nós e os nossos alunos.

Perguntada se a escola tem seguido as políticas públicas indicadas para esse perfil de aluno, disse-me não ter política especial para acolher os alunos imigrantes:

O que a gente tem: a mãe dos haitianos, a Neuza, uma brasileira que vem conversar com a gente. Até a gente arrecadou roupas e outras coisas como alimentos que ela levou. Essas ligações não são políticas públicas. Elas não chegam para nós aqui. A gente se organiza por nós mesmos. As escolas da rede municipal, a nossa é muito inclusiva em todos os sentidos. Ela recebe alunos especiais e as portas se abrem, a gente acolhe e vai acolher, a gente vai se adaptar e organizar o acolhimento tentando acertar e fazer o melhor.

E, por fim, ao questionar se houve alguma situação em que foi presenciada discriminação ou preconceito em relação à essas crianças, sua resposta foi que achava não ter havido:

Aconteceram situações, mas da mesma forma que acontecem com os outros alunos que são negros não por ser haitianos. Assim, lembro de uma situação, são coisas que acontecem no dia a dia da escola não necessariamente por ser haitianos. As crianças são uma

novidade. Quando chega, elas querem saber, querem conversar, querem saber que língua fala. Então, em geral, as crianças são bem acolhidas. Isso é um dos característicos do povo brasileiro. Eu acho que essa escola tem a fama internacional. Eu fico pensando se vou viajar e colocar os meus filhos em uma escola, de que maneira que eles serão recebidos? A gente tenta dar o melhor para eles.

Isso é uma realidade que vem para cá, né? Alguns anos atrás que vem para cá. Sem políticas públicas, a gente está tateando. Não tem políticas públicas para isso e sem esses passos de reunião pelos professores. Sempre na boa vontade.

#### **4 Considerações finais**

Escolhi pesquisar sobre a vida de crianças imigrantes e sua atuação escolar por partir da hipótese de que enfrentam vulnerabilidades específicas. Partindo do pressuposto que os adultos e adultas podem se esquivar e se defender de uma situação constrangedora com mais recursos, acabei constatando situações em que as crianças surpreendem e ensinam inclusive suas professoras racistas. Ainda assim, como seres em formação, elas merecem muito cuidado tanto em casa como nas escolas.

Ao longo de minha pesquisa de campo, constatei que essas crianças, entretanto, contam também com o que talvez possamos considerar vantagens específicas: aprendem o português com facilidade, trazem às professoras a possibilidade de ensinar aos demais alunos sobre temas que não estariam disponíveis, numa perspectiva intercultural e sensibilizam profissionais, colegas e famílias desses colegas. O novo idioma, entretanto, aparece como um dos mais importantes vetores dessa socialização.

Com o ensino remoto trazido pela pandemia, a distância entre os professores e as crianças imigrantes aumentou. O que já era difícil no entendimento da linguagem e do comportamento diferentes dessas crianças, piora. A capacitação dos profissionais da educação precisa ser contínua para que eles possam saber como lidar com esses alunos cujo número aumenta.

Ter professoras e professores atentos é um caminho importante para que essas crianças possam se formar superando os estigmas, construindo resistências para serem fortes e enfrentar os obstáculos socializando com os demais alunos e aprendendo as histórias sobre a vida de seus antepassados contadas e explicadas pelos seus professores e suas professoras.

#### **Referências bibliográficas**

BERNARD, Rebecca. Diários de campo. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm). Acesso em: 03 dez. 2020.

DINIZ, Débora. **Como fazer diário de campo?**. Instituto Anis, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYTb3w2d99I>. Acesso em: 02 out. 2019.

GUMIERI, Sinara. **Observação**. Instituto Anis, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i5MwGahwCyE>. Acesso em: 02 out. 2019.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **Nou Led Nou La! Estamos feios mas estamos aqui!** – Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos. 2017. 233 f. Tese (Doutorado) — Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/181461/001075059.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MOTTA, Maria Josepha P. O processo de comunicação na dinâmica educacional. **Revista Educação**, Porto Alegre, n.6/7, p. 104-113, 1983.

SANTOS, Angélica P. dos; SANTOS, Marquésia S.F. dos; COTINGUIBA, Marília L. **Relato de pesquisadores da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Rondônia de Porto Velho**, 2014.

## Telenovela: um Recurso Comunicativo para Pautar a Temática de Migração e Refúgio<sup>1</sup>

Maritcheli Vieira<sup>2</sup>

Liliane Dutra Brignol<sup>3</sup>

### 1 Introduzindo teoricamente

Este trabalho é um recorte teórico de uma pesquisa de dissertação de mestrado em andamento. Propomos realizar uma discussão sobre o produto midiático telenovela ser um recurso para pautar e contribuir na discussão da temática de migração e refúgio na sociedade. Também discutiremos sobre as complexidades das representações de migrantes e refugiados. Compreendemos que a telenovela pode agir como recurso comunicativo, configurando um espaço público de debates de temas representativos do que se vive no país e no mundo. É uma narrativa que pode agir com ações pedagógicas, sendo um componente de políticas de comunicação e cultura que tenta desenvolver a cidadania e os direitos humanos na sociedade. A telenovela consegue comunicar representações culturais, a fim de atuar com a inclusão social e respeito às diferenças (LOPES, 2009).

Ainda segundo Lopes (2015), a telenovela tem a estratégia de comunicabilidade com base na matriz melodramática e no tratamento realista como fundamento da verossimilhança. Em relação a essa hibridização da ficção e realidade, Lopes (2015) traz a cultura para o centro da discussão. A globalização pluralizou o contato de diversos povos e facilitou as migrações, possibilitando que a cultura fosse mais dinâmica e expandisse para além do expediente nacional. A autora sugere ainda que a complexidade da sociedade deve ser vista da “complexificação” dos indivíduos, enfatizando a importância da comunicação como uma possibilidade de abertura, e reconhecimento e compreensão dos outros. É dentro deste contexto que a comunicação, a partir do seu desenvolvimento, com o uso de novas linguagens e dos ambientes, das próteses ou tecnologias, pode ser compreendida e praticada como um recurso disponível, que pode ultrapassar de alguma forma barreiras e fronteiras. Compreendemos, a partir de Lopes (2015), que a comunicação, principalmente, a telenovela, pode contribuir para partilhar culturas, realidades e aprendizagens. Também pode ser pensada a fim de refletir alternativas para modificar e melhorar questões do ambiente, como inclusive a respeitar e aprender sobre o “outro”. Ainda, segundo a autora, a cultura da comunicação é baseada na percepção do outro e no reconhecimento do indivíduo-pessoa como ator principal e responsável do agir comunicativo. “A inserção da diversidade, a coexistência pacífica

1 Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

2 Graduada em Produção Editorial – Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em Comunicação (bolsista CAPES) pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: vieiramarit@gmail.com

3 Graduada em Jornalismo – Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora e Mestre em Comunicação pela Universidade Vale do Rio dos Sinos. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: lilianebrignol@gmail.com

e o desenvolvimento autossustentável, as representações e as reivindicações de diferenças culturais são todos recursos comunicativos” (LOPES, 2015, p. 62).

Então, compreendemos que ao pautar a temática migratória, a telenovela pode acionar, para além de sua dimensão de produto cultural e de entretenimento, uma função pedagógica, ao representar a diversidade das experiências migratórias e ajudar a construir sentidos sobre o fenômeno em relação aos seus receptores. Entendemos representação enquanto dimensão que conecta o sentido e a linguagem à cultura. Baseadas na abordagem construtivista, compreendemos que os atores sociais usam dos sistemas de linguagens para representar, ou seja, para construir sentido, comunicar o mundo e fazer com que ele seja compreensível para os outros (HALL, 2016). Consideramos então que a telenovela utiliza sistemas de representação para produzir e reproduzir sentidos. Mas, assim como esse produto midiático pode ajudar a pensar e entender o tema das migrações e do refúgio com uma perspectiva humanista e pela esfera da cidadania, também pode construir representações limitadas, como a reprodução de estereótipos e discursos racistas e xenofóbicos. Segundo Freire Filho (2005), essa situação é um sensível problema para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de cada cidadão a respeito de questões capitais da vida política e social.

Hall (2016) compreende a estereotipagem como um conjunto de práticas comunicacionais essencializadoras, reducionistas e naturalizadoras, que reduzem as pessoas a algumas características simples e essenciais, que são representadas como fixas da natureza. Ou seja, o estereótipo se apossa de características simples, memoráveis e bastante conhecidas sobre um grupo social, reduzindo a esses traços que são depois exagerados e simplificados. Além disso, estereotipagem apresenta uma “cisão”, dividindo o normal e o anormal, seguido por uma exclusão de tudo do que é diferente. A estereotipagem também tende a ocorrer onde existem desigualdades de poder, sendo dirigido geralmente ao grupo subordinado e excluído.

Pelo o que apresentamos, as representações estereotipadas podem reforçar discursos racistas, que segundo Dijk (2005), não têm relação apenas com a cor da pele, mas também com a etnia. São discursos que parecem ser normais e naturais, sendo uma forma de hegemonia étnica, que se baseiam em ideologias e atitudes aparentemente legítimas, aceitas pela maioria dos membros do grupo dominante (DIJK, 2005). A partir disso, entendemos que representações construídas pelas telenovelas se dão a partir dos sistemas de linguagem a fim de representar o mundo e criar sentidos.

## **2 Órfãos da Terra: um recurso comunicativo?**

Propomos pensar o produto cultural telenovela e a sua ação de recurso comunicativo, elencando uma possível função pedagógica de pauta da temática migratória. Devemos frisar que as representações midiáticas são complexas, visto que as telenovelas constroem uma trama utilizando como referente a realidade social. Traremos para dinamizar a discussão, a telenovela

“Órfãos da Terra”, que foi transmitida entre os meses de abril e setembro de 2019, na Rede Globo, com autoria de Duca Rachid e Thelma Guedes. Apontamos que o nosso objetivo não é realizar uma análise da trama e da produção. Apenas realizaremos uma discussão sobre essa telenovela, que teve como temática norteadora a migração e o refúgio, com histórias de pessoas que tiveram que sair do seu país de nascimento e recomeçar a sua vida no Brasil.

“Órfãos da Terra” foi lançada em um ano que o mundo alcançou, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2019), 272 milhões de pessoas que saíram de seus países para recomeçar suas vidas, sendo que 79,5 milhões se encontravam em situação de deslocamento forçado (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2020). Então, foi neste contexto que a trama vem discutir diversas questões que englobam as migrações transnacionais para o Brasil, tendo como pano de fundo o refúgio de pessoas de diversos lugares do mundo, por conta de guerras, conflitos e perseguições. Também são relatadas histórias de pessoas que precisaram sair do país de nascimento por questões de cunho econômico e por desastres naturais. Dentre as temáticas migratórias que a telenovela discute, enfatizamos a convivência e contato entre diferentes culturas, xenofobia, condição de apátrida, documentação e revalidação de diplomas. Muitas das questões que englobam a migração e o refúgio na telenovela são abordadas em torno do Centro de Acolhimento de Refugiados Boas-Vindas, que é ficcional. O centro, na telenovela, que serve para que os migrantes possam ficar até se estabelecerem financeiramente, é mantido por doações e voluntariado de profissionais, como médicos e professores. No capítulo do dia oito de abril de 2019, por exemplo, há a entrega de certificados de proficiência de língua portuguesa para os migrantes, como consequência de um curso oferecido no próprio centro.

A partir do que foi exposto, percebemos que houve um esforço da trama em tratar questões que devem ser discutidas e pautadas na sociedade, relacionadas com a temática migratória. A narrativa humanizou personagens migrantes e deu densidade para abordar suas histórias, não focando apenas nas suas superações e dificuldades. Esses assuntos, por meio da narrativa melodramática, podem ter agido como um meio pedagógico para que a população brasileira consiga entender um pouco mais sobre quem são essas pessoas e suas realidades quando saem dos seus países em busca de uma vida melhor. Também percebemos que a telenovela teve como estratégia de formular a trama consultando Órgãos e os próprios migrantes e refugiados. Um exemplo é que, segundo o site Migramundo (DELFIM, 2019), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Missão de Paz colaboraram com a construção do roteiro da telenovela, a partir de oficinas e pesquisas. Refugiados também atuaram como consultores da trama. Um dos migrantes consultores foi o sírio Abdulbaset Jarour, integrante da ONG África do Coração. Abdul também participou de um workshop com o elenco da telenovela no Rio de Janeiro, juntamente com outros refugiados e com o Padre Parise, da Missão de Paz, entidade que serviu de inspiração para o centro de refugiados Boas-Vindas e as histórias que foram contadas durante a telenovela. Outra ques-

tão, é que a telenovela também contou com a presença de imigrantes na composição do elenco, com Blaise Musipiere (personagem Jean Baptiste) e Kaysar Dadour (personagem Fauze). Blaise interpretou um migrante haitiano que veio para o Brasil fugindo da crise do seu país; e Kaysar interpretou um personagem libanês, que era segurança de um poderoso sheik da telenovela.

Então, percebemos que, em relação à representação midiática, a direção da telenovela tentou utilizar uma aproximação a projetos e experiências de vida ligados ao contexto migratório no Brasil como base da trama melodramática, fazendo oficinas com entidades e pessoas que se encontravam na condição de mobilidade humana. Essa estratégia pode ter contribuído para a pauta da temática ser mais cuidadosa em relação aos preconceitos e aos estereótipos. Outra estratégia, foi utilizar atores migrantes no Brasil para integrarem a trama, questão que pode contribuir para a própria representação mais fidedigna e uma possível identificação dos telespectadores com a trama. Mas, apesar disso, podemos indicar que, a partir de percepções de telespectadores brasileiros, migrantes e descendentes de migrantes da telenovela (em dados preliminares da pesquisa em desenvolvimento), em alguns momentos, as identidades migrantes foram representadas de forma distorcida, como: todos os vilões da telenovela eram árabes muçulmanos e língua árabe foi representada com um sotaque exagerado, por exemplo.

### **3 Considerações finais**

A partir da discussão, consideramos que o meio telenovela pode contribuir na pauta da temática de migração e refúgio. Percebemos que “Órfãos da Terra” teve o intuito de pautar a temática migratória, ao tentar derrubar estereótipos e apresentar os obstáculos e dificuldades da mobilidade humana, a partir de uma narrativa que humanizou personagens migrantes, deu densidade para abordar suas histórias, para além de simples superação das dificuldades no Brasil. Inclusive, apresentou aspectos verossímeis sobre a experiência migratória no contexto brasileiro, como convivência e contato entre diferentes culturas, dificuldades de adaptação, xenofobia, condição de apátrida, documentação, revalidação de diplomas, por exemplo.

Como sinalizamos anteriormente, este trabalho é um recorte teórico de uma pesquisa em andamento, a qual se refere ao estudo de recepção de “Órfãos da Terra”, com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com receptores, durante a veiculação da telenovela na Rede Globo. Consideramos que o estudo de recepção contribui para que possamos perceber que a telenovela opera como recurso comunicativo ao permitir pensar sobre a migração a partir de enfoques complexos, algumas vezes contraditórios ou conflitivos, mas que trazem a discussão como panorama do debate público entre os receptores. Em relação a esses enfoques conflitivos, salientamos, conforme as percepções dos receptores, a representação das identidades migrantes por vezes distorcidas ou reduzidas a algumas características. Essa questão reforça a responsabili-

dade dos sistemas de linguagem e dos meios de comunicação sobre representar o mundo e criar sentidos.

### Referências bibliográficas

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Relatório global da ACNUR revela deslocamento forçado de 1% da humanidade. **ACNUR**, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/relatorio-global-do-acnur-revela-deslocamento-forcado-de-1-da-humanidade/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DELFIM, Rodrigo Borges. O que se espera de Órfãos da Terra, novela da Globo que falará de refugiados? **Migramundo**, São Paulo, 02 abr. 2019. Disponível em: <https://migramundo.com/o-que-esperar-de-orfaos-da-terra-novela-da-globo-que-falara-de-refugiados/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DIJK, Teun A. van. Nuevo racismo y noticias: Un enfoque discursivo. In: NASH, Mary; TELLO, Rosa; BENACH, Núria Benach (Orgs.). **Inmigración, género y espacios urbanos**: Los retos de la diversidad. Barcelona: Bellaterra, 2005, p. 33-55.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 12, n. 28, p. 18-29, dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2005.28.3333>. Acesso em: 27 nov. 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; Apicuri, 2016.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Narrativas da Lusofonia: memória e identidade na telenovela brasileira. In: MARTINS, Moisés de Lemos (Org.). **Lusofonia e Interculturalidade**: Promessa e Travessia. Vila Nova de Famalicão: Edições Humus, 2015. p. 57-74. Disponível em: [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/181/showToc](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/181/showToc). Acesso em: 05 dez. 2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela como recurso comunicativo. **MATRIZES**, Online, v. 3, n. 1, p. 21-47, ago./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v3i1p21-47>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Número de migrantes internacionais no mundo chega a 272 milhões. **ONU News**, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>. Acesso em: 10 dez. 2020.



# **DIREITOS HUMANOS**



## As Grades de Violação contra Migrantes: uma Análise dos Governos Trump e Bolsonaro<sup>1</sup>

Mateus Tomazi<sup>2</sup>

Michelli Linhares de Bastos<sup>3</sup>

O problema investigado na pesquisa são as normas não escritas que formam grades de violação contra migrantes, as quais são estruturadas no alargamento e aceitabilidade de discursos e atuações que desencadeiam atos de xenofobia. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar os discursos dos presidentes Trump e Bolsonaro sobre a temática de migrações, relacionando-os com a fragilização de valores democráticos como pluralidade, inclusão e tolerância, além do desrespeito ao direito humano de migrar, nos Estados Unidos da América e no Brasil. Adota-se o método hipotético-dedutivo e realiza-se revisão bibliográfica e análise de discursos e ações dos presidentes referidos e suas ideologias.

Os fluxos migratórios são característicos da humanidade. Tal constatação ensejou a positivação de normas jurídicas de proteção aos imigrantes e refugiados. No entanto, observa-se na prática, discursos antagônicos sobre o tema: de um lado a concepção de que migrar é um direito humano e de outro a visão de imigrante como o Outro, invasor, inimigo. Em um momento complexo e delicado de pandemia, a observância quanto a garantia e efetividade dos direitos de migrantes ganha especial relevância. Na crise sanitária e econômica, ocorre o fortalecimento de políticas mais austeras, sendo o medo e a intolerância combustíveis do enfraquecimento de modelos democráticos e de sustentação de uma política de morte. Assim, os discursos tornam-se armas na construção de realidades, sendo que as falas de presidentes possuem acentuada relevância, devido ao grande número de interlocutores atingidos e pelo poder de convencimento inerente aos líderes populistas ao dialogarem com as massas.

Dessa forma, o direito de migrar e ser recebido em outro país está positivado (Declaração Universal de Direitos Humanos, artigo 13, II e artigo 14), não sendo parte de ideologias de governos, mas uma obrigatoriedade a ser observada. Nesse sentido, António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, ressalta que esse direito está centrado na questão das pessoas, reconhecendo o direito à segurança, proteção e oportunidade. Apesar de haver avanços legais e doutrinários no sentido de respeito aos imigrantes, muitas vezes, o cotidiano parece caminhar na contramão. O fortalecimento de discursos nacionalistas e conservadores remetem à xenofobia e violência, dis-

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestrando em Direitos Humanos pela UNIRITTER/RS, bolsista CAPES. Integrante do SADHIR (Serviço de Assessoria em Direitos Humanos para Imigrantes e Refugiados). Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela PUCRS. Advogado. E-mail: mt.tomazi@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Direitos Humanos pela UNIRITTER/RS, bolsista CAPES. Licenciada em Letras pela FAPA. E-mail: mlinharesdebastos@gmail.com

farçadas por uma ideia de patriotismo, na qual se propaga que migrantes poluem sociedades, afetando relações sociais e econômicas. Nessa lógica, percebe-se que grande parte, talvez a totalidade, da população de imigrantes acaba instalada nas periferias e zonas de exclusão dos grandes centros.

Bobbio (1995, p. 149), na busca da conceituação de “direita” e “esquerda”, analisa as dicotomias existentes entre tais ideologias. Enquanto a Direita preza pela a guarda da tradição, a Esquerda luta pela libertação das cadeias impostas pelas raças e pelas classes dominantes. Dentro da concepção e tradição, o nacionalismo ascende como uma das grandes ideias dos governos de direita, baseado e dois pressupostos centrais: “a humanidade é naturalmente dividida em nações distintas, em segundo lugar, a nação é a unidade mais apropriada de governo político, e talvez a única legítima”. Na obra “Como funciona o fascismo”, Stanley (2018) afirma que o fascismo autocria sua origem em um passado mítico no qual havia uma pureza em diversas áreas como religião, raça e cultura. Além disso, nesse passado mítico a nação é gloriosa e tal glória foi retirada quando houve a ruptura da pureza e valores universais passaram a existir. A migração geraria uma dessas rupturas, pois há a “mistura” de pessoas advindas de outros lugares, que, na crença nacionalista, são inferiores.

A aversão ao imigrante é coerente com as ideias conservadoras nacionalistas que defendem a busca pela grandiosidade da nação e suas instituições tradicionais, vendo o estrangeiro e as minorias como sujeitos fora do modelo ideal de indivíduo que traga progresso para o país. Regimes autoritários costumam criar um inimigo comum como parte de um sistema político e ideológico. Sejam eles os negros, os judeus ou os muçulmanos. A identificação do estrangeiro como o Outro é elemento do processo de identidade. Geralmente acusados como capazes de enfraquecer comportamentos morais, gerarem crises econômicas e aumentarem a violência, os estrangeiros acabam por virar os responsáveis pelos problemas do país ou gestão em questão.

Parte desse processo de fortalecimento de um discurso de extrema direita pode ser entendido pela análise de Bauman (2017) explicando a crença em utopias substituída por um momento que busca o ideal não mais em um futuro inexistente, mas olhando para um passado distante. A partir das frustrações com o modelo democrático, muitos buscam em um passado idealizado. Nesse ponto vale destacar o papel que a disseminação do medo tem nessas medidas mais autoritárias. Segundo Levitsky e Ziblatt (2018) as crises tendem a aumentar o apoio do governo. Os cidadãos se tornam mais inclinados a tolerar, e mesmo endossar, medidas autoritárias quando temem por sua própria segurança.

Na obra “Como as Democracias Morrem”, Levitsky e Ziblatt (2018) demonstram que as democracias — a estadunidense em especial — para além das constituição, são defendidas por “grades de proteção” que são normas não escritas, quais sejam, a “tolerância mútua” e a “reserva institucional”; a primeira dessas normas “informais” identificadas, configura-se em reconhecer a

existência e legitimidade dos rivais e da competição pelo poder de governar; já a segunda norma quer significar a utilização dos poderes de forma comedida, requisitando comportamentos dos governantes que evitem práticas contrárias ao espírito da lei, apesar de não serem tidas como ilegais. Como bem descrito na obra, os discursos, ainda mais que ações do atual governo de Trump e aliados, contribuíram para a modificação ou alargamento das falas e atuações toleráveis, gerando um contínuo crescimento de aceite de comportamentos extremados. A infração contínua das normas beira um estado de quebra total democráticas, edificando um cenário frágil para o Estado Democrático de Direito, produzindo-se um contexto de medo de um futuro cada vez mais autoritário e violador de direitos básicos.

No entanto, a preocupação não é só pelo futuro do sistema democrático, posto que os resultados das falas e ações extremadas de Trump e Bolsonaro atingem, no presente, fortemente a população mais marginalizada da sociedade. Nessa parcela de indivíduos encontram-se migrantes vulneráveis, os quais, a cada dia enfrentam a imposição de mais “grades” que bloqueiam o alcance de seus direitos. Gradualmente, o discurso de governo fortalece a investida contra migrantes nos EUA e outros países, com o recrudescimento da política migratória, tornando-a cada vez mais discriminatória e violadora dos direitos humanos, dificultando a vida daqueles imigrantes já dentro das fronteiras ou dos que tentam imigrar na busca de melhores condições (SCOTT, 2019).

A partir das redes sociais, e em especial, do Twitter, Bolsonaro e Trump expressam através de uma linguagem informal e popular, posições ultranacionalistas, preconceituosas e xenófobas. Tais comunicações, embora sejam noticiadas e recebam críticas de jornalistas e especialistas em relações internacionais, reforçam a popularidade desses governantes com seus eleitores. Chama atenção que embora ambos tenham a responsabilidade de chefes de Estados, parecem comunicar apenas para seus eleitores - seguidores. Pesquisas apontam o impacto que o discurso de líderes tem sobre o comportamento dos cidadãos (AJZENMAN, CAVALCANTI, DA MATTA, 2020). Casos claros dessa tônica são, por exemplo, os discursos da campanha eleitoral de 2016 pela Casa Branca, nos quais diversos estudos sobre os efeitos da migração no país foram levados ao público de forma tendenciosa pelos dois lados da disputa, baseando-se em “meias verdades” ou com “*fake news*” que levavam o polarizado eleitorado a crer na melhora ou piora econômica gerada pela entrada de migrantes nos EUA (BORJAS, 2016). O discurso vencedor, brada falas anti-migração, “escondendo” a xenofobia criadora de imigrante “inimigo” no suposto risco de prejuízo à economia ou aumento de criminalidade.

A partir desse cenário, verifica-se que essa produção de consentimento a partir de um discurso xenófobo, é útil à polarização que mantém a desestabilização democrática e permite a concentração de poder por atitudes autocráticas, criando governo através do risco. Por certo, o discurso de figuras poderosas, como Trump ou Bolsonaro (AZEVEDO, 2015), acabam fomentando violências, mantendo e intensificando as práticas sociais de preconceito racial, étnico, e de gênero.

Tais violências estruturais reforçadas nessa sistemática, engrossam as “grades” contra vulneráveis, obstaculizando a efetivação de direitos humanos (MADEIRO, 2020).

Especialmente quanto aos vetos migratórios, não há qualquer eufemismo ao se dizer que são impostas pelas ações de Trump aos imigrantes, grades que não permitem o acesso a direitos, como é caso do impedimento do direito de migrar, especialmente de refugiados em meio à pandemia de coronavírus, momento no qual os direitos mais básicos deve ser especialmente protegidos, o presidente estadunidense declarou fechamento total de fronteiras (SANDOVAL, 2020). Os centros de detenção para migrantes que tentam adentrar o território estadunidense são exemplos claros do desprezo ao migrante; tratamento desumano e desrespeito ao devido processo legal são as primeiras grades metafóricas impostas ao acesso destes deslocados forçados em solo estadunidense (ONU BRASIL, 2020). Trump não iniciou tais centros e nem a política de desumanização, mas, como já referido, a intensificação de uma política migratória discriminatória e desumanizada desde a propaganda eleitoral acaba por fomentar a grave situação de violação dos direitos mais básicos dessa população e abre espaço para a violação dos direitos de outras minorias, inclusive nacionais.

Na mesma toada, Bolsonaro age com portarias ministeriais de fechamento de fronteiras no período de pandemia, afirmando que o Brasil possui longas fronteiras, sendo utópico o fechamento de todas elas, tratando dos limites com Uruguai e Paraguai. Ao ser questionado sobre fechamento da fronteira com Venezuela, o presidente brasileiro diz: “Da Venezuela é mais importante, porque lá o pessoal tá fugindo na fome, da miséria e também de uma ditadura instalada. A gente tem pena, porque são seres humanos da Venezuela [...], mas não podemos arriscar o nosso pessoal do lado de cá” (TV BRASIL, 2020).

Portanto, os discursos agressivos e as falácias xenófobas geram e perpetuam a naturalização das violações aos direitos humanos, sedimentando estigmas. Assim, há um enraizamento de uma lógica social de separação que deixa poucas esperanças de futuros mais solidários e inclusivos, nos quais uma democracia estável e real ocorra por meio do diálogo e preocupação com todas as parcelas da população e não a partir do silenciamento de alguns a por meio da exclusão violenta de determinados grupos.

A constatação desse cenário, aqui exposto na relação entre o modo de operar desses governos e migrantes, tem a intenção de contribuir academicamente na construção de um caminho para a manutenção de uma sociedade democrática real, baseada na tutela e promoção dos direitos humanos de todos. Diante disso, para enfrentamento da complexa realidade, faz-se necessária uma abordagem em vários níveis como parte do processo de fortalecimento de uma democracia plural e inclusiva, aposta-se no fomento de uma educação para cidadania, onde os direitos humanos são base para a garantia da dignidade da pessoa humana, Tenta-se, nesse sentido, evoluir por meio de uma educação em Direitos Humanos, que se coloque como elemento de exercício da cidadania. E que nesse sentido, construa a prática das regras não escritas. Afinal, enquanto suporte para a

democracia, a participação popular é elemento essencial para um fortalecimento do espírito democrático, inclusivo e pluralista.

### Referências bibliográficas

AJZENMAN, Nicolas; CAVALCANTI, Tiago; DA MATTA, Daniel. More than words: leaders' speech and risky behavior during a pandemic. **Cambridge-INET Working Paper Series**, 22 abr. 2020.

AZEVEDO, Rita. Bolsonaro chama refugiados de “escória do mundo”. **Exame**, 29 set. 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Barcelona: Espasa Libros, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995.

BORJAS, George J. Yes, Immigration Hurts American Workers: The candidates tell drastically different stories about immigration. They're both skipping half the truth. **Politico Magazine**, set. 2016. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2016/09/trump-clinton-immigration-economy-unemployment-jobs-214216>. Acesso em: 05 out. 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MADEIRO, Carlos. Lei de Boa Vista veta acesso de estrangeiros à saúde e vai parar na Justiça. **UOL Notícias**, Maceió, 16 fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/16/lei-saude-venezuelanos-justica.htm>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ONU BRASIL. Bachelet diz estar ‘chocada’ com condições em centros de detenção de migrantes nos EUA. **ONU Brasil**, 2020 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/bachelet-diz-estar-chocada-comcondicoes-em-centros-de-detencao-de-migrantes-nos-eua/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SANDOVAL, Pablo Ximénez de. Donald Trump fecha indefinidamente a imigração por terra sob argumento de conter o coronavírus. **El País**, 20 maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-20/donald-trump-fecha-indefinidamente-a-imigracao-por-terra-sob-argumento-de-conter-o-coronavirus.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SCOTT, Eugene. Trump's most insulting — and violent — language is often reserved for immigrants. **The Washington Post**, 02 out. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/10/02/trumps-most-insulting-violentlanguage-is-often-reserved-immigrants/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Tradução Bruno Alexander. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TV BRASIL. **Esclarecimentos e avanços sobre atitudes de fechamento de fronteiras**. 18 mar. 2020. Disponível em: <https://t.co/kF3DypPcK5>. Acesso em: 14 set. 2020.



# Desenvolvimento Humano, Migrações e Segurança Alimentar e Nutricional: Indicadores na América Latina e Caribe<sup>1</sup>

Mariane Di Domenico<sup>2</sup>

## 1 Introdução

O desenvolvimento humano expressa a qualidade de vida de uma população em um dado território, tendo como base a liberdade<sup>3</sup> e possibilidade de acesso a oportunidades que permitem às pessoas desenvolverem suas capacidades (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2020). Esse conceito aponta as diferentes realidades e a desigualdade de escolhas existente entre diferentes regiões e países, caracterizada pela privação da liberdade de escolha e oportunidades de grande parcela da população mundial (SEN, 2000).

Dessa forma, o desenvolvimento humano só é possível se os indivíduos não forem privados de suas liberdades — entendidas como as condições que eles têm para adquirir uma boa educação, alimentação, saúde e liberdades civis e políticas. A privação dessas no processo do desenvolvimento humano ocorre de diferentes formas, criando e influenciando movimentos migratórios e fenômenos sociais. Entre eles, o direito humano a migrar e a segurança alimentar e nutricional<sup>4</sup> se apresentam como questões elementares. A literatura indica que ambos os fenômenos relacionam-se entre si e com o desenvolvimento humano em diferentes níveis e formas (SEN, 2000).

Tendo em vista esta perspectiva, busca-se compreender nesta pesquisa como o desenvolvimento humano se relaciona com os índices de migração e de segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe nos últimos trinta anos. Parte-se do pressuposto que compreender esses fenômenos de forma relacionada e conjunta viabiliza o entendimento das possíveis causas, consequências, necessidades e possibilidades que envolvem as pessoas que fazem parte desses processos, permitindo a orientação de políticas públicas de forma a melhorar a qualidade de vida da população latino-americana e caribenha.

Para tanto, foi realizada a revisão de fontes secundárias que estabelecem as bases teóricas da relação entre os fenômenos e a análise de dados primários disponibilizados por organizações

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC CNPq-UFRGS). E-mail: didomenicomariane@gmail.com

<sup>3</sup> As liberdades que auxiliam os indivíduos a atingirem sua total capacidade de desenvolvimento são chamadas de liberdades instrumentais, sendo elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e a segurança protetora (SEN, 2000).

<sup>4</sup> A segurança alimentar e nutricional é definida como “uma situação que existe quando todos os indivíduos têm a todo momento acesso econômico, físico e social a alimentos em qualidade e quantidade suficientes para uma vida saudável e ativa” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2020, p. 254, tradução da autora).

internacionais. Parte-se da hipótese que o aumento do índice de desenvolvimento humano tem relação inversa com os índices de migração e de insegurança alimentar e nutricional. Para além desta introdução, o resumo conta com três outras partes. Na seção 2, são apresentadas as bases teóricas e metodológicas utilizadas. Na terceira, são apresentados as diferentes possibilidades de relação entre os fenômenos, por meio da qual parte da hipótese que estabelece a relação inversa entre o aumento do IDH e a diminuição da insegurança alimentar e nutricional é confirmada na maioria das vezes. Por fim, são expostas as limitações e possíveis andamentos para a pesquisa tendo em vista a complexidade do tema.

## 2 A perspectiva e as dimensões do desenvolvimento

A inter-relação entre o desenvolvimento humano, as migrações e a segurança alimentar e nutricional é trabalhada, neste resumo, por meio da perspectiva da abordagem das capacitações proposta por Amartya Sen. O autor argumenta sobre a importância da ampliação do processo de acesso às liberdades que permitem aos indivíduos viverem a vida da forma como preferirem e como esse processo de ampliação das liberdades é essencial para que as pessoas se desenvolvam individual e socialmente (SEN, 2000). Neste contexto, as migrações são compreendidas como um direito humano, que podem ser motivadas tanto por questões pessoais quanto por motivos macro. Por sua vez, a segurança alimentar e nutricional é tratada não apenas como uma questão da disponibilidade de alimentos existente no mundo, mas também da capacidade que os indivíduos têm de acessá-los (CASTRO, 1984; SEN, 2000).

Para compreender a relação entre os dois fenômenos com o desenvolvimento humano, buscou-se identificar e selecionar bancos de dados primários referentes aos três indicadores, investigar e estabelecer associação teórica e conceitual e comparar a ligação quali-quantitativa entre eles. Os dados foram selecionados em três diferentes bancos disponibilizados por organizações internacionais.

O desenvolvimento humano é calculado por meio do Índice de Desenvolvimento Humano<sup>5</sup> (IDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os dados sobre os fluxos migratórios são disponibilizados pelo Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (UN DESA, na sigla em inglês), que é a base de dados utilizada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>6</sup>. Já os dados sobre a segurança alimentar e

<sup>5</sup> O IDH é calculado fazendo uso de três dimensões: a expectativa de vida ao nascer (saúde), o nível de escolarização (educação) e o PIB per capita (renda). Os resultados variam de 0 a 100, sendo que os valores mais próximos de 100 representam os maiores índices de desenvolvimento. Esse cálculo parte da perspectiva de Amartya Sen, que propõe que o desenvolvimento deve ser mensurado por outras dimensões para além de fatores econômicos (PNUD, 2020).

<sup>6</sup> O banco de dados reúne valores referentes aos fluxos de migrantes a cada cinco anos desde 1990, sendo os últimos dados de 2019. São incluídas informações sobre os refugiados quando disponibilizados pelas agências responsáveis, porém carece de dados acerca de imigrantes ilegais e deslocados internos (UN DESA, 2019).

nutricional são referentes ao cálculo da Prevalência da Subnutrição<sup>7</sup> (PoU, na sigla em inglês) realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Em seguida, buscou-se aprofundar a relação teórica e conceitual entre os fenômenos apresentados em livros, relatórios e documentos oficiais de organizações internacionais. Destacam-se as contribuições de Amartya Sen e de Josué de Castro.

Os dados foram reunidos em tabelas individuais para cada país, contendo o conjunto dos últimos trinta anos em intervalos quinquenais, além dos índices de migração de 2019 e os índices do IDH e de segurança alimentar e nutricional de 2018, com os seus valores indicados, o que permite expressar as diferentes configurações de relação entre eles. Por fim, foi realizada a análise quantitativa e qualitativa desses. O recorte espacial e temporal foi dado de acordo com a disponibilidade dos dados. Dessa forma, os países que tiveram os indicadores relacionados são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela. Na próxima seção serão apresentados alguns dos resultados prévios e as primeiras análises da pesquisa.

### 3 Indicadores na América Latina e Caribe

O Índice de Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe em 2019 varia entre muito alto e baixo. Os países com os maiores índices são Chile (0.847), Argentina (0.830), Uruguai (0.808), Trindade e Tobago (0.799) e Panamá (0.795). Já entre os menores, estão Haiti (0.503), Honduras (0.623), Nicaragua (0.651), Guatemala (0.651) e El Salvador (0.667) (UNDP, 2020).

A migração é um fenômeno que pode decorrer de diversos fatores. A decisão de migrar pode ser uma estratégia do migrante frente às suas condições e questões pessoais, como também pode ser imposta pelas conjunturas econômicas, sociais e ambientais postas ao indivíduo e sociedade (WORLD FOOD PROGRAMME, 2017). Em 2019, mais de 40 milhões de migrantes deixaram algum território na região da América Latina e Caribe e cerca de 11 milhões de migrantes de todo o mundo tiveram a região como destino. Os principais países de origem foram: México, Colômbia, Venezuela, Brasil, Cuba, El Salvador, Haiti, República Dominicana, Peru, Guatemala, Equador, Jamaica e Argentina. Por outro lado, os principais países de destino foram: Argentina, Venezuela, Colômbia e México (UN DESA, 2019).

A insegurança alimentar e nutricional está diretamente relacionada à perda ou à inexistência do potencial de compra e aquisição de alimentos ou a razões exógenas ligadas à produção desses (SEN, 2000). A privação de alimentos para a população é um fator de grande importância

<sup>7</sup> O índice de Prevalência da Subnutrição (PoU) estima a percentagem da população total de um território que se encontra em uma situação de privação de alimentos durante um período de tempo prolongado. Os resultados podem variar de valores <2,5% (baixo índice de subnutrição) a 60% (altos índices de subnutrição) (FAO, 2019).

quando consideradas as causas e as consequências que essa apresenta para o desenvolvimento e outros processos. Como causas, têm-se problemas de planejamento econômico, crises, falta de oportunidades públicas e outros fatores exógenos — como as condições e as mudanças climáticas (MBOW, 2019; SEN, 2000). Como consequências, destacam-se as dificuldades e os problemas provocados pela má alimentação, como a baixa expectativa de vida, altas taxas de mortalidade e o subdesenvolvimento do organismo humano, além de eventos como a migração e a intensificação e instabilidades políticas, sociais e econômicas (FAO, 2018). Em 2018, os piores índices de segurança alimentar e nutricional na região concentravam-se no Haiti (48,2), Venezuela (31,4), Nicaragua (17,2), enquanto que Cuba, Uruguai e Brasil apresentavam as melhores taxas (FAO, 2020).

A partir da comparação e análise dos dados, é possível identificar que a relação entre o desenvolvimento humanos, as migrações<sup>8</sup> e a segurança alimentar e nutricional apresenta uma série de diferentes possibilidades de configurações nos últimos trinta anos. As relações identificadas foram: i) relação direta entre o aumento do IDH com o aumento dos fluxos migratórios e o aumento da insegurança alimentar e nutricional; ii) relação direta do aumento do IDH com os fluxos migratórios e relação inversa com a insegurança alimentar e nutricional; iii) relação direta do aumento do IDH com o aumento da emigração e da insegurança alimentar e nutricional e relação inversa com os índices de imigração; iv) relação direta entre o aumento do IDH com a emigração e relação inversa com a imigração e a insegurança alimentar e nutricional; v) relação inversa do aumento do IDH com a emigração e a insegurança alimentar e nutricional e a relação direta com a imigração; vi) relação inversa entre a diminuição do IDH com a emigração e direta com a imigração e a insegurança alimentar e nutricional; vii) relação inversa entre o aumento do IDH e a emigração e direta com a imigração e a insegurança alimentar e nutricional; e viii) relação inversa entre a diminuição do IDH com a emigração e direta com a imigração e com a insegurança alimentar e nutricional (FAO, 2017, 2020; FOOD SECURITY PORTAL, 2012; UN DESA, 2019; UNDP, 2020).

A relação entre os indicadores que mostrou-se mais frequente é a segunda, que aponta que o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano tem relação direta com o aumento dos fluxos migratórios e relação inversa com a insegurança alimentar, ou seja, a melhora da segurança alimentar da população. Essa relação aparece em 51 casos, sendo mais comum na Bolívia, no Peru e na República Dominicana no período entre 2005-2019, no Chile entre 2000-2005 e 2010-2019 e no Panamá em 2000 e entre 2010-2015 (FAO, 2017, 2020; FOOD SECURITY PORTAL, 2012; UN DESA, 2019; UNDP, 2020).

<sup>8</sup> No resumo, migrações foram subdivididas entre emigração (ato de saída do país de origem) e imigração (ato de entrada em outro país) (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2019).

#### 4 Considerações finais

A análise de indicadores por meio da perspectiva da abordagem das capacitações proposta por Amartya Sen possibilita uma série de interpretações e possíveis análises para compreender a relação entre o desenvolvimento humano, as migrações e a segurança alimentar e nutricional. Analisados neste conjunto proposto, os indicadores não se relacionam de forma a confirmar a hipótese de que as migrações teriam relação inversa com o desenvolvimento humano, mas que tanto a emigração quanto a imigração podem ser impulsionadas por bons índices de desenvolvimento e que esses, na maioria dos casos, estão em consonância com a melhora da segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe no período analisado.

É evidente que os fenômenos observados são multidimensionais e multifacetados, dependendo de questões que não foram abarcadas neste resumo, mas que mostram-se imprescindíveis para a compreensão efetiva desses. Entender a natureza da relação entre o desenvolvimento humano, as migrações e a segurança alimentar e nutricional possibilita compreender não apenas a importância que esses fatores têm em conjunto e individualmente, mas também como seu estudo permite a visualização de questões mais amplas que podem auxiliar na realização de políticas públicas para o desenvolvimento humano que abarquem além da saúde, renda e educação, o direito humano à alimentação e as políticas migratórias, baseadas no anseio por vida melhor que leva milhões de pessoas a migrarem todos os anos e não na criminalização do migrante, xenofobia e ódios diversos.

#### Referências bibliográficas

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The linkages between migration, agriculture, food security and rural development**. Roma: FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/CA0922EN/ca0922en.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food Security in the World: building resilience for peace and food security**. Roma: FAO, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-I7695e.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food Security in the World: safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food Insecurity in the World: transforming food systems for affordable healthy diets**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9692en/CA9692EN.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

FOOD SECURITY PORTAL. Prevalence of Undernourishment (%). **Food Security Portal Data Dashboard**, 2012. Disponível em: <http://www.foodsecurityportal.org/api/countries/fao-population-under>. Acesso em: 09 maio 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **International Migration Law: Glossary on Migration**. Geneva: IMO, 2019. Disponível em: [https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml\\_34\\_glossary.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf). Acesso em: 09 maio 2020.

MBOW, Cheikh et al. Food Security. *In*: SHUKLA, P. R. et al. (ed.). **Climate Change and Land**: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. Geneva: IPCC, 2019. p. 437-550. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/02/SRCCL-Chapter-5.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). O que é Desenvolvimento Humano. **PNUD**, online, 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UN DESA). **International Migrant Stock 2019**. United Nations Database, 2019. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp>. Acesso em: 09 maio 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **2019 Human Development Index Ranking**. UNDP, online, 2020. <http://hdr.undp.org/en/content/2019-human-development-index-ranking>. Acesso em: 08 maio 2020.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). **At the root of exodus**: food security, conflict and international migration. WFP, 2017. Disponível em: [https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000015358/download/?\\_ga=2.268939569.1532093326.1601434004-1199374405.1601434004](https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000015358/download/?_ga=2.268939569.1532093326.1601434004-1199374405.1601434004). Acesso em: 19 set. 2020.



## O Acordo União-Europeia Turquia frente à Crise de Refugiados Sírios: Respeitam-se os Regimes Internacionais para Refugiados?<sup>1,2</sup>

*Victor Albuquerque Felix da Silva<sup>3</sup>*

Regimes internacionais são constituídos por Estados, com participação efetiva de organizações internacionais, conforme haja uma interação harmônica sob o intuito da cooperação entre os referidos atores. Stephen D. Krasner discorre sobre regimes internacionais sob as seguintes afirmações:

Os regimes podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscições específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva (KRASNER, 2012, p. 94).

Somente por meio da cooperação é que se estabeleceram regimes internacionais que englobam os direitos dos refugiados, isto é, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967. Tais normativas previstas em ambos os documentos devem nortear os trabalhos dos Estados que os ratificaram. Nesse sentido, nota-se que o Acordo União Europeia-Turquia, iniciativa da União Europeia ante aos fluxos de refugiados sírios, é motivo de grandes contestações quanto ao cumprimento da Convenção de 1951 e Protocolo de 1967.

O Acordo União Europeia-Turquia, estabelecido formalmente em caráter temporário e extraordinário no dia 18 de março de 2016, possui em seu texto nove compromissos a serem cumpridos por União Europeia e Turquia diante dos fluxos de refugiados provenientes da Síria. Dentre estes se destaca o primeiro, cujo afirma que a partir do dia 20 de março de 2016, os refugiados sírios que chegassem às fronteiras da União Europeia, sobretudo na Grécia, seriam enviados à Turquia (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

Embora a Turquia atualmente acolha o maior número de refugiados no mundo (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2020), o ambiente político-social do país encontra-se em um período conturbado, impulsionado pela tentativa de Golpe

1 Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

2 Pesquisa em realização sob o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), com orientação do Dr. Tomaz Espósito Neto, docente da Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

3 Graduando em Relações Internacionais na Faculdade de Direitos e Relações Internacionais (FADIR), vinculada a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: victorafelix@outlook.com

Militar<sup>4</sup> ocorrida em 2016. Ademais, o Estado turco possui uma série de conflitos étnicos e sociais<sup>5</sup>, os quais promovem divisões por todo o país. Apreensões a respeito da liberdade de imprensa, de expressão e a imparcialidade do poder judiciário também levam à dúvida se de fato a Turquia é um território seguro aos sírios, visto que existem notórias violações de direitos humanos no país (CARVALHO, 2017).

Alia-se a tal realidade a forma pela qual os refugiados sírios são vistos pelo poder público, mídia local e sociedade civil. São constantemente tratados de forma hostil e xenofóbica. Em 2019, várias lojas sírias foram atacadas e destruídas na Turquia, seja pelo poder militar turco ou sociedade civil (ANISTIA INTERNACIONAL, 2019). Uma pesquisa realizada em 2019 pela empresa *Metropoll*, de origem turca, mostrou que mais de 80% dos turcos entrevistados tinham uma opinião ruim acerca dos sírios (ASIA TIMES, 2019).

Por fim, destaca-se as frequentes violações da Turquia em relação ao princípio de *non-refoulement*<sup>6</sup>, denunciadas em sua grande maioria por organizações não-governamentais que pautam seus trabalhos na promoção dos direitos humanos. O relatório “*Sent to a War Zone: turkey’s illegal deportations of syrian refugees*” traz uma série de condutas anti-humanitárias praticadas pela Turquia. Relata-se uma frequente deportação de nacionais sírios ao seu território de origem, o que configura uma clara violação do princípio de *non-refoulement* (ANISTIA INTERNACIONAL, 2019).

Conclui-se que a instabilidade interna turca, aliada aos discursos e ações xenofóbicas e anti-migratórias promovidas pela sociedade civil e governo colocam em questionamento a credibilidade da Turquia quanto um país seguro. Ao passo que a Turquia mostra-se um país inseguro para os sírios, o Acordo União-Europeia pode ser considerado como violador dos regimes internacionais para refugiados, sobretudo do princípio de *non-refoulement*.

## Referências bibliográficas

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Global Trends: forced displacement in 2019**. Copenhagen: ACNUR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Sent to a War Zone: Turkey’s illegal deportations of syrian refugees**. 2019. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/EUR4411022019ENGLISH.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

4 Mais informações sobre a tentativa de Golpe Militar ocorrida na Turquia encontram-se disponíveis em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/07/entenda-o-golpe-militar-na-turquia-e-o-que-ele-significa-para-o-mundo.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

5 Os embates étnicos e sociais no Estado turco são impulsionados pela divergência política histórica entre a Turquia e o povo originário curdo (MILLEY; VENTURINI, 2019).

6 “Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951, p. 15).

CARVALHO, Raíssa Guimarães. **Da implementação de medidas restritivas para a recepção de refugiados na União Europeia – o acordo UE e TURQUIA frente ao princípio de non-refoulement**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-06022019-094140/publico/RaissaGCarvalhoCorrigida.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

GORVETT, Jonathan. Erdogan base rejects refugees, pressuring EU pact. **Asia Times**. 2019. Disponível em: <https://asiatimes.com/2019/10/erdogan-base-rejects-refugees-pressure-eu-pact/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, June 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782012000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000200008>.

MILLEY, Thomas Jeffrey; VENTURINI, Federico (org.). **Sua Liberdade e a Minha**: Abdullah Ocalan e a questão curda na Turquia de Erdogan. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2019. 496 p. Tradução: Pedro Gomes de Souza Barros.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado**. 1951. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 05 set. 2019.

UNIÃO EUROPEIA (UE). **Declaração União Europeia-Turquia, 18 de março de 2016**. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/>. Acesso em: 04 abr. 2020.



## O Pacto Global de Migrações: a (des)Razão da Posição Brasileira<sup>1</sup>

*Thiago Augusto Lima Alves<sup>2</sup>*

*Rafael Euclides Seidel Batista<sup>3</sup>*

### 1 Introdução

A questão migratória se tornou central para o entendimento das dinâmicas internacionais contemporâneas e uma das principais problemáticas a serem enfrentadas pelos governos de diferentes países. O relatório World Migration Report 2020, publicado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), estimou 272 milhões de migrantes internacionais no mundo em 2019, o que corresponde a 3,5% da população mundial. Ainda de acordo com o documento, 41 milhões de pessoas estão internamente deslocadas e outras quase 26 milhões são refugiadas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2020b). Já o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) divulgou que existem 41,3 milhões de deslocados internos, 25,9 milhões de refugiados e 3,5 milhões de solicitantes de refúgio (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2020).

Buscando um consenso para a solução conjunta dessa problemática, em 19 de setembro de 2016, Chefes de Estado e de Governo reuniram-se em âmbito global na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir questões relacionadas à migração e aos refugiados. Ao adotar a Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes, os 193 Estados-membros da ONU reconheceram a necessidade de uma abordagem abrangente à mobilidade humana e de cooperação reforçada em nível global. O Anexo II da Declaração de Nova Iorque deu início a um processo de consultas e negociações intergovernamentais para o desenvolvimento de um Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular. Esse processo foi concluído em 10 de dezembro de 2018 com a adoção do Pacto Global pela maioria dos Estados-membros da ONU em uma Conferência Intergovernamental em Marrakech, Marrocos, seguida de perto pelo endosso formal pela Assembleia Geral da ONU em 19 de dezembro (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2020a). Entretanto, embora o Brasil tenha participado das negociações e aderido ao acordo em dezembro de 2018, o país anunciou sua retirada no início de 2019, alinhando-se a uma posição minoritária de países que não foram signatários do pacto.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: thiagolimaalves.adv@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), bolsista de Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) e graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: rafaelseidel7@gmail.com.

Sobre a saída do Brasil, o presidente Jair Bolsonaro justificou a revogação da adesão do Brasil ao Pacto Global para Migração afirmando que a iniciativa teria se dado para a preservação dos “valores nacionais”, afirmando ainda, sua conta no Twitter, que “o Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes [...] não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros” (GONÇALVES, 2019, online). Anteriormente à manifestação do presidente, o chanceler Ernesto Araújo também já havia se pronunciado contra a participação do país no Pacto Global de Migrações. Para o ministro das Relações Exteriores, o pacto é “um instrumento inadequado para lidar com o problema. A imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país” (GONÇALVES, 2019, online). Nesse âmbito, a saída repentina do Brasil do Pacto Global para Migração representa um ponto de divergência nas posições de política externa brasileira sobre o tema, atraindo, portanto, o interesse da presente pesquisa que buscará, a partir desse episódio, aprofundar as reflexões e a compreensão sobre a migração e o refúgio no atual contexto brasileiro.

## **2 Problema de Pesquisa**

Nesse cenário, o problema que motiva a presente pesquisa é investigar se a saída do Brasil do Pacto Global para a Migração da ONU implica em um arrefecimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país em matéria de migração e refúgio.

## **3 Objetivos**

O objetivo geral da presente pesquisa é ampliar a compreensão sobre os efeitos do anúncio da saída do Brasil do Pacto Global de Migrações da ONU. Nesse sentido, os seguintes objetivos específicos serão perquiridos: (a) analisar o histórico de acordos e tratados internacionais sobre migração e refúgios os quais o Brasil é parte; (b) compreender a atual posição da política externa brasileira sobre migração e refúgio, bem como as causas que levaram ao anúncio da saída do Brasil do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular; (c) analisar os efeitos dessa posição estabelecendo uma reflexão sobre possíveis impactos para a população migrante e refugiada presente no país.

## **4 Metodologia**

A incursão metodológica que possibilita a realização desta investigação será direcionada por abordagens de pesquisa qualitativa e método dedutivo. O procedimento metodológico é bibliográfico e documental, já que será feito a partir do levantamento de referências teóricas e documentos oficiais já analisados e publicados. A busca dados e informações foi estabelecida a partir, principalmente, dos repositórios institucionais e das bases/plataformas de conteúdo científico — a exemplo do Portal de Periódicos da CAPES, SCOPUS e SCIELO — como também

por meio da análise de dados de órgãos governamentais, agências internacionais e organizações internacionais de referência na temática.

## 5 Aportes Teóricos

O conceito de migrante, de acordo com o ACNUR (2020), refere-se àqueles que optaram por viver no exterior espontaneamente, principalmente por motivações econômicas ou educacionais, e podem optar por retornar para seu país de origem, pois continuam recebendo proteção estatal. Em relação à OIM (2020b), esta define por migrante qualquer pessoa que se desloca ou tenha se deslocado através de uma fronteira internacional ou dentro de um país, fora de seu lugar de residência habitual, independentemente de sua situação jurídica, o caráter voluntário ou involuntário do deslocamento, as causas do deslocamento ou a duração de sua estadia. Já os refugiados, de acordo com a definição do ACNUR (2020), são aqueles que estão fora de seu país de origem de-vído a fundados temores de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à violência generalizada, grave violação dos direitos humanos e conflitos internos; não podem ou não querem, portanto, voltar a seu país de origem porque não contam com proteção estatal.

Nesse caso, a partir do momento em que fogem da violência sofrida no país de origem — necessitando, assim, que o Estado revise suas situações e os receba permanentemente — tornam-se solicitantes do refúgio e, em seguida, refugiados. Há um acirramento do conflito e a pessoa, na nova região, pode ficar tão vulnerável quanto estava em seu lugar de origem. Peter Nyers (2019) estuda o migrante irregular, aquele que atravessou a fronteira ou permanece em um local sem autorização legal do Estado anfitrião, que pode ser o caso daquele que solicita o refúgio e tem seu pedido negado, tornando-se ilegal no país. Para ele, “o migrante irregular é a exceção à norma: uma identidade perturbadora entre a comunidade de cidadãos onde questões de pertença e identidade estão supostamente resolvidas” (NYERS, 2019, p. 33).

O posicionamento do Brasil no plano externo há muito tempo tem sido pelo reconhecimento dos direitos dos migrantes e refugiados, sendo o primeiro país da América do Sul a ratificar, no ano de 1960, a Convenção Internacional de 1951, relativa ao Estatuto do Refugiado. Em razão das limitações, temporais e geográficas, evidenciadas na referida Convenção, foi estabelecido, em 1967, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, que propositava a ampliação do alcance da definição do termo “refugiado”. Tal documento foi assinado pelo Brasil no ano de 1972. Posteriormente, o país assinou a Declaração de Cartagena, de 1984, um documento regional que influenciou a associação entre o conceito de refúgio e o de direitos humanos, especificamente em relação à dignidade das pessoas na condição de refúgio. Em 2016, o Brasil foi favorável à Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes, dando continuidade na tradição de participante na solução dessas questões. Além disso, no âmbito interno, a legislação migratória

brasileira se baseia, essencialmente, na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) e nas Leis nº 9.474, de 1997, e nº 13.445, de 2017.

O Pacto Global para Migração foi inspirado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). É um documento abrangente para melhor gerenciar a migração internacional, enfrentar seus desafios e fortalecer os direitos dos migrantes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e expressa o compromisso coletivo dos Estados-membros de melhorar a cooperação na migração internacional. Nesse sentido, o documento reconhece a migração como parte da história humana, sendo em si “uma fonte de prosperidade, inovação e desenvolvimento sustentável em nosso mundo globalizado”, ainda, entende que os efeitos positivos da migração podem ser “otimizados ao melhorar a governança da migração” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018, p. 3, tradução dos autores). Além disso, o Pacto reconhece que nenhum Estado pode abordar a migração sozinho ao mesmo tempo em que reconhece os limites da soberania e das obrigações assumidas por cada um dos países signatários. Nesse sentido, o documento apresenta uma estrutura cooperativa e não juridicamente vinculante que se baseia nos compromissos já acordados pelos próprios Estados parte da Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes (ONU, 2018).

## **6 Resultados parciais**

Os resultados parciais da presente pesquisa apontam que a saída do Brasil do Pacto Global representa um ponto de divergência em relação à posição brasileira tradicionalmente adotada sobre migração e refúgio. Contudo, eventuais prejuízos efetivos aos compromissos internacionais assumidos pelo país sobre migração e refúgio, bem como os reflexos dessa postura para a população migrante e refugiada no país ainda carecem de investigação mais aprofundada, o que se pretende realizar com o avanço desta investigação.

## **7 Considerações finais**

As migrações e especialmente as crises que delas decorrem, a exemplo da recente crise de refugiados na Europa, são um constante desafio aos conceitos de soberania, fronteira e Estado. Além disso, as crises migratórias modernas constituem-se como denúncia de nossos tempos ao demonstrarem a falta de solidariedade muitas vezes presente no cenário das relações internacionais. Assim, o incremento da cooperação internacional e sua formalização através da constituição de acordos, pactos e Tratados Internacionais são de fundamental importância para a constituição de soluções conjuntas entre os Estados para um problema essencialmente humano e que transcende fronteiras. Nesse sentido, a saída do Brasil do pacto representa mais um ponto de divergência em relação às práticas e princípios que iluminam (ou iluminavam) a diplomacia brasileira no cenário

internacional, representando uma posição cujos efeitos para a política externa brasileira, bem como para a população migrante e refugiada presente no país ainda se farão sentir.

### Referências bibliográficas

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo**. Brasília: ACNUR, 2020. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha\\_Protegendo\\_Refugiados\\_No\\_Brasil\\_2018.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha\\_Protegendo\\_Refugiados\\_No\\_Brasil\\_2018](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018). Acesso em: 19 jun. 2020.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 19 out. 2020.

GONÇALVES, Carolina. Bolsonaro confirma revogação da adesão ao Pacto Global para Migração. **Agência Brasil**, Brasília, 09 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/bolsonaro-confirma-revogacao-da-adesao-ao-pacto-global-para-migracao>. Acesso em: 19 out. 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). Global Compact for Migration. **IMO**, 2020a. Disponível em: <https://www.iom.int/global-compact-migration>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **World Migration Report 2020**. Geneva: IOM, 2020b. Disponível em: [https://publications.iom.int/es/system/files/pdf/wmr\\_2020.pdf](https://publications.iom.int/es/system/files/pdf/wmr_2020.pdf). Acesso em: 07 ago. 2020.

NYERS, Peter (ed.). **States of Refuge: Keywords for Critical Refugee Studies**. Canadá: McMaster University, 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/41586780/States\\_of\\_Refuge\\_Keywords\\_for\\_Critical\\_Refugee\\_Studies](https://www.academia.edu/41586780/States_of_Refuge_Keywords_for_Critical_Refugee_Studies). Acesso em: 10 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Intergovernmental Conference to Adopt the Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration**, A/CONF.231/3. 2018. Disponível em: <http://undocs.org/en/A/CONF.231/3>. Acesso em: 19 out. 2020.

# O Restabelecimento de Laços Familiares dos Migrantes Venezuelanos: A Atuação do CICV no Brasil durante a Pandemia<sup>1</sup>

Nicole Marie Trevisan<sup>2</sup>

Matheus Atalanio Alves de Sousa<sup>3</sup>

## 1 Introdução

A pandemia da COVID-19 não é apenas uma crise global, econômica e de saúde, mas uma enorme crise social, em que as vidas dos mais vulneráveis são afetadas. Em resposta a enorme pressão durante o período, o direito internacional humanitário, através da colaboração das Delegações Regionais do Comitê internacional da Cruz Vermelha (CICV), auxilia junto às autoridades, da melhor maneira possível as comunidades afetadas.

Em razão do cuidado para evitar a propagação do vírus, diversas atividades foram adaptadas sem deixar de realizar medidas necessárias e urgentes para salvaguardar a população, além de novas atividades. Voluntários e voluntárias das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha trabalham assiduamente no enfrentamento dos riscos. Um desses trabalhos é a reconexão entre pessoas separadas. No caso do Brasil, a migração venezuelana, envolve o apoio psicossocial como recurso humano na qualidade de recebimento de todas as pessoas.

O objetivo da pesquisa é a enfatizar a importância da presença de uma organização como a Cruz Vermelha na promoção e o fortalecimento do direito e a defesa dos princípios humanitários universais promovendo o Direito Internacional Humanitário (DIH), o Direito Internacional dos Direitos Humanos e auxílio humanitário, cooperando a fim de aumentar a sua capacidade de resposta às necessidades dos migrantes venezuelanos no Brasil e em toda a América Latina. A metodologia utilizada é a dedutiva com a abordagem qualitativa, como instrumentos metodológicos, a revisão e a análise documental de textos especializados dos sítios oficiais de organizações internacionais intergovernamentais e não governamentais.

A incerteza do paradeiro dos entes queridos é um problema enfrentado em toda a América Latina e faz com que o Comitê direcione metodologias de acompanhamento multidisciplinar de grupos vulneráveis localmente e à distância.

## 2 A atuação do CICV

A Cruz Vermelha, organização humanitária, surgiu em 1863, resultado direto dos esforços do suíço Henri Dunant após presenciar milhares de mortes e feridos na Batalha de Solferino, em

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUCPR. Pesquisadora do NEADI-PUCPR e do Coordenadora de pesquisa do DisF. Advogada. E-mail: nicatrevi@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Direito na Uni7. Especialista em Relações Internacionais com Ênfase em Direito Internacional pelo Instituto Damásio de Direito. Coordenador de pesquisa do DisF. Advogado, consultor jurídico e político. E-mail: atalanioatheus@gmail.com.

meados de 1859, no norte da Itália. A Cruz Vermelha foi fundada em 1908 no Brasil e participou da constituição da Federação de Sociedade de Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho em 1919. A instituição atua em situações de guerra, conforme as Convenções de Genebra, e em tempos de paz, levando ajuda a vítimas de catástrofes e desastres naturais, entre outras atuações necessárias, como na crise evidenciada pela emergência do novo coronavírus. A Delegação Regional da América Latina no Brasil trabalha para reduzir as consequências humanitárias da violência armada na população das cidades, restabelece o contato entre familiares de migrantes, e apoia respostas ao sofrimento dos familiares de pessoas desaparecidas (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2020a).

O CICV promove o Direito Internacional Humanitário (DIH) e sensibiliza autoridades e sociedade sobre o profundo sofrimento dos familiares de pessoas desaparecidas, a organização identifica ainda as necessidades dos migrantes e das populações receptoras, realizando ações nos âmbitos do restabelecimento de laços familiares. Desenvolve um diálogo com as autoridades para apoiar o aperfeiçoamento de mecanismos legais e de coordenação relacionados com a busca de pessoas desaparecidas e a resposta às necessidades administrativas, jurídicas, econômicas e psicossociais de seus familiares (CICV, 2020b). Além disso, possui a função de assessorar, apoiar e capacitar as autoridades e os profissionais forenses brasileiros para o exame, identificação e tratamento de restos mortais.

### **3 Migrantes venezuelanos no Brasil**

Entre os anos de 2017 e 2018, quase 155 mil migrantes venezuelanos iniciaram a sua jornada no enfrentamento de sair de suas casas e encarar um novo rumo (LOUZADA, 2019). Sob essa motivação, criou-se uma Plataforma Regional de Coordenação Interagencial em conformidade com a solicitação do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que coordenam a resposta aos refugiados e migrantes da Venezuela (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2020). A Plataforma *Response for Venezuelans* — R4V é composta por 41 organizações participantes, incluindo 17 agências da ONU, 15 ONGs, cinco doadores, duas instituições financeiras internacionais e tem a participação da Cruz Vermelha. Possui como objetivo, complementar e fortalecer as respostas dos governos nacionais e regionais, de acordo com os princípios delineados na Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes (UNITED NATIONS, 2016).

Além disso, desde 2018, o Brasil possui uma força-tarefa humanitária denominada de Operação Acolhida, que foi criada com o objetivo de conceder assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira de Roraima (BRASIL, 2020). Participam da Operação uma série de atores nacionais, não-governamentais e intergovernamen-

tais, como a OIM e o ACNUR (LOUZADA, 2019). O CICV, como órgão de apoio ao sistema público, é inserida dentro do processo, das fronteiras ao estabelecimento nas cidades, além do trabalho com o psicossocial de todos os envolvidos na operação. Considerado um dos maiores êxodos na história recente da região, segundo dados de setembro de 2020 da Plataforma R4V, já são mais de cinco milhões de migrantes venezuelanos no mundo e, no Brasil, segundo o governo federal mais de 264 mil venezuelanos solicitaram regularização migratória, 889 mil foram atendidos na fronteira brasileira e atendidos pela Operação Acolhida foram até o momento 35 mil pessoas interiorizadas em 376 cidades brasileiras (BRASIL, 2020; PLATAFORMA DE COORDINACIÓN PARA REFUGIADOS Y MIGRANTES DE VENEZUELA, 2020).

#### **4 O restabelecimento de laços**

No Relatório de Atividades de 2020 (CICV, 2019b), a maior preocupação que o Comitê apresenta é a violência, a migração, os deslocamentos internos, o desaparecimento de pessoas e aqueles privados de liberdade, aspectos que se agravam durante a pandemia. No caso dos migrantes, as consequências humanitárias são evidentes quanto a violência enfrentada na jornada até um local seguro. Em muitos casos, há a perda do contato com os familiares, que sofrem acidentes, desaparecem ou falecem. O problema das pessoas desaparecidas recebe dimensão enorme quando em conjunto com a questão migratória, a cada ano, milhares de pessoas desaparecem ao longo das rotas migratórias e a maioria não é identificada.

O programa chamado de Restabelecimento de Laços Familiares (CICV, 2019a) foi adaptado pelo Movimento Internacional da Cruz Vermelha no Brasil, para que, durante a pandemia, fosse mantido. Esse modelo de programa oferece aos migrantes a possibilidade de comunicação com os seus familiares que se encontram em outras regiões; é fornecido ligações telefônicas, acesso gratuito à internet e a recarga de baterias em três regiões que se concentram o maior número de voluntários, Manaus, Pacaraima e Boa Vista. As Sociedades Nacionais, organizações autônomas dentro dos seus próprios países, realizam atividades humanitárias de acordo com as necessidades locais e conforme seus próprios estatutos, estando sujeitas à legislação nacional a auxiliam na localização de pessoas, troca de mensagens, reunificação de famílias e buscam esclarecer o paradeiro das pessoas desaparecidas.

Na América Latina, o CICV apoia os familiares de pessoas desaparecidas na Guatemala, El Salvador, México, Honduras, Colômbia, Peru e Brasil. Para o CICV (2020b), tanto as pessoas que desaparecem como os seus familiares são vítimas. As famílias sofrem uma série de patologias físicas, emocionais e psicossociais, muitas vezes agravadas por dificuldades legais e econômicas. O CICV também trabalha para fortalecer a capacidade e a resposta das autoridades dos países, incluindo as forenses, e para que se adotem políticas que contribuem para a busca e a proteção das famílias e das pessoas.

Ao longo de todo o continente latino-americano, faltam números confiáveis sobre as pessoas desaparecidas, em muitos países ainda não foram desenvolvidos sistemas de gestão da informação, eficazes e centrais, para que facilite a angústia das famílias que buscam incessantemente o ente.

O CICV iniciou a possibilidade de laços entre os familiares através da criação de postos, dentre esses, alguns são fixos, outros itinerantes ou semanais (CICV, 2019a). O número de postos de atendimento passou de 3 para 17, com o intuito de oferecer mais alternativas para que elas mantenham contato com as famílias. No apoio para que sejam evitados os rompimentos dos laços, já foram realizados mais de 442 mil atendimentos aos migrantes que se encontram no Norte do país referentes às ligações telefônicas, acesso à internet e recarga de baterias. Essa iniciativa gera a possibilidade de restabelecer e manter o contato entre familiares por meio de serviços gratuitos, confidenciais e estritamente humanitários.

## **5 Considerações Finais**

Novos desafios e complexidades foram adicionadas na vida daqueles que já enfrentam uma situação de vulnerabilidade. No Brasil e na América Latina, o tratamento adequado dos migrantes em busca pelo contato com seus familiares, durante a pandemia, constata maior deterioração, milhares de famílias continuam a jornada.

A quantidade de venezuelanos forçados a deixar suas casas continua a crescer, e um significativo número deles precisa de proteção internacional, muitos não possuem a garantia de acesso a direitos básicos, o que os faz particularmente vulneráveis. O CICV continua apoiando os Estados para aprimorar as condições de recepção, coordenar a prestação de informações e assistência para atender às necessidades básicas imediatas.

Em alguns países, devido a pandemia, os escritórios que atendem os casos de pessoas desaparecidas estão fechados e as reuniões de grupos de apoio foram interrompidas. O trabalho no auxílio aos migrantes no restabelecimento de laços familiares, nos esforços para identificar e compreender as necessidades dos familiares de pessoas desaparecidas, apresentando às autoridades responsáveis recomendações e apoio que permitam oferecer respostas adaptadas, como preparação e planejamentos apropriados para receber esses migrantes, recomendações e materiais informativos, respeitando a sua dignidade de forma que sejam amparados. Um trabalho extremamente importante na continuidade da promoção dos princípios humanitários, cooperação entre os Estados e cuidado com os mais vulneráveis.

## **Referências bibliográficas**

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Venezuela. ACNUR, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Operação Acolhida. **Governo Federal**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/>. Acesso em: 1 out. 2020.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). Brasil: Novos postos de atendimento conectam migrantes com seus familiares. **CICV**, 22 out. 2019a. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/brasil-novos-postos-de-atendimento-conectam-migrantes-com-seus-familiares-0>. Acesso em: 12 set. 2020.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). COVID-19: atividades do CICV no Brasil e países do Cone Sul frente à pandemia. **CICV**, 02 abr. 2020a. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/covid-19-atividades-do-cicv-no-brasil-e-paises-do-cone-sul-frente-pandemia>. Acesso em: 20 set. 2020.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). Delegação Regional do CICV para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai - Folheto. **CICV**, 05 ago. 2019b. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/delegacao-regional-do-cicv-para-argentina-brasil-chile-paraguai-e-uruguai-folheto>. Acesso em: 25 set. 2020.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). **Pessoas Desaparecidas**. 2020b. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/guerra-e-o-direito/pessoas-protegidas/pessoas-desaparecidas>. Acesso em: 30 set. 2020.

LOUZADA, Isac Borges. **Deslocamentos forçados e Ajuda Humanitária: a expertise da Operação ACOLHIDA contribuindo para uma imagem positiva do Brasil no cenário internacional (2018-2019)**. 2019. 47 f. Monografia (Diploma de Altos Estudos de Política e Estratégia) — Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/287/1/ISAC%20BORGES%20LOUZADA-1.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

PLATAFORMA DE COORDINACIÓN PARA REFUGIADOS Y MIGRANTES DE VENEZUELA (R4V). RMRP 2020 Dashboard. **R4V**, 05 nov. 2020. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform>. Acesso em: 05 dez. 2020.

UNITED NATIONS (UN). **New York Declaration**. 2016. Disponível em: <https://refugeesmigrants.un.org/declaration>. Acesso em: 30 set. 2020.



# Oficinas de Acolhimento de Migrantes e Refugiados Venezuelanos: Um Relato de Experiência<sup>1</sup>

*Jaqueline Michaelsen Macedo<sup>2</sup>*

*Andressa Wendling<sup>3</sup>*

*Joana E. Senger<sup>4</sup>*

## 1 Problema de pesquisa

O relato de experiência a seguir compõe uma intervenção que está atrelada ao projeto de pesquisa “Caracterização da população em situação de refúgio e migração na região do Vale dos Sinos: principais demandas e possibilidades de intervenção”. Os objetivos gerais da pesquisa são o levantamento das demandas das pessoas em situação de migração e refúgio na região do Vale dos Sinos, o entendimento das dificuldades e fatores contributivos para inserção social destas pessoas e ainda a elaboração de estratégias possíveis em parceria com o projeto de extensão “O mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos”.

A partir desse trabalho maior foi possível atender a demanda desta intervenção, com o propósito de compreender as necessidades sociais, econômicas e psicológicas das pessoas atendidas. Além disso, foram organizadas oficinas voltadas para a inserção social, reconhecimento de direitos e saúde mental dos participantes que têm como país de origem a Venezuela, mas neste momento residem no Brasil.

## 2 Objetivos

O objetivo desta produção é realizar um relato de experiência da experiência de acolhimento a migrantes e refugiados venezuelanos, trabalhadores de uma empresa do segmento industrial da região do Vale dos Sinos.

A intervenção teve como objetivo o mapeamento e diagnóstico das demandas advindas da experiência individual e coletiva das pessoas atendidas e a partir disso, a criação da possibilidade de planejamento para pequenas intervenções dentro das necessidades emergentes. Bem como, um dos objetivos foi apresentar e disponibilizar o projeto de extensão que atende pessoas em situação de migração e refúgio para aulas de português, oficinas de história, fotografia e psicologia e acompanhamento jurídico sempre que necessário para que as pessoas atendidas pudessem participar.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Feevale. E-mail: 0175566@feevale.br

<sup>3</sup> Pós-graduanda em Psicologia Social pela Universidade Feevale. E-mail: andressawendling@gmail.com

<sup>4</sup> Psicóloga e especialista em terapia cognitivo comportamental e em direitos humanos e questões sociais pela Universidade Feevale. E-mail: joanasenger@hotmail.com

### 3 Metodologia

A demanda desta intervenção chegou para o projeto de pesquisa através de uma empresa que tinha em seu quadro de funcionários um número expressivo de pessoas em situação de migração, vindos da Venezuela para o Brasil em busca de melhores condições de vida. As atividades aconteceram entre os meses de setembro e novembro de 2019 e foram conduzidas por profissionais e estudantes do curso de Psicologia, Direito e Relações Internacionais.

Dessa forma, inicialmente foram realizadas reuniões com a empresa para diagnóstico das demandas e na sequência também aconteceram entrevistas individuais com os estrangeiros, visando levantar as principais questões do grupo. Posteriormente foram organizados três encontros coletivos no local de trabalho dos participantes, contando com três, nove e doze integrantes respectivamente.

As principais temáticas trabalhadas nas oficinas presenciais foram: relacionamento interpessoal e saúde mental; emoções e estratégias de promoção de saúde mental; e legislação brasileira. Os encontros proporcionaram um espaço de escuta ao grupo de venezuelanos e maior compreensão sobre seus direitos e demandas.

### 4 Aporte teórico

Dos anos de 2015 a 2019 o Brasil teve um registro de 178 mil solicitações entre refúgio e residência temporária de venezuelanos (FUNDO DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2019). No Brasil, as autoridades consideram que em média 264 mil venezuelanos viviam no país, mas que ainda dia após dia cerca de 500 pessoas fazem a tentativa de atravessar a fronteira para entrar no país (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, 2020). A Venezuela tem sofrido impactos bastante negativos em relação às crises econômica e política que se instalaram no país, como a falta de estrutura e atendimento para acesso às necessidades básicas e a escassez de alimentos e remédios (ACNUR, 2019).

Assim como descrevem Galina *et al.* (2017), as pessoas na situação de migração enfrentam já experiências traumatizantes no período pré-migratório, pois muitas vezes foram sujeitadas a situações de alta vulnerabilidade no seu país de origem ou mesmo na viagem até o país de acolhimento. Mas ainda são submetidos a desafios pós-migração, principalmente em países que não possuem estrutura para o recebimento dessas pessoas em massa, sem suporte às necessidades básicas, educação ou trabalho.

As adaptações que o processo de migração demanda exigem da pessoa nesta situação a exposição a diversas rupturas, pois se faz necessária a inserção em uma nova cultura, tipos de relacionamento diferentes, regras e funcionamento de vida até então desconhecidos (FRANKEN; COUTINHO; RAMOS, 2012). Pensando nos aspectos enfrentados pelas pessoas em situação de migração, é preciso compreender a importância do movimento de todos os atores sociais, civis,

organizações internacionais, poder público e privado nacional, para que haja a garantia de direitos, promoção da diversidade cultural e de saúde mental, com o manejo saudável desse processo de adaptação e políticas públicas que permeiem a estada deles no país, bem como suas transições (RAMOS, 2009).

## 5 Resultados

Em relação aos resultados avaliados da intervenção, foi possível compreender com o grupo que há sofrimento dessas pessoas, principalmente relacionado às perdas que viveram desde a saída do país de origem, os vínculos sociais que foram perdidos ou precisam ser sustentados à distância, a posição social um dia conquistada e que na saída para outro país precisou ser totalmente reconstruída. O isolamento social advindo da falta de inserção social também permite o crescimento do sofrimento, as dificuldades em relação a preconceitos e discriminações fortalecem a vulnerabilidade enfrentada.

A falta de informações em relação a entrada e permanência no país que as pessoas migrantes precisam conviver torna o processo muito mais dificultoso. Na intervenção um dos assuntos mais solicitados pelos participantes foi a explicação sobre a legislação, conhecimentos básicos que já deveriam ter sido sanados desde a sua entrada pelos agentes responsáveis.

Com as atividades desenvolvidas com os integrantes dos grupos foi possível perceber um retorno positivo do uso de manejos lúdicos, pois permitem que todos os participantes estejam engajados pela atividade e consigam uma expressão mais livre. Em um dos encontros foi utilizado um jogo da memória para facilitar a comunicação sobre as emoções, sentimentos e estratégias de manejo das situações difíceis de viver.

## 6 Considerações finais

Toda a intervenção grupal e as proposições trazidas durante os encontros, produziram impactos na compreensão da importância de uma escuta empática e ativa e do conhecimento e preparação a respeito das informações necessárias para estrangeiros. Ainda, foi identificada a necessidade extrema sobre o cuidado que os profissionais que trabalham com as pessoas em situação de refúgio e migração precisam ter para que os acolhimentos não se tornem relativistas ou reforçadores do estigma generalizado de vulnerabilidade.

Importante frisar e reiterar que a pessoa em situação de migração e refúgio, como o grupo trabalhado na intervenção apresentada, possui direitos e eles têm de ser garantidos. A integralidade na assistência prestada a essas pessoas é fundamental para que políticas públicas, serviços básicos e agentes sociais responsáveis e representativos sejam aderentes e que possam ser acessados para prever uma experiência digna e saudável das pessoas migrantes (GALINA *et al.*, 2017).

## Referências bibliográficas

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). 6 dados sobre a situação dos venezuelanos. **ACNUR**, 28 jan. 2019. Disponível em: [www.acnur.org/portugues/2019/01/28/6-dados-sobre-a-situacao-dos-venezuelanos/](http://www.acnur.org/portugues/2019/01/28/6-dados-sobre-a-situacao-dos-venezuelanos/). Acesso em: 05 dez. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina. **ACNUR**, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

FRANKEN, Ieda; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; RAMOS, Maria Natália Pereira. Representações sociais, saúde mental e imigração internacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 202-219, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932012000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 dez. 2020.

FUNDO DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Crise migratória venezuelana no Brasil. **UNICEF**, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 05 dez. 2020.

GALINA, Vivian Fadlo *et al.* A saúde mental dos refugiados: um olhar sobre estudos qualitativos. **Interface**, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 297-308, jun. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832017000200297&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000200297&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 dez. 2020.

RAMOS, Natália. Saúde, direitos autorais e direitos humanos. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, v. 17, n. 1, p. 1-11, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/1924> <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3127>. Acesso em: 05 dez. 2020.



## Relações entre Nacionalismos e o Direito Humano ao Refúgio<sup>1</sup>

Renata Moreira Bruno dos Santos<sup>2</sup>

### 1 Introdução

A migração de pessoas e grupos é um fenômeno antigo e já conhecido das diversas áreas que se propõe a analisar a questão a partir de múltiplas perspectivas. São muitas as estruturas que atualmente chamam necessidade para divisões que especifiquem as várias causas e condições que perpassam o ato de migrar. No bojo das migrações forçadas, o refúgio se constitui a partir de legislações específicas entrelaçadas aos princípios dos Direitos Humanos. Constantemente evocada, a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que estabeleceu o direito universal ao asilo, serviu de base para os desenvolvimentos responsáveis pelos caminhos jurídicos que, ao longo de alguns processos históricos, desembocaram no Direito Internacional dos Refugiados. O refúgio passa então a ser um *status* e as legislações firmadas demandam ações de recepção por parte dos países que recebem o refugiado. Esse corpo jurídico internacional estabelece princípios de solidariedade e de cooperação internacional em torno do *non-refoulement* (não devolução), da não discriminação e da não punição de entradas ilegais (JUBILUT, 2007; FISCHER, 1996).

De forma prática, a aplicação do Instituto do Direito Internacional do Refugiado implicaria na concessão do status aos que fugissem de fundados temores e perseguições. Estes, não poderiam ser devolvidos aos seus países de origem, para que não fossem enviados para situações das quais fugiram. Não poderiam ter o reconhecimento de tal *status* negado por conta do credo, etnia, gênero ou nacionalidade e nem receber qualquer tipo de punição por entrarem em algum território por fora das vias legais. No entanto, o cumprimento de tais determinações nem sempre é garantido. Em razão de todo um profundo corpo que garante proteção à pessoa refugiada, são muitas as tentativas de enquadrar pessoas deslocadas em outras categorias que não a de refugiado. Não muito longe, durante o aumento de chegadas de fluxos migratórios na Europa — a, assim chamada, crise dos refugiados — discursos que buscavam destacar os classificados como “migrantes econômicos” entre os fluxos ganharam força na esfera pública, tanto por parte das instituições quanto da sociedade civil.

Tais discursos, representantes de visões societárias específicas, foram simplificados e encaixados em slogans e movimentos anti-imigração que se espalharam por toda a Europa. Nesse sentido os discursos oficiais, que buscaram driblar as responsabilidades de Estado definidas em acordos internacionais, se deslocam para vozes da sociedade civil que têm o intuito de demarcar

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora no Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre África, Ásia e as Relações Sul-Sul (NIEAAS). E-mail: renatambs@ufrj.br

ideais de identidade civil restritos, que excluem migrantes, seja econômico ou refugiado. Isso porque muitos destes grupos se auto intitulavam nacionalistas, defensores de seus respectivos países e de suas purezas morais e religiosas, pouco ousam falar abertamente em raça ou etnia.

Desta forma, a execução plena dos preceitos definidos pelo Direito Internacional dos Refugiados e da proteção efetiva à pessoa refugiada, se entrelaça com vários nacionalismos, alguns que impedem sua realização — pela movimentação contrária à migração em si — e outros que a possibilitam — uma vez que a construção da ideia de cooperação internacional se baseia no sistema de Estados-nação, frutos diretos do sentimento nacionalista que dá origem à uma identidade nacional.

## **2 À luz dos Direitos Humanos e dos estudos históricos**

Considerando os elementos colocados, o que se pretende com este artigo é buscar nos estudos no campo histórico acerca dos Estados-nação e nos desenvolvimentos dos Direitos Humanos, aspectos que saltam da relação entre o nacionalismo e o direito ao refúgio. Partindo da compreensão de que este último é fruto de uma construção jurídica e histórica, decorrente de processos políticos, sociais e econômicos longos que se estendem desde 1921 — ano que data a criação de um primeiro Alto Comissariado para Refugiados Russos — e que culminaram no entendimento do refúgio enquanto uma condição que requer proteção.

De forma bem semelhante, os Estados-nação consistem em fenômenos político históricos particularmente ricos para análise dos últimos dois séculos. Enquanto conceito, também nos explica um sistema de organização territorial, de governo e de povo, mas não só. Através do entendimento da formação de um Estado, é possível entender como os nacionalismos atuam para determinada conformação e, portanto, entender potenciais caminhos de disputas por identidades que podem se entrelaçar com a própria existência de pessoas em situação de refúgio.

Nesse sentido, a análise histórica nos oferece ferramentas para entender como acontecimentos se influenciam em redes menos aparentes e como o nacionalismo, enquanto fenômeno, se desdobra por contextos distintos. Podendo ser apropriado para movimentos revolucionários ou conservadores. Sendo assim, cabe reforçar a importância do conceito de nação para análises atuais, uma vez que continuamos inseridos em uma ordem mundial que se organiza política e territorialmente por meio de nações, Estados. Mas o que são propriamente nações? O que permite a coexistência de grupos diferentes sob um mesmo sistema de leis, de regras, de línguas, de costumes ou de tradições?

### **2.2 Estudos clássicos de nação e nacionalismo**

As nações e os nacionalismos, já foram objeto de muitos estudiosos e, portanto, analisado a partir de diferentes abordagens e perspectivas. Para Ernest Gellner (1993), tido como um

dos clássicos nos estudos da temática, as nações são frutos do nacionalismo, por isso é necessário que existam práticas, costumes ou tradições atuantes na manutenção dos sentimentos que impulsionam e alimentam a existência da nação. Tradições estas, para o historiador Eric Hobsbawm, inventadas. Para Hobsbawm (1997) a invenção das tradições consiste em uma busca pela coesão necessária ao estabelecimento de uma nação.

O autor justifica o uso do termo “invenção” através do exemplo do desenvolvimento do nacionalismo suíço no século XIX, momento em que músicas, campeonatos e demais práticas tradicionais passaram por modificações que permitissem sua ritualização e institucionalização de acordo com ideais deslocados à posição de interesse nacional. Desta forma, a invenção de uma tradição perpassa a memória, que se torna aliada para a constituição de uma ideia de continuidade, ou antiguidade destas tradições que são propriamente um:

“(...) conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBBSAWM, 1997, p. 9).

Assim, a transmissão de valores, normas e até de comportamentos quando atreladas à uma ideia de continuidade, de quem vêm sendo realizadas há muito tempo pelos que vieram antes, trazem grande potencialidade para que as tradições se assentem em determinada sociedade. Isso porque, as tradições inventadas podem estabelecer ou simbolizar coesão social, legitimar instituições, status, relações de autoridade, ou ter um propósito principal de socialização “inculcação de ideias, sistema de valores e padrões de comportamento” (HOBBSAWM, 1977, p. 17).

Desta forma, há uma movimentação por parte do Estado na definição de preceitos da cultura, da língua, do território e da identidade de forma ampla. Essa cultura compartilhada é uma grande necessidade dos Estados modernos para suggestionar sentimentos de lealdade e pertencimento nos participantes de determinado contexto.

Essa atenção aos aspectos culturais e subjetivos recebe especial atenção nos estudos do historiador Benedict Anderson (2008), para quem as nações são comunidades imaginadas. O termo utilizado pelo autor traz uma sutileza quanto às percepções de realidade: não é porque são “imaginadas” que não existem materialmente. A ideia de imaginação fica mais bem explicada no trecho: “[...] mesmo os membros da menor das nações nunca conhecerão a maioria dos seus membros, irão encontrá-los ou mesmo ouvirá falar deles, e ainda assim, nas mentes de cada um deles vive a imagem de sua comunhão” (ANDERSON, 2008, p. 6).

Em estudos mais recentes, o sociólogo Manuel Castells (2003) propõe a ideia de “imagens comuns”. A ideia é que o senso de pertencimento decorre do compartilhamento de experiências e não propriamente de elementos comuns isolados. Na obra em questão, “A Sociedade

em Rede”, vol. 2, O Poder da Identidade, o autor também discute a centralidade dos paradoxos identitários na atualidade globalizada, “redificada”. Nesse contexto, onde coexistem o mundo novo e seu oposto, as tendências e as contra-tendências, a identidade ressurge como uma importante fonte de significados (SOUSA; CASTELLS, 2004).

Em uma conjuntura na qual os opostos coexistem, grupos nacionalistas com reflexos mais conservadores, se alimentam através do resgate de narrativas, de costumes e de tradições que remetem continuidades principalmente identitárias. Os debates que levantam uma suposta “islamização” da Europa, por exemplo, têm como base um resgate de características culturais específicas, que membros do grupo acreditam ser comum aos cidadãos daquelas nações europeias, o cristianismo.

### 3 Considerações finais

Finalmente, o que tais grupos buscam quando se posicionam contrários à recepção de pessoas, majoritariamente, vindas do norte da África e Oriente Médio — de onde vêm a maioria dos fluxos migratórios que chegam na Europa — é a afirmação de uma ideia de identidade que acreditam ser comum aos seus nacionais e diferente dos estrangeiros.

Os estudos do nacionalismo também nos são importantes para a compreensão de que o nacional se estabelece por oposição direta com o estrangeiro. O compartilhamento de tradições, costumes ou experiências ajudam a construir o sentimento de comunidade, mas tal construção carrega intrinsecamente a impressão acerca dos códigos não compartilhados, do outro. O nacionalismo, em uma relação dialética, é base ao mesmo tempo em que é alimentado pela nação, que, por sua vez, enquanto estrutura identifica o estrangeiro como uma ameaça. Nesse sentido, o modelo de Estado-nação, como mantido hoje, representa, em sua essência, uma barreira ao acesso universal ao direito humano ao refúgio, mesmo com as fundamentações em tratados internacionais, uma vez que o próprio sistema de concessão de asilo pode excluir pessoas em situação de refúgio.

### Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

FISCHEL DE ANDRADE, J. H. **O direito internacional dos refugiados – Evolução Histórica (1921-1952)**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Gradiva: Lisboa, 1993.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

SOUSA, Helena; CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**, Vol. II; O Poder da Identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos**. São Paulo: Saraiva, 1991.

# A Migração Ambiental como uma Questão de Segurança Humana na África Subsaariana<sup>1</sup>

Luis Haroldo Pereira dos Santos Junior<sup>2</sup>

## 1 Introdução

Ao longo da história da humanidade, a migração foi tradicionalmente associada a fatores de ordem econômica, política ou social. Nos últimos anos, porém, os desafios impostos pelas mudanças climáticas têm atraído a atenção de pesquisadores sobre as possíveis implicações dessa transformação para as migrações ambientais. A emergência dos “migrantes ambientais”<sup>3</sup>, destarte, tem exigido renovados estudos sobre a relação entre o deslocamento forçado de pessoas e as transformações climáticas.

Na África subsaariana, essa questão mostra-se particularmente sensível, tendo em vista a relativa vulnerabilidade de muitos Estados aos impactos ambientais, tanto por motivos geográficos quanto institucionais. A abordagem sobre as migrações é tradicionalmente conduzida, no entanto, como uma questão de segurança estatal, o que dificulta o tratamento adequado do tema e oblitera a análise de outros fatores que ensejam o deslocamento forçado de pessoas.

Esta pesquisa, portanto, busca responder ao seguinte problema: como a consideração da migração ambiental na perspectiva da segurança humana pode oferecer uma abordagem mais adequada aos deslocados ambientais? Neste escopo, o objetivo do presente trabalho é demonstrar a adequação das migrações ambientais sob a noção de segurança humana como resposta aos desafios que esse tipo de deslocamento impõe. De forma específica, busca-se analisar o vínculo entre mudanças climáticas e deslocamento forçado de pessoas.

## 2 Metodologia

A pesquisa foi conduzida de forma descritiva-analítica e bibliográfica, por meio de material recolhido em jornais acadêmicos, livros especializados e em relatórios disponibilizados por instituições voltadas ao tema de migrações, a exemplo da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A seleção

1 Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

2 Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS). Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: haroldojunior@hotmail.com

3 Em âmbito jurídico internacional, ainda não há um termo específico e sob a proteção do direito internacional que abranja a realidade dessas pessoas deslocadas forçadamente por imperativos de ordem ambiental. Não obstante, a Organização Internacional para as Migrações (IOM, na sigla em inglês) propôs a seguinte definição: “*Environmental migrants are persons or groups of persons, who, for compelling reasons of sudden or progressive changes in the environment that adversely affect their lives or living conditions, are obliged to leave their habitual homes, or chose to do so, either temporarily or permanently, and who move either within their country or abroad*” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2007, p. 1-2).

dos artigos científicos foi feita com base nos critérios de relevância e número de citações, assim como na relevância do periódico para o assunto.

Também buscou-se documentos jurídicos internacionais, como a Convenção sobre a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África, adotada pela União Africana (UA), com o intuito de analisar a proteção jurídica às pessoas deslocadas internamente.

### 3 Aporte teórico e resultados parciais

Com base nas discussões levantadas por Laura Freeman (2017), Maria Borderon *et al.* (2019) e Ulrike Grote e Koko Warner (2010), percebe-se que a presença de conflitos estatais ou intraestatais é um dos principais fatores explicativos sobre o deslocamento de pessoas para além das fronteiras de seus respectivos Estados. No continente africano, conflitos civis na República Democrática do Congo, na República Centro-Africana e no Sudão do Sul respondem em grande parte pelo elevado número de migrantes e refugiados na África (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2020). Não obstante, os estudos sobre os elementos que causaram esses conflitos ainda carecem de equivalente análise.

Enquanto os países ocidentais tradicionalmente entendem as migrações como um assunto de segurança nacional, na África subsaariana a questão adquire uma maior complexidade. Diante da periferização que historicamente caracterizou o continente na ordem internacional, o século XXI presenciou o “Renascimento Africano”, no âmbito do qual a noção de segurança passou por uma ampliação conceitual (DOKKEN, 2008; LEKUNZE, 2020). Neste aspecto, a segurança humana ganhou destaque, significando a inclusão de fatores socioeconômicos e de outras dimensões na análise do que consiste a segurança na perspectiva dos indivíduos. O termo refletiria, portanto, de forma mais precisa as particularidades regionais e de sua população, além de abranger conceitualmente as novas ameaças que provocam instabilidade regional, entre as quais as mudanças climáticas e os deslocamentos forçados de pessoas (DOKKEN, 2008).

No aspecto ambiental, a mudança de enfoque para a noção de segurança humana, segundo Manu Lekunze (2020), permite abranger de forma mais adequada outras dimensões e ameaças não-tradicionais que afetam o bem-estar das populações mais atingidas. Dessa forma, viabiliza-se a inclusão da população impactada pelas mudanças e desastres ambientais nas discussões sobre as medidas de adaptação a estas transformações (IOM, 2008).

A despeito da ausência de uma categoria jurídica que seja capaz de abranger noções como “refugiado ambiental”, o ACNUR reconhece os efeitos das mudanças climáticas na geração de deslocamentos forçados. Nos últimos anos, a agência tem atuado na proteção de migrantes que se deslocaram em virtude de desastres ambientais, a exemplo dos ciclones que afetaram Moçambique (UNHCR, 2019). Com efeito, determinados fenômenos ambientais, como ciclones, inundações, secas e desertificação, vêm se tornando mais intensos e frequentes, o que aumenta a pressão

para o deslocamento forçado das populações mais vulneráveis e a necessidade de proteção a estes grupos. Nos países mais pobres, essa tendência torna-se mais evidente, na medida em que a exposição ao risco ambiental soma-se às já existentes deficiências socioeconômicas (IOM, 2020).

Diante desse desafio, a União Africana (UA) adotou a Convenção sobre a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África, também conhecida como Convenção de Kampala, em 2009 (AFRICAN UNION, 2009), primeiro documento regional vinculante que visa a oferecer proteção e assistência às pessoas deslocadas internamente. Em relação à mudança climática, o texto reconhece sua influência e seu impacto nos migrantes ambientais, embora não apresente meios concretos que ofereçam uma resposta efetiva à questão.

Os impactos das mudanças climáticas são particularmente sensíveis na África subsaariana, em função de suas particularidades regionais. Por ser uma região que depende em grande medida de seus recursos naturais e da agricultura para o desempenho de suas atividades econômicas, mudanças climáticas acentuadas apresentam uma considerável ameaça à estabilidade e à segurança regionais, tornando a degradação ambiental, a exemplo da escassez hídrica, potencialmente impactante (LEKUNZE, 2020). Ademais, a vulnerabilidade de muitos Estados, principalmente em termos de infraestrutura, torna-os menos resilientes aos desastres ambientais e dificulta a adoção de medidas de prevenção e de adequação a estes desafios. A própria formação dos Estados africanos, muitos dos quais concentrados no litoral e com difícil acesso ao interior, soma-se aos desafios estruturais existentes (HERBST, 2014).

Conforme Deborah Nabubwaya Chambers (2019), a maioria dos Estados africanos não disporão de suficientes recursos para proceder às medidas de mitigação ou de adaptação às mudanças climáticas. A propensão natural da região à ocorrência de fenômenos climáticos cada vez mais intensos e frequentes depara-se com um cenário já existente de vulnerabilidade socioeconômica e estruturas estatais mais frágeis, fatores que tornam ainda mais difícil o fortalecimento da resiliência das populações locais aos impactos ambientais. Há, portanto, um contexto geográfico e institucional que potencializam o deslocamento forçado de pessoas.

No caso do Lago Chade, presenciou-se, desde a década de 1960, um encolhimento de mais de 90% de suas dimensões, situação que provocou uma alteração significativa das condições de vida locais, uma vez que o lago fornece água a mais de 25 milhões de pessoas, além de recursos pesqueiros e pecuários (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2017). A atividade agrícola, grandemente dependente de condições climáticas, vem sofrendo consideráveis impactos, tendo em vista que o encolhimento da bacia do Chade é acompanhado pelo aumento da salinização e da erosão da terra. Como consequência, muitas famílias que dependiam do lago perderam sua fonte de renda e enfrentaram maior insegurança alimentar, fatores que contribuíram para o deslocamento desses grupos. Por outro lado, os conflitos civis no entorno da bacia do Lago Chade também contribuem para piorar uma situação ambiental já crítica. Os deslocamentos forçados em

decorrência da violência, como a desencadeada pelo Boko Haram, forçam ainda mais o uso dos recursos naturais nos países de acolhimento (OKPARA *et al.*, 2015).

Para a perspectiva de segurança estatal, as mudanças climáticas e os deslocamentos ambientais também possuem um fator desestabilizante que contribuem para o aumento da insegurança local e/ou regional (OKPARA *et al.*, 2015). O movimento de pessoas em virtude dos impactos ambientais adicionam mais pressão na luta por recursos escassos em determinados países, principalmente em pequenas disputas de âmbito local (FREEMAN, 2017). Embora ainda faltem estudos empíricos que apontem para um papel primário das mudanças climáticas na geração de conflitos, sua existência contribui para exacerbar as disputas regionais existentes e torná-las mais complexas (LEKUNZE, 2020).

#### 4 Considerações finais

Na África subsaariana, uma perspectiva centrada na segurança humana permite considerar os fatores subjacentes aos conflitos regionais e oferecer uma abordagem que trate os migrantes ambientais de forma humanitária. O reconhecimento dos potenciais impactos ambientais no desencadeamento de deslocamentos forçados oferece condições para se pensar de maneira inclusiva a questão migratória.

As relações entre pobreza, mudanças climáticas e deslocamentos forçados apresentam tensões latentes com potencial explosivo. Deve-se reconhecer, entretanto, que não há uma relação unilateral de causa e efeito entre os fatores mencionados, e sim uma série de elementos que se relacionam de variadas maneiras e com diferentes pesos, conforme as particularidades sub-regionais.

#### Referências bibliográficas

AFRICAN UNION (AU). **Convenção da União Africana sobre a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente na África**. Addis Ababa: African Union, 2009.

BORDERON, Marion *et al.* Migration influenced by environmental change in Africa: a systematic review of empirical evidence. **Demographic Research**, v. 18, n. 18, p. 491-544, 2019.

DOKKEN, Karin. **African security politics redefined**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

CHAMBERS, Deborah Nabubwaya. Africa. In: ZOLNIKOV, Zara (Ed). **Global adaptation and resilience to climate change**. Cham-Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019. p. 11-30.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Situation Report 2017: Lake Chad Basin**. Dakar: FAO, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-bs142e.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

FREEMAN, Laura. Environmental Change, Migration, and Conflict in Africa: A Critical Examination of the Interconnections. **Journal of Environment & Development**, v. 26, n. 4, p. 351-374, 2017.

GROTE, Ulrike; WARNER, Koko. Environmental change and migration in Sub-Saharan African. **International Journal of Global Warming**, v. 2, n. 1, p. 17-47, 2010.

HERBST, Jeffrey. **States and power in Africa**: comparative lessons in authority and control. Oxford: Princeton University Press, 2014.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Discussion note**: Migration and Environment. Geneva: IOM, 2007.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM) **Migration and Climate Change**. Geneva: IOM, 2008.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **World Migration Report 2020**. Geneva: IOM, 2020.

LEKUNZE, Manu. **Inherent and Contemporary Challenges to African Security**. New York: Palgrave Macmillan, 2020.

OKPARA, Uche *et al.* Conflicts about water in Lake Chad: Are environment, vulnerability and insecurity issues linked? **Progress in Development Studies**, v. 15, n. 4, p. 308-325, 2015.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Global Trends 2020**: Forced Displacement in 2019. New York: UNHCR, 2020.

## Por que o Fenômeno Migratório Contemporâneo Deve Ser Teoricamente Analisado enquanto “Processo Migratório”?<sup>1</sup>

Diego Guilherme Rotta<sup>2</sup>

### 1 Considerações iniciais

O fenômeno migratório internacional constitui-se de um conjunto de relações sociais complexas e em constante complexificação, necessitando de novas formas de teorização e análise, de forma a evitar soluções simplificadas de causa/efeito quanto ao seu entendimento que, em última instância, influem diretamente na formulação de políticas migratórias para a sua administração. Na dissertação de Mestrado em Direitos Especiais, “O Migrante no Contexto da Política Migratória Brasileira: Perspectivas de Acesso à Cidadania em um Cenário de (Re)Fechamento de Fronteiras”, analisou-se as principais matrizes teóricas do fenômeno migratório internacional, a partir da organização categórica de Stephen Castles, Hein de Haas e Mark J. Miller (2014). Da mesma forma, objetivou-se compreender a ideia de “processo migratório” enquanto construção teórica apta a aportar a compreensão da complexidade e das múltiplas relações sociais que envolvem a mobilidade humana através de fronteiras dos Estados-nação.

O trabalho foi estruturado a partir dos métodos analítico, com a sistematização dos conceitos teóricos sobre migração — apresentados pelos autores estudados — e dialético, mediante a análise da dimensão da historicidade, da totalidade, da interação dos fenômenos, da contradição e transformação, possibilitando uma interpretação contextualizada e com maior dinamicidade da realidade. A pesquisa bibliográfica foi empregada enquanto procedimento metodológico.

### 2 Desenvolvimento

A mobilidade humana é uma dinâmica própria da constituição da civilização humana e intimamente conectada aos desejos e necessidades do ser humano enquanto espécie (CAVARZERE, 1995). Mesmo figurando em explicações e narrativas “em textos históricos, religiosos ou a partir da cultura oral/corporal de muitos povos, a sua teorização científica, propriamente dita, é bastante recente” (ROTTA, 2018, p. 42-43).

Ainda que seja um fenômeno amplamente midiaticizado e analisado em diferentes áreas da academia, não se pode falar em uma “única e coerente teoria de migração internacional”

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no “III Seminário Estadual sobre Migração e Refúgio: Novos Olhares em Pesquisa”, em 07 de outubro de 2020, selecionado mediante submissão do resumo expandido conforme Edital organizado pelo NEPEMIGRA.

<sup>2</sup> Mestre em Direito (URI). Doutorando (bolsista CAPES/PROSUC) em Direito no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo. Graduado em Direito. Membro do grupo de pesquisa “Novos Direitos em Sociedades Complexas”, vinculado à linha I (Direito e Multiculturalismo), do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo/RS. E-mail: dg\_rotta@hotmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1333-0028>.

(MASSEY *et al.*, 1993, p. 431-432, tradução do autor). Antes, pode-se retratar uma gama de teorias desenvolvidas de forma isolada, em diferentes espectros disciplinares, com seus conceitos e referenciais próprios, mas que tentam explicar as razões de início e continuação do fenômeno migratório internacional (*idem*).

Nesse sentido, Stephen Castles, Hein de Haas e Mark J. Miller (2014, p. 25-54) agrupam as teorias em duas grandes matrizes ou paradigmas dentro das ciências sociais: as teorias “funcionalistas” e as teorias “histórico-estruturais”. Enquanto as teorias “funcionalistas” são marcadas pela visualização da sociedade como um sistema formado por um conjunto de atores, onde a migração constitui-se num fenômeno positivo, que contribui para a equalização da sociedade, as teorias “histórico-estruturais” têm ênfase nas “estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas”, observando como o comportamento dos indivíduos antes demonstra e gera os desequilíbrios da sociedade, especialmente no tocante à exploração da mão de obra e disparidade de poderes políticos, econômicos e sociais (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014, p. 27-28, tradução do autor).

As teorias “funcionalistas”, sobretudo nos modelos de “*push-pull*” — em que o processo migratório se dá a partir dos fatores de repulsão: necessidade de saída do local de origem diante do crescimento demográfico, dos baixos níveis de qualidade de vida, de poucas oportunidades econômicas, de emprego e de repressão política; visando locais com maior nível de recepção, demanda de mão de obra, disponibilidade de terras e melhores oportunidades econômicas e liberdades políticas (fatores de atração) (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014, p. 28) — e da “teoria neoclássica” — teoria com forte viés da economia, que, no nível micro visualiza os migrantes como “indivíduos” e “atores racionais” que se movem a partir de cálculos de custo-benefício em busca de maior renda e, no nível macro, entende a migração como “um processo que otimiza a alocação de fatores de produção” (*idem*, p. 29-30, tradução do autor) são gravadas de uma série de críticas. Tais aportes possuem uma perspectiva a-histórica e individualista, que visualiza o migrante como uma “capital humano” em relação unicamente com as demandas e possibilidades do mercado, não explicando o conjunto de fatores que motivam a sua saída do país de origem, tampouco evidenciando o papel dos Estados nesse fenômeno (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014, p. 28-31).

Ao seu passo, as teorias “histórico-estruturais” constituem uma perspectiva alternativa elaborada a partir da década de 1970, com fundações na economia política marxista (luta de classes e fatores de produção) e na teoria do sistema mundial, enfatizando a distribuição desigual do poder econômico e política na economia mundial (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014). Em tal paradigma, as motivações individuais e dos grupos de migrantes são ignoradas, colocando-se os interesses do capital global como os fatores determinantes nos fluxos migratórios, sendo os migrantes as pessoas recrutadas e exploradas como mão de obra barata na da lógica de operação do sistema econômico capitalista (*idem*, p. 31-37).

Nesse sentido, ambos os paradigmas deixam de lado a agência e potência individual do migrante, mirando em fatores que colocam o sujeito como alguém que simplesmente reage às tensões do mercado ou como alguém que é completamente direcionado pelas ferramentas do sistema e da estrutura capitalista global (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014, p. 31). Novas roupagens teóricas como as teorias de “redes de migração”, “transnacionalismo”, “sistemas de migração” e “teorias de transição da migração” possuem potências alternativas, analisando também a agência dos migrantes e outros fatores de nível intermediário, mas ignoram os fatores de migração em níveis macro e micro (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014, p. 39-51).

Cabe destacar que, em grande parte, o cabedal teórico aplicado à análise do fenômeno migratório internacional permanece pautado em conceitos, modelos e suposições lógicas do século XIX, a partir de um método simplista de construção do conhecimento, profundamente enraizado em relações de causa-efeito, próprias do racionalismo cartesiano (MASSEY *et al.*, 1993, p. 432).

De outra banda, os movimentos internacionais de pessoas estão em processo de infinita complexificação apresentando, em sua dinâmica contemporânea, uma série de distintas tendências gerais: a) a “globalização das migrações”, destacando que cada vez mais países são *afetados* pela migração internacional, tendendo a receber pessoas de diferentes localidades e de um “amplo espectro econômico, social e fundos culturais”; b) “mudança de direção dos fluxos migratórios dominantes”; com constante redirecionamento para países em desenvolvimento; c) a “diferenciação da migração”, significando a heterogeneidade, simultaneidade e mudança das motivações da mobilidade de pessoas (migração laboral, reunião familiar, refúgio ou assentamento permanente); d) “a proliferação da transição migratória”, a partir da qual “terras tradicionais de emigração tornam-se terras de imigração”; e) a “feminização da migração laboral” (ponto que será analisado posteriormente), sobretudo a partir dos anos 60, quebrando com a hegemonia das migrações laborais do passado; f) “a crescente politização da migração”, envolvendo “políticas domésticas, relações bilaterais e regionais e políticas de segurança nacional de estados” afetados pela migração internacional (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014, p. 11-17, tradução do autor).

Diante da sua complexidade, coloca-se como uma questão de considerável importância política, fazendo parte das dinâmicas de globalização e causando uma “mudança transnacional na reformatação de sociedades e políticas ao redor do globo” (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014, p. 5-20, tradução do autor). Compreender e analisar esse cenário não é tarefa de uma única ferramenta disciplinar, mas sim de uma abordagem ampla, partindo de variadas fontes teóricas de análise do contexto social e das contingências de espaço-tempo, excluindo as visões e elaborações simplistas enquanto solução para o fenômeno (DE HAAS, 2014, p. 12).

Partindo da análise de diferentes matrizes teóricas do fenômeno migratório aplicadas, principalmente, a partir do início do século XX, Stephen Castles, Hein de Haas e Mark J.

Miller (2014, p. 25-27, tradução do autor) propõem o conceito de “processo migratório” para retratar o complexo conjunto de fenômenos não isolados, “de fatores e interações que levam à migração e influenciam seu curso”, com variação no tempo e espaço, que acompanha toda a vida do migrante (e das gerações futuras), bem como das pessoas à sua volta. O “processo migratório” guarda “uma experiência, uma ação coletiva originada na mudança social e que também afeta toda a sociedade, por um período indeterminado de tempo, nos espaços de saída de pessoas e também nos locais que recebem os migrantes”, sendo imperiosa a construção de aportes teóricos “à sua altura/complexidade” (CASTLES; DE HAAS; MILLER *apud* ROTTA, 2018, p. 28).

Indo além da análise ou mudança do vínculo territorial ou jurídico-político, Castles, De Haas e Miller (2014) “elaboram uma definição mais complexa, que agrega dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas”, não deixando de lado a agência humana e procurando ser mais abrangente do que “entender o fenômeno migratório internacional enquanto simples ‘cruzamento de fronteiras internacionais’” (ROTTA, 2018, p. 27-28). Ao “não atrelar características individualizantes/categorizadoras como ‘migrante econômico’” ao sujeito em situação de mobilidade, os autores partem do entendimento crítico de que “as matrizes teóricas utilizadas para a elaboração das causas/modelos/formas de migração e entendimento da migração, quando fundadas em aspectos/aportes ‘simplificantes’” reduzem a “potencialidade de compreensão do fenômeno enquanto processo migratório” (ROTTA, 2018, p. 29).

Buscando evitar as formas de análise que “somente expõem ainda mais o determinismo, a limitação, o caráter de reificação da própria pessoa humana presente no pensamento racional instrumental” e desaguam em movimentos “de ‘securitização’ da sociedade, de fechamento em fortalezas do Estado-nação”, o “processo migratório” enquanto formulação teórica de análise do fenômeno migratório internacional contemporâneo guarda em si a potência de analisar a mobilidade humana como um fenômeno multifacetado e tão amplo quanto o espectro de cores projetado quando um prisma é atingido por um feixe de luz (ROTTA, 2018, p. 5; p. 189).

### **3 Considerações finais**

Portanto, presente os desafios de teorização e compreensão do fenômeno migratório contemporâneo, diferentemente das perspectivas das teorias clássicas, fechadas em razões instrumentais de causa e efeito (que destacam a migração como fruto de um único motivo), a ideia de “processo migratório” incorpora a complexidade e a constante complexificação das múltiplas relações sociais que envolvem a mobilidade humana e o cruzamento das fronteiras dos Estados-nação. Compreender o “processo migratório” a partir de suas diferentes ramificações e possibilidades, além de um importante marco acadêmico, é essencial para o estabelecimento

de melhores políticas migratórias de administração da mobilidade humana, evitando soluções simplistas e formas de controle da mobilidade pautadas na exclusão.

### Referências bibliográficas

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. **The age of migration**: international population movements in the modern world. 5ª ed. New York: The Guilford Press, 2014.

CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito Internacional da pessoa humana**: a circulação internacional de pessoas. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

DE HAAS, Hein. Migration theory. Quo vadis? **International Migration Institute**, Working Paper Series, v. 100, p. 1-39, nov. 2014. Disponível em: <https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-100-14>. Acesso em: 20 out. 2018.

MASSEY, Douglas S. *et al.* Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/2938462?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/2938462?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 01 set. 2017.

ROTTA, Diego Guilherme. **O migrante no contexto da política migratória brasileira**: perspectivas de acesso à cidadania em um cenário de (re)fechamento de fronteiras. 2018. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2018.

